Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Dois de Dezembro de Dois Mil e Vinte e Três

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, pedia-vos o favor de se sentarem porque temos que verificar quantos senhores Deputados estão presentes na sala, para podermos dar início aos trabalhos. Já estamos atrasados dez minutos. Informa-me a Mesa que temos setenta e um Senhores Deputados, portanto, temos quórum para dar início aos trabalhos. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar todos os Senhores e as Senhoras Deputadas, os Senhores Presidentes de Junta e as Senhoras Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara e as Senhoras e os Senhores Vereadores, os Funcionários da Autarquia e o Público que assiste, quer presencialmente quer através dos meios de comunicação. -----

Queria informar da renúncia ao mandato do Senhor Deputado José de Almeida Gonçalves. E, na sequência e em cumprimento da Lei, será substituído pela Dona Lídia Lucas Teles Matos Aleixo, a quem eu pedia o favor de se dirigir para prestar o Juramento e assinar o Termo de Posse.” -----

- **Lídia Aleixo, Deputada (PG):** “Eu, Lídia Lucas Teles Matos Aleixo, (...) afirmo, solenemente, por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Penso que se justifica agradecer ao senhor Deputado José de Almeida Gonçalves o trabalho que desenvolveu enquanto Deputado. Dar as boas-vindas à senhora Deputada Lídia e, aproveitando a ocasião, também agradecer à senhora Vereadora Diana Monteiro o trabalho que desenvolveu durante estes anos, e dar também as boas-vindas ao senhor Vereador Rui Melo.” -----

Seguidamente, dar conhecimento das substituições. Do Grupo Municipal Pela Guarda, falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, é substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos. Do Grupo Municipal do PSD, falta Pedro Jorge Vilarinho Martins Lourenço Nobre, é substituído por Maria Manuela Rodrigues Pereira Monteiro; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, é substituído por Rodrigo Pires Besteiro; falta João José Santiago Alves Correia, é substituído por Francisco António Ricardo Jorge Robalo. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Paulo Jorge da Costa dos Santos, é substituído pelo Tesoureiro, António Manuel Cardoso Figueiredo; falta o Presidente Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, é substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha; falta a Presidente da Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, António Jorge Esteves, é substituído pela Secretária, Paula Alexandra Costa Pereira Barata. -----

Antes de produzir algumas informações, tivemos conhecimento do falecimento da Dra. Leontina Lemos, ocorrido, creio eu, ontem. Foi Deputada Municipal, foi Docente, foi Dirigente Associativa, foi uma Mulher de causas. Não tendo havido, obviamente, tempo de algum Grupo apresentar um Voto de Pesar, eu penso que, nesta qualidade, sobretudo, de Deputada, creio que ficaria bem a esta Assembleia guardarmos um minuto de silêncio em sua Memória. Se me permitem, então, um minuto de silêncio. ---

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. No tempo destinado à intervenção do público, tínhamos quatro inscrições. Uma das pessoas inscritas, por razões de última hora, não pode estar presente. Antes de dar a palavra ao primeiro inscrito que é o senhor Eng.º Aragão, como ele interveio na última Assembleia Municipal também, e como nos termos do nosso Regimento competirá à Mesa dar explicações se tiver conhecimento na hora e se a Mesa não estiver habilitada, naquele instante, remete o assunto à entidade competente para posterior resposta aos requerentes. O senhor Engenheiro falou em três situações. Uma, de 2014. Foi-me dito pelos serviços que, se algum senhor Deputado pretender consultar, os processos estarão disponíveis. É um processo que começa em 20 de outubro de 2014. Não vou aqui referir todo o processo, que é longo. Mas gostaria aqui de apenas dizer que este processo esteve parado. Foi

instaurado um auto de notícia em 5 de janeiro de 2017 e este processo só recomeçou, pela interessada, uma D. Alice, passados três anos, em 3 de abril de 2020. Posteriormente, esteve parado, sem que fossem apresentados os projetos de especialidades, também durante mais um ano. E, depois, esteve de novo parado, com uma notificação da requerente, durante mais outro ano. Relativamente a uma senhora Ana Raquel, o processo é algo semelhante. Tenho aqui prorrogações, depois mais uma prorrogação, mais uma licença especial para acabamentos, até que depois é emitido um novo alvará. Relativamente a um outro senhor José Filipe, que se pensa que será de Aldeia Viçosa, eu, pelo que aqui vejo, e concluo, houve aqui um problema com uma autorização do ICNF, que demorou algum tempo, e depois houve aqui pedidos de prorrogação das obras. Era esta a explicação que queria dar. De qualquer maneira, se algum senhor Deputado ou o senhor Eng.º Aragão desejar, os processos estão para consulta. Dava, então, a palavra ao senhor Eng.º Aragão, por cinco minutos, se faz favor.” -----

- **Luís Manuel de Sousa Aragão:** “Bom dia. Eu vou gastar um bocadinho dos meus cinco minutos para poder responder ao senhor Presidente da Mesa e espero ter tempo para acabar de ler isto, para poder ler isto. Quem ouvir a resposta do senhor Presidente, fica convencido que, em qualquer um dos processos, a culpa está nos promotores e nos técnicos. Eu, de uma forma geral, vou resumir isto. Acho que qualquer pessoa que ouça isto ficará pé atrás. Peço desculpa, senhor Presidente, porque a leitura que foi feita dos factos não corresponde minimamente à verdade. Passando ao texto que trazia, mais uma vez venho aqui para falar do setor de obras particulares. Não vou repetir o que já disse, embora, de uma forma geral, todas as situações que aqui foram referidas continuem por resolver. No passado dia 14 de dezembro, fui a uma apresentação na Câmara Municipal do Sabugal para dar conhecimento aos técnicos da nova plataforma NoPaper para a desmaterialização dos processos de obras particulares. Mais uma Câmara aqui ao lado, como foi também o caso da Covilhã, que conseguiu concluir o processo de transição para o digital. Bons exemplos que mostram não só a vontade de evoluir com a transição para o digital, mas fundamentalmente o responder a tempo e horas, cumprindo os prazos e a transparência dos processos, sabendo, em cada momento, onde se encontram. Mas, obras particulares, não são só a moradia ou o

prédio de habitação. Não. São também a fábrica, o armazém e todas as edificações usadas para o desenvolvimento das atividades económicas, aquelas para que todos os Presidentes de Câmara se viram para conseguir trazer para os seus concelhos, porque representam postos de trabalho, riqueza e desenvolvimento para os territórios. E depois de o Presidente da Câmara conseguir captar o investimento, o que é que acontece? Os investidores têm de ir ao serviço de obras particulares licenciar os seus edifícios e aqui é que começam os problemas. A PLIE, Plataforma Logística de Iniciativas Empresariais, seria o sítio onde não existiriam problemas para construir os edifícios para o desenvolvimento das suas atividades. Mas, infelizmente, não. É os lugares de estacionamento que têm que ser marcados dentro das construções; é os passeios que retiram área aos lotes, sem a devida retificação e, pelos vistos, já chegaram ao ponto de pensarem em usar a prerrogativa do pagamento dos estacionamentos em falta na Plataforma Logística. Então, a Câmara, que foi a promotora do loteamento da PLIE, que não acautelou as condições para que os lotes tivessem espaço para o estacionamento, é a mesma Câmara que vem falar no pagamento dos estacionamentos em falta. Estacionamentos que ela não criou condições para poderem ser feitos. Isto, no mínimo, é má fé. Mas pode ser muito mais grave do que isso. Depois, é uma guerra para conseguir ter a autorização de utilização, documento fundamental para o desenvolvimento das atividades, mas que se arrasta no tempo, sem o mínimo respeito pelos prazos definidos na legislação para a sua emissão, com vários requerimentos para pedir a sua emissão, que, logicamente, foi aquilo que pediram no primeiro requerimento. Eu sei que está na legislação assim. Mas nas Câmaras onde as pessoas têm mais abertura de espírito, já ultrapassaram essa questão com um único requerimento. Lá voltamos, novamente, à questão essencial: é preciso haver bom-senso e dar importância ao que realmente é importante e não se perder em mil e uma questões processuais, pondo de lado prazos de resposta que são importantíssimos para os investidores, chegando a mandar ofícios a responder às reclamações por falta de resposta e não respondendo ao que efetivamente interessa que é a emissão da autorização de utilização. E isto que estou aqui a referir, não aconteceu só uma vez comigo, já foram duas vezes. Em jeito de conclusão, o desenvolvimento do concelho passa muito por serviços da Autarquia eficazes, que deem resposta atempada e positiva às solicitações. E não me venham dizer que os processos estão mal instruídos, porque,

em mais de trinta e sete anos de atividade, já fiz muitos projetos e em muitas Câmaras. Tenho dito, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Tem, agora, a palavra, o Dr. Aires Diniz. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente e a Mesa, cumprimento a Vereação e o Senhor Presidente. Cumprimento os meus amigos que estão aqui, Deputados Municipais, aqueles que estão no Público, Funcionários e toda a gente que está em casa a ouvir-nos. Eu venho falar sobre um problema que afeta a coesão social e económica da Guarda ou os problemas que afetam. E vou começar por dizer aquilo que escrevi. Em devido tempo, o PCP alertou para os problemas que iriam ser gerados pela eventual extinção da Escola C+S de São Miguel, prejudicando alunos, pais e encarregados de educação, bem como professores e funcionários desta escola. Soubemos, há poucos dias, pelos jornais, que a Escola C+S de São Miguel irá mesmo deixar de ser escola para ser um lugar afeto à Unidade de Emergência Proteção e Socorro da GNR. Por isso, confrontados com esta situação, em 02 de novembro de 2023, os pais e encarregados de educação dirigiram-se ao Presidente da Câmara pedindo a fundamentação desta decisão e, conseqüentemente, a fundamentação da decisão política do pedido dirigido à Direção-Geral de Educação nesse sentido, bem como outros elementos. Recebemos, também, cópia do ofício, datado deste mesmo dia, que foi enviado à Diretora Regional de Educação do Centro, ao Secretário de Estado da Educação e ao Ministro da Educação. De facto, os pais e encarregados de educação, são os principais lesados por esta decisão e, por isso, o PCP foi contactado para inquirir da Câmara Municipal da Guarda sobre as razões que levaram a Câmara revogar o projeto de realização de obras de remodelação desta escola, bem como da ata da reunião do Conselho Municipal de Educação sobre este assunto e, ainda, a parte da Carta Educativa que fundamenta a extinção desta escola. Infelizmente, informam-nos, agora, os pais e encarregados da educação, que a fundamentação do encerramento foi a transferência de competências para o Município associada a esta carta educativa, pois, 73,1% dos alunos eram dos escalões A e B que precisavam de ser incluídos. Curiosamente, o Instituto de Gestão Financeira indicava que o encerramento seria no final do próximo ano letivo, mas o senhor Secretário de Estado decidiu, pois, contribuir para a morte

apressada do interior extinguindo já esta escola. Resta, ainda, comprovar, se foi o local melhor para a instalação desta UEPS, algo que podemos e devemos questionar. Está, portanto, claro, para os pais e encarregados de educação, que a Câmara Municipal da Guarda extinguiu a escola, discriminando negativamente, em geral, as crianças e jovens, e em particular os alunos pobres e os das aldeias, com insucesso, para dar instalações para a GNR, por isso ser proveitoso para a cidade, mas sem procurar outra alternativa que não fosse o fim de uma escola. É o que não podemos aceitar. Este é um problema bem antigo, pois, vivemos, desde há muito tempo, uma política demográfica, chamam de política demográfica, ou seja, uma política geral do país que esvazia as aldeias e o distrito, e o nosso concelho também na parte rural, com o Conselho Municipal da Guarda, já em 1973, conforme eu pude ler nas atas do Conselho Municipal da Guarda (em 73, havia um Conselho Municipal), a construção de edifícios definitivos para o ensino primário, defendendo o aproveitamento dos edifícios existentes e a análise da tendência demográfica das diversas localidades. Decidindo em função dela, se farão edifícios definitivos ou se farão adaptações em edifícios já existentes, por razões de economia. Mas, infelizmente, esta análise demográfica não foi nunca feita e devia ser feita. Devíamos questionar aquilo que está a acontecer no nosso concelho e no nosso interior que nos leva ao esvaziamento continuado. Depois, estamos assim perante a necessidade de questionar a política geral do país que esvazia o nosso concelho e, com ele, o nosso interior, perguntando ao Executivo se tem feito algo mais do que colocar espaços educativos existentes no nosso concelho ao serviço desta UEPS, em prejuízo das nossas crianças. Por outro lado, assistimos ao sucessivo isolamento do nosso concelho, bem como dos concelhos servidos pela linha da beira alta (que continua encerrada para nosso prejuízo pessoal e coletivo), que foi encerrada e cujas obras se arrastam, sem que este atraso seja minimamente explicado pela empresa que está a fazer a requalificação da linha da beira alta, prejudicando o acesso da população afetada aos hospitais, serviços educativos a que esta dá acesso e aos serviços comerciais e outros serviços que há aqui na cidade ou aqui nos concelhos em volta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe, chamo-o à atenção que tem meio minuto. Muito obrigado.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Eu já acabo. Cumulativamente e sem qualquer justificação, temos assistido ao não funcionamento do transporte ferroviário de passageiros no troço Guarda/Vilar Formoso, mais ecológico, que não serve para transporte de mercadorias, prejudicando o acesso da população servida ao mercado de bens e serviços e aos serviços públicos da Guarda, desta hinterland, nomeadamente aos seus serviços de saúde e de educação, obstaculizando, e sublinho, até excluindo os nossos concidadãos do acesso ao nosso hospital e ao seu serviço de saúde. Ficou, assim, menos coesa a nossa região, com o fim de uma escola e o encerramento da linha da beira alta, prejudicando assim a manutenção das nossas estruturas sociais e económicas e acelerando o nosso esvaziamento populacional. Trata-se de um fenómeno que todos os dias verificamos e que, dramaticamente, todos os dias, nos preocupa. Bom Natal para todos e Bom Ano.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Tem a palavra Albino Freire Bárbara. Faça favor.” -----

- **Albino Freire Bárbara:** “Ora, muito bom dia. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes. Em primeiro lugar, dar os parabéns à Câmara pelo avanço do Porto Seco. Uma infraestrutura que, infelizmente, já vem tarde. Por aquilo que sabemos, a primeira fase poderá estar concluída no início de 2025 e os seus trinta mil metros poderão ser palco do movimento que chega aos milhares de contentores por ano. Em face disso, julgo que é absolutamente necessário esclarecer algumas dúvidas. Tendo em conta que o impacto ambiental tecnicamente controla possíveis danos, garantindo um ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável, analisando, identificando, prevendo e interpretando a importância dos impactos relevantes, diretos e indiretos a curto, médio e longo prazo, pergunto o seguinte: a avaliação ambiental estratégica foi feita? A vedação do perímetro foi devidamente acautelada? A ponte pedonal vai ser removida ou desaparece? Na eventualidade de ser removida, vai para onde? Foram feitos estudos no sentido de salvaguardar o pequeno ecossistema, de características únicas da fauna e flora, e foi salvaguardada a linha de água, garantindo a sua não poluição? Afirmou, recentemente, o senhor Presidente da Câmara, que o projeto não terá ampliação para cima das casas do Bairro Nossa Senhora de Fátima, ficará fora da zona urbana e deverá ser virada para o futuro. Se assim é, é capaz de nos dizer qual será e onde será a área de expansão? Ou

Porto Seco será, apenas e tão só, um espaço confinado àqueles trinta mil metros? Uma outra questão, e que está subjacente, é a chamada Variante à Sequeira. Também aqui se chega tarde e a más horas e também aqui se colocam algumas questões. Para além de saber se existe o estudo de impacto ambiental, estará o piso preparado para receber camiões de trinta e quarenta toneladas? E vai ser salvaguardado o impacto sonoro? E, finalmente, pergunto qual a diferença substancial entre o projeto inicial e este que agora nos é apresentado? Em face de tudo isto e do exposto e por toda esta cadeia de razões a que acrescento mais uma, transparência, será ótimo que a APDL e a Câmara da Guarda aceitem a sugestão de criar uma comissão de acompanhamento, o mais urgente possível, onde estejam representadas, para além dos Deputados desta Assembleia, técnicos das mais variadas áreas, organizações ambientais e os moradores que podem ser representados pelas associações, quer da Sequeira, quer do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Penso que, desta forma, ficaríamos todos mais salvaguardados, percebendo as várias etapas da construção desta infraestrutura, que comporta riscos, mas que é fundamental para o desenvolvimento da nossa terra. E, acerca disso, parece que estaremos todos de acordo. Uma outra questão bem diferente, tem a ver com a situação que se vive no Serviço Nacional de Saúde por todo o país, fruto de políticas diversas e de diversos Governos. E, sem mais comentários, passo a descrever a situação caótica que se vive no Sousa Martins. Começamos pela gastroenterologia: não existe. Otorrino: urgência uma vez por dia. Cardiologia: dois dias por semana. Oftalmologia: não há urgências, nem operações. Dermatologia: não há urgência. Estes são alguns exemplos, enquanto que noutras especialidades, caso da cirurgia, onde vários médicos estão à beira da reforma, o mesmo acontece com a obstetrícia e a periclitante maternidade a que estamos permanentemente na ameaça de encerrar. Para terminar, a pergunta que se coloca, tendo em conta o mercantilismo de alguns setores que dizem defender algumas classes e o comportamento que considero jacobinesco da ordem dos médicos, é saber se a urgência do Sousa Martins vai continuar aberta a servir esta população, muito dela idosa, do nosso concelho e de grande parte da zona de intervenção da ULS, ou se, pelo contrário, as urgências do Sousa Martins passarão para o Cova da Beira, Viseu ou mesmo Coimbra. Pelo andar da carruagem, e termino já, senhor Presidente, é isso mesmo que parece. E, em vez daquilo que normalmente parece e se converte em é, será

tempo de se fazer alguma coisa. Não esperemos por Santa Bárbara, muito menos pelos trovões. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não estando a Mesa e prevendo o Regimento que a Mesa, que dá a resposta, não estando a Mesa, obviamente, habilitada, neste momento, a dar resposta, brevemente enviaremos às entidades competentes a sua exposição ou a sua interpelação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passava, agora, à votação da ata da última Assembleia de 27 de setembro. Não sei se alguma senhora Deputada, ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre a ata, sobre o conteúdo da mesma. Não parecendo, colocava a ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três.** -----

- Aprovada, por maioria, com setenta e três votos a favor e uma abstenção. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “De seguida, há o período antes da ordem do dia. A primeira força política a apresentar moções e recomendações foi o Partido Social Democrata. E a primeira é uma Recomendação: “Propaganda, sim. No local certo”. Faça favor. Eu tenho isto numerado pela ordem de entrada.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Os meus bons dias a todos. Cumprimentar todos os que aqui estão presentes, cumprimentar quem nos ouve lá em casa. A recomendação é, portanto, de propaganda, sim, no local certo. Os senhores Deputados e Presidentes de Junta tiveram acesso aos documentos, sabem o exposto que aqui fazemos e as recomendações que damos. Portanto, serei breve nas minhas palavras acerca deste assunto. Porque é que dizemos propaganda sim, no local certo? Porque nem toda a propaganda política pode ser má. É importante manter os cidadãos informados daquilo que o seu município faz, daquilo que acontece na sua cidade, nas suas aldeias, na vila, o que seja. E podemos dar essas informações através do boletim municipal, através do canal de televisão Guarda TV, através das redes sociais. No entanto, parece-nos, a nós e parece a muita, muita gente desta cidade e deste concelho, que a propaganda que é feita por este município, nem toda é útil, nem toda é neutra, nem toda é totalmente

transparente. Damos aqui os exemplos do boletim. Porquê? Porque é que tem mais fotos do senhor Presidente do que páginas? Porque é que é o senhor Presidente o diretor deste boletim? Porque é que, e isto falo de um caso particular, porque é que eu, quando quero entrar num autocarro para Lisboa, para o Porto, para Aveiro, para o que for, vou ao centro coordenador de transportes e, na televisão, onde deveriam estar expostos os horários dos autocarros, o que vejo é propaganda? Porque é que eu vou à biblioteca municipal e, na receção, o que vejo, é propaganda? Temos de fazer uma reflexão sobre isto. Nesta recomendação apontamos quem é o responsável por isto. Portanto, resolva-se, por favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Relativamente à recomendação do PSD, nada tenho a dizer e concordo com tudo aquilo que lá está escrito. No entanto, gostaria que esta reunião fosse a primeira de muitas democráticas e, se calhar, era bom que o senhor Presidente pudesse já responder a esta recomendação lançada pelo PSD.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente deseja responder... no fim? No fim. Muito obrigado. Passava ao segundo ponto apresentado pelo PSD, que é a moção pela conclusão do Plano Diretor Municipal, PDM, nos próximos seis meses.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “- Bom dia, senhor Presidente. Bom dia a todos os que nos escutam à distância e a todos os que aqui estão nesta sala, obviamente. Esta moção resume-se numa frase. O senhor Presidente da Câmara Municipal prometeu à Guarda o Plano Diretor Municipal em seis meses, se fosse eleito. Já passaram vinte e seis. E o nosso desafio, com esta moção, é criar aqui um novo prazo, uma nova promessa eleitoral, uma nova oportunidade, porque as pessoas também merecem segundas oportunidades. E, portanto, aqui o compromisso do senhor Presidente, damos aqui um prazo longo, seis meses. Tendo em conta que estamos a nove dias do fim do prazo para apresentação dos PDM’s, será de estranhar que o município, nos próximos seis meses, não apresente um PDM à Guarda. E, portanto, propomos que a Assembleia aqui reunida

aprove um prazo, por assim dizer, novo, para que o senhor Presidente possa apresentar à Guarda a Revisão do Plano Diretor Municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora ou algum senhor Deputado seja intervir? Faça favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Meus senhores, esta moção é uma proposta populista que visa fazer ruído mediático para a comunidade, levando a que os cidadãos da Guarda pensem que, neste momento, a culpa é do Município da Guarda. E o PG não pode deixar de recordar ao PSD que o processo do PDM caiu em 2021, em plena governação do PSD, vejam só. E o PG teve que recomeçar o processo de novo. Sabemos que eles sabem. Nós sabemos. Eis o porquê desta moção: querem esconder as suas responsabilidades. Mas o estado atual da arte é que, em dezembro de 2023, dizemos que a fase do trabalho técnico e político da Câmara Municipal está feito e será apresentado. Como dizem os técnicos, a proposta do PDM da Guarda, meus senhores, está selada. Será a partir de março do próximo 2024, que as trinta e oito entidades externas à Câmara Municipal da Guarda poderão apreciar e decidir a proposta do PDM como o Município da Guarda apresenta. O PSD sabe perfeitamente disto. Se não sabe, devia saber. O PSD sabe ou deveria saber que, a partir de agora, são as entidades externas à Câmara que têm de decidir sobre a proposta do PDM. Ouvimos todos os envolvidos e, após o processo completo, esperamos que as trinta e oito identidades decidam o mais célere possível sobre este instrumento urbanístico que é essencial para Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada... Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Deputado, nós aqui viemos estipular, não é uma proposta populista. Prometido em seis, passaram a vinte e seis. Os senhores, agora, têm um novo prazo de seis meses para apresentar o PDM. Acha que alguém o leva a sério quando diz que a culpa não é do Município? Quem é que governa, há dois anos, a Câmara da Guarda? Estamos a falar de coisas sérias. Não venha para aqui brincar com esta situação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa, mas, é assim: exatamente conforme você disse, o PG está apenas há dois anos. Os senhores, em dois anos, conseguiram deixar cair o processo do PDM. E nós, em menos de um, conseguimos concluir. Neste momento... senhor Deputado, se não percebeu, eu digo-lho outra vez. A proposta está selada. Em março de 2024, as trinta e oito entidades vão fazer a apreciação. E eu duvido muito, duvido muito senhores Deputados. É a tal história como o aeroporto de Lisboa. Em seis meses? Duvido, senhor Deputado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faça favor. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Mesa, os meus cumprimentos. Eu recordo-me de uma entrevista, e está na Internet, na Rádio F, em que o senhor Presidente disse que o PDM estava terminado na Câmara e que, no espaço de seis meses, estaria concluído. Ou seja, ninguém está aqui a dizer nada, apenas que não cumpriu a palavra dos seis meses. Tal como não cumpriu muitas palavras que deu para trás. Agora, desafio-os a todos. Vão ao Site, vão à Internet, vão à Rádio F e vejam se o senhor Presidente disse isso ou não logo após as eleições. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia. Como é óbvio, iremos votar favoravelmente a moção do PSD. Não por esta questão da politiquice e de estar aqui com seis meses para cá, seis meses para lá. Mas porque o PDM é realmente muito importante. E se é muito importante para a cidade, mais importante é para as nossas aldeias, porque, neste momento, nós temos conhecimento de várias aldeias onde se quer construir e onde não há sítio para construir. E, portanto, urge em finalizar o processo. E, realmente, a promessa de que o PDM estaria pronto em seis meses, foi uma promessa vossa. Vocês têm que cumprir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Para que não restem dúvidas, nós vamos votar aqui esta moção que estipula, entre comas, um novo prazo para o PDM. É uma forma, é

quase uma figura de estilo. Houve uma proposta, essa sim populista, o senhor Presidente prometeu à Guarda que, em seis meses, tinha o PDM pronto. Passaram vinte e seis. E agora nós estamos aqui hoje a dizer, a desafiar o Executivo Municipal, para que o apresente nos próximos seis. Daqui a seis meses, cá estaremos outra vez, na Assembleia de junho, para tirar a limpo se o PDM foi ou não apresentado. E depois aí voltaremos também com outra moção, se calhar, para que o Executivo Municipal o apresente nos seis meses seguintes, até dezembro. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Só para dizer que, mais uma vez, estamos numa luta de isenção de responsabilidades. Há muitos Executivos com responsabilidade no atraso do PDM da Guarda. Portanto, sinceramente, o importante é o Executivo atual lançar-se ao trabalho. Sem deixar cair que foi uma promessa ele estar cumprido em seis meses. Portanto, reclamar do prometido, também é um bocadinho tramado. Portanto, deixemos a responsabilidade, se calhar, de lado. Porque senão estaríamos aqui muito tempo a debater todos os Executivos que tiveram esta problemática nas mãos e não a resolveram e vamos passar às soluções. Portanto, o que deixamos é que obviamente vamos votar a favor desta moção, mas este Executivo tem que realmente começar a cumprir as promessas que faz, inclusivamente o PDM deveria ser em seis meses. Já o PSD referiu, passaram vinte e seis. É um prazo gigantíssimo.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja falar? Senhor Deputado José Valbom, faça favor.

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente e restante Mesa, senhores Vereadores, todos os Deputados e quem me ouve, um bom dia e votos de Boas Festas. Sobre o Plano Diretor Municipal, o que se pode dizer é que quanto mais depressa melhor. Tem atraso de vinte anos. Tem atraso de vinte anos. Está atrasado na Guarda, está atrasado em muitos municípios do PSD, muitos municípios do PS. Ainda no outro dia houve uma posição pública dos seus autarcas, até liderados por um do PSD, a dizer e bem que devem ser os processos acelerados e pedir mais prazo para se fazer o processo bem. Sobre prazos e sobre mandatos, o PSD é capaz de se responsabilizar que

a APA dá o parecer em seis meses para que nós cumpramos o nosso prazo? E, sobre prazos, aconselho toda a gente a que nunca mais se comprometa com prazos que dependam do Governo central. E, sobre prazos, já disse aqui cinquenta vezes, votaremos esta e todas as outras moções, as anteriores também, que venham com prazos, prazos são mandatos e o atual Executivo não aceita mandatos de ninguém, votamos clarissimamente contra. Porque queremos o Plano Diretor Municipal rápido, mas não queremos mandatos. Claro que queremos o Plano Diretor Municipal. É tão importante para vocês como para mim, que somos cidadãos da mesma terra. E sabem porque está atrasado, todos os que aqui estão, porque tem vinte anos, atravessa toda a gente. Por isso, vamos votar contra. Querendo que seja até em três, mas votamos contra porque não aceitamos, nunca aceitaremos, nunca votarei, pelo menos eu, uma moção que imponha um mandato. Isto não é um tribunal, é política. Não aceitamos mandatos.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora, bom dia a todos. Então, perante as palavras do senhor Deputado José Valbom, podemos concluir que não há problema nenhum que o PDM não esteja revisto, porque noutros municípios também ainda não foi feita essa revisão. E, segundo, e segundo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado... Senhor Deputado José Valbom. Senhor Deputado...” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “E segundo, o que o senhor Deputado José Valbom disse, então, temos que acautelar o que dizemos consoante as leis e consoante muitas entidades, que perante essas entidades as coisas possam ser feitas ou não. Foi isso que deveria ter sido feito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Na campanha eleitoral, três figuras apareciam aí nos outdoors: Sérgio Costa, Valbom e Relva. E hoje aqui temos o estilo. É o estilo da democracia do quero, posso e mando, do Governo minoritário que se quer agigantar e fazer-se de Governo maioritário. E hoje, especialmente no dia de hoje, que deviam começar a dar mostras de alguma humildade, são as intervenções que temos. Portanto,

nada vai mudar na Guarda. E depois querem que os orçamentos sejam aprovados. É isto que nós temos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Meus senhores, é assim. Não querem prazos, não querem imposição de prazos. Mas quem pôs prazos? Quem deu e quem repetiu “têm a nossa palavra” durante toda uma campanha e quem disse seis meses foi o PG.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado seja intervir. Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir? Faça favor. “ -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Não gostaria de falar a não ser no final, mas perante os factos aqui, perante as declarações, eu terei que intervir. Não sem antes de cumprimentá-lo a si e a toda a Mesa, ao Executivo a todos e todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aos senhores Deputados Municipais, Chefias da Autarquia, demais Funcionários e, naturalmente, ao Público que aqui assiste presencialmente, mas também de forma online lá em casa ou nos seus escritórios. Bom, muito telegraficamente, senhor Presidente. Referir que o PDM, em primeiro lugar é para todo o concelho e não é só para a cidade. Eu vi escrito para a cidade. Não é só para a cidade, é para todo o concelho, diz respeito a todos nós. Mas nós devemos recordar o que é que aconteceu em junho de 2021. Porque, chegados à governação, depois de tomarmos posse, no final de 2021, longe de nós e assumindo aquilo que dissemos, porque está escrito e nós devemos assumir tudo aquilo que escrevemos e dizemos, longe de nós imaginarmos o estado da arte do processo quando chegámos à governação no final de 2021. Pois, em junho do mesmo ano, havia uma comunicação da APA que estava simplesmente esquecida nesta casa que fez com que o processo caísse. Porque se o processo estivesse a ser agilizado e a correr os prazos de forma normal, em seis meses estava cá fora isso, isso vos garanto. Mas o que é facto é que, por causa dessa comunicação da APA, todo o processo caiu. E de lá para cá... caiu porque a APA deu esse parecer negativo, no caso concreto da Carta da Reserva Ecológica Nacional. Toda a gente se esqueceu, ninguém deu conta dele. Será humano? Não sei.

Mas o atual Executivo teve que retomar todo o processo, reiniciar o processo, a contratação pública da revisão da Carta da Reserva Ecológica Nacional, da consultoria do projeto, da avaliação ambiental estratégica. E tudo isto demora meses, esta contratação pública, como todos nós sabemos. Em março de 2022, conseguimos, a muito custo, e agradecemos aos técnicos do município que tenhamos conseguido fazer a primeira reunião da conferência decisória entre as trinta e oito entidades. Esse passo era fundamental para retomarmos todo o processo. E ao longo deste tempo várias foram as interações, depois das contratações públicas, os contratos que foram feitos com os consultores, as interações com a Agência Portuguesa do Ambiente que já deu vários pareceres intercalares sobre a nova proposta de Carta da Reserva Ecológica Nacional, foram auscultadas novamente todas as Juntas de Freguesia e a equipa projetista, senhor Presidente, a equipa projetista do plano enviou este mês para a Câmara Municipal a proposta final do PDM. Proposta essa que está em análise nos serviços técnicos para que possa ser fechada até ao início de 2024 e assim poderemos solicitar a segunda reunião da conferência decisória entre as trinta e oito entidades para poderem dar o parecer. Veremos quais serão os pareceres das entidades e as interações e as alterações que irão solicitar. E só a partir daí, desses pareceres positivos, é que nós poderemos avançar com a consulta pública. É caso para dizer o que é que se passou entre março de 2020 e outubro de 2021? É uma pergunta que deve fazer. O que é que se passou durante todo este tempo? Um ano e meio, a caminho dos dois anos, o que é que aconteceu ao PDM? Ficou em banho-maria? Ficou em standby? Não sabemos. O que é facto é que, nós, quando chegámos à governação, foi isto que nós encontramos. Pela equipa consultora, aquilo que nos é referido numa comunicação que nos enviou esta semana, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é que, a correr bem com as entidades, as trinta e oito entidades a colaborarem com todo o processo, lá mais para o final do ano de 2025 poderemos ter o PDM publicado. É a comunicação enviada pela equipa projetista, com todos os prazos. E os prazos mínimos. Os prazos mínimos que, a partir de agora, a partir do momento que seja solicitada a conferência decisória, já não está nas mãos da Câmara. Vai para as entidades e depois são os prazos todos subsequentes da consulta pública, dos pareceres, enfim, tudo isso. E por isso, e o Deputado José Valbom bem referiu, quando este processo do PDM se arrasta há vinte anos, é bem verdade. Nós temos dois técnicos

afetos a este processo. Infelizmente, um agora está hospitalizado, está de baixa, esperemos que rapidamente se recupere. Mas ninguém, naturalmente, estará mais preocupado do que eu, em relação à aprovação e à conclusão deste projeto de revisão do Plano Diretor Municipal. E, senhor Presidente, aquilo que eu propunha, para que não restem dúvidas sobre tudo aquilo que eu aqui acabei de referir, e por isso é que eu digo que esta moção se fosse uma recomendação... agora, enquanto moção, e como disse e bem o Deputado José Valbom, mandatos, nós, aí, não aceitaremos. Senhor Presidente, aquilo que eu proponho é que, numa próxima reunião de Assembleia Municipal, que eu possa convidar a equipa projetista, o nosso consultor da área, para que possa vir aqui e explicar todo este processo e aquilo que falta até à sua aprovação final. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela conclusão do Plano Diretor Municipal (PDM) nos próximos 6 meses** -----
- Aprovado, por maioria, com trinta e sete votos a favor, seis abstenções e trinta e dois votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Continuava com o PSD. Voto de Louvor... Declaração de Voto? Miguel, desculpe lá.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei a favor porque, realmente, concordei com a vossa proposta e depois de ouvir o senhor Presidente com uma desfaçatez que acabou de fazer, ao dizer que lá para 2025 teríamos PDM, com mais vontade fiquei de votar favoravelmente a vossa proposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.”

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, votei a favor desta proposta porque é essencial na política que as pessoas confiem em quem elegem e quando nós vamos às urnas, eu, pelo menos, leio os programas eleitorais e vejo qual é que é a melhor candidatura e escolho com base naquilo que prometem e com base naquilo que é projetado. Se as pessoas que estão a governar o município, um governo, o que quer que seja, uma associação, seja lá o que for, não cumprem com aquilo que propõem, eu peço desculpa, senhores Deputados, mas isso degrada a democracia, degrada as instituições,

gera descrença e por isso o meu voto a favor a exigir aquilo que foi prometido à Guarda. E, senhor Presidente, fica-lhe muito mal tentar passar para os outros uma responsabilidade que é sua. O PDM foi prometido, por si, em seis meses. Passaram vinte e seis.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é uma declaração de voto, não é para fazer nova intervenção. Porque senão obrigam a Mesa a proibir as declarações de voto. Peço desculpa, mas regra é regra. Fez a sua declaração de voto e bem. Está correto. Continuava o PSD com um Voto de Louvor ao Centro de Karaté e ao Clube de Natação. Não sei quem... faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “O nosso Voto de Louvor é para o desporto da Guarda, para dois clubes em particular. O Centro de karaté Bushido da Guarda e o Clube de Natação da Guarda. No final do mês de outubro e do mês de novembro, ficámos orgulhosos pelo retumbante sucesso destes dois clubes, personificado nos seus atletas, nomeadamente, e a saber, Júlio Pina, José Barreiros, Luísa Frutuoso, Mariana Frutuoso, Micael Sanches, do Clube de Karaté Bushido da Guarda que arrecadaram catorze medalhas no Campeonato Mundial do Cazaquistão 2023 e também à Diana Mendes do Clube de Natação da Guarda, que foi, nada mais, nada menos, do que Campeã Nacional de Natação Adaptada nas modalidades de 400 metros livres, 100 metros livres, 50 metros livres e Vice-Campeã Nacional nos 100 metros costas. Este é um sucesso que deve ser evidenciado. Queríamos, também, senhor Presidente, estender este Voto de Louvor ao António Pereira, um campeão para Parakaraté que também conseguiu a medalha de bronze no final do mês de outubro no Campeonato Mundial e, portanto, este é o louvor merecido para as pessoas, para os jovens da Guarda, que se esforçam, todos os dias, para conseguir estes resultados desportivos e muitas vezes quase sem logística, sem apoio, é normal. E, portanto, vai para aí uma grande, grande, grande, salva de palmas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, agora, à discussão. Faça favor.” -----

- **Luís Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Ora, muito bom dia a todos. Não podia deixar de me associar e de reforçar este ato de louvor do PSD ao Karaté da Guarda pelas conquistas no Cazaquistão e por levarem o

bom nome da Guarda a terras tão distantes, mas, principalmente, à nossa Diana Mendes que, como todos sabem, é de Aldeia Viçosa e cumpre-me aqui destacar sempre as pessoas que levam o bom nome da Guarda e de Aldeia Viçosa a todas as partes de Portugal. Aproveito a ocasião também para louvar, mais do que as conquistas desportivas desta nossa jovem, a sua exemplar trajetória de vida. A Diana nasceu com as suas limitações físicas, ficou órfã de pai muito jovem, o bom Zé Carlos Furriel, um homem trabalhador, honesto e íntegro, e com a sua mãe, a Ester, uma lutadora, e com a sua irmã, Ana Cristina, uma preciosa aliada, foram ultrapassando as imensas barreiras que foram encontrando ao longo do caminho. Hoje, a Diana, é uma jovem totalmente autónoma, uma verdadeira campeã no desporto e na vida. Que a sua história de vida sirva de exemplo para muitos jovens como ela e também para nós. A Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa tem acompanhado também este percurso da Diana. Em outubro, nós levámos a menina ao complexo do Jamor para o Dia Paraolímpico, onde ela pôde contactar com atletas, dirigentes e também com a Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, com quem trocou contactos. Não sei se já foram efetuados, nem se não, mas foi muito bom. Aproveito, também, para agradecer à Câmara Municipal da Guarda que tem sido uma aliada no desporto na Guarda e das suas conquistas, numa altura em que proliferam os clubes, as modalidades, os escalões, os atletas. Aproveito, também, para destacar que a Guarda, doze anos depois, tem uma equipa de Voleibol federada que tem competido pelo Porto e pelo Minho. Termino, esperando e desejando que o chumbo do orçamento não venha impedir estes apoios às associações que tanto precisam deles. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais algum... já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Aqui não, senhor Deputado. Aqui não. Aqui não se chama para cá o orçamento. Aqui estamos... aqui, estamos a louvar... aqui, estamos a louvar uma pessoa da sua terra, da sua terra, que tem levado o nome da Guarda e da sua terra lá para fora. Aqui não estamos a discutir orçamento. Queria, em nome do Partido Socialista, votar convosco pelos atletas da Guarda e mostrar que os atletas da Guarda, quando bem apoiados, com boas instalações, bons espaços físicos, bons

treinadores, conseguem o mesmo que os outros atletas a nível nacional. Aqui, orçamento não, senhor Deputado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado... não quer? Muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Penso que não haverá mais ninguém. Então, colocava o Voto de Louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
----- **Pelo retumbante sucesso, fruto do trabalho abnegado dos atletas** -----
----- **dos clubes: Centro Karaté Bushido Guarda e Clube de Natação da Guarda** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Seguidamente, Voto Louvor, Professor Doutor Fernando Carvalho Rodrigues.” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e os que assistem à distância. Não é fácil falar sobre o Professor Doutor Carvalho Rodrigues. Toda a gente conhece os contributos, portanto, tudo aquilo que eu disser será a mais, mas gostaríamos que a Assembleia Municipal se associasse à distinção que foi recentemente atribuída ao Professor Doutor Carvalho Rodrigues, pela atribuição da medalha de mérito científico, recentemente, pela Ministra do Ensino Superior e da Ciência. E, também, ressaltar, as contribuições que o Professor Carvalho Rodrigues tem dado ao nível regional, portanto, contribuições cívicas e de cidadania e, portanto, propomos o Voto de Louvor. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma Senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Um bom dia a todos, mais uma vez. É óbvio que o PG se associa e tem muita honra de ser cidadão do mesmo território, do mesmo espaço geográfico, partilhar, no fundo, as mesmas preocupações que o Professor Carvalho Rodrigues com o Interior. Efetivamente, a Guarda tem gente grande. Gente que, muitas vezes, faz pontes. E também tem gente que, de vez em quando, cava conflitos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Penso que não haverá mais nenhum senhor Deputado inscrito. Não é fácil... Com os senhores Deputados a entrarem e a saírem, efetivamente, não é fácil. Desisto de fazer o pedido para se manterem na sala, creio que é perfeitamente inútil. Lamento. Saiu um senhor Deputado, portanto, teremos, neste momento, sessenta e nove Deputados.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
----- **Professor Doutor Fernando Carvalho Rodrigues** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para finalizar, o Partido Social Democrata tem um outro Voto de Louvor sobre a organização do Primeiro Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Professores de Física e Química. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Bom dia, de novo. Hoje coube-me esta missão dos votos de louvor, que, aliás, já tinham sido mencionados numa numa sessão anterior. É apenas para formalizar a intenção que já tinha sido apresentada. Este Voto de Louvor vai para a organização, e para a excelência dessa organização, do Encontro Nacional de Professores de Física e Química. Foi um encontro que trouxe à Guarda cento e oitenta docentes a participar diretamente e ainda diversos oradores, diversos investigadores, um grande número de alunos. Sabemos que é muito difícil angariar, para a nossa região, este tipo de encontros, porque há sempre muitos problemas percebidos, que até por vezes nem são reais, mas que são percecionados, e, portanto, gostaríamos de ressaltar a resiliência e a capacidade de organização deste grupo que organizou este encontro. Propomos, assim, o Voto de Louvor. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir. Senhor Deputado José Valbom.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Mais uma vez, bom dia. Como é óbvio, o PG associa-se e penso que toda a gente se associa a este Voto de Louvor pela magnífica organização dos senhores professores. Mas também podíamos englobar a reunião dos médicos que

no outro dia aconteceu e muitas outras têm acontecido na nossa cidade. O que, de certa maneira, demonstra que aquilo que eu noutra dia vi numa ata da reunião de Câmara, e fiquei um bocadinho assustado, que a cidade estava morta. Afinal não está assim tão morta. Graças a Deus, há coisas boas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Não havendo, colocava o Voto de Louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
----- **Organização do primeiro Encontro Nacional** -----
----- **da Associação Portuguesa de Professores de Física e de Química** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, às moções e recomendações apresentadas pelo Partido Socialista. Começava pela primeira que introduziram, que é Recomendação - Recomenda-se que faça.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Bom dia. Cumprimento a Mesa, os Membros do Executivo, uma palavra especial ao Engenheiro Rui Melo que nos acompanha hoje na primeira Assembleia, aos colegas Deputados, aos Técnicos da Autarquia. Estou com algumas dificuldades de voz e peço desculpa por isso. Os cumprimentos, cumprimento todos. Queria pedir a vossa benevolência porque o texto da recomendação a que têm acesso, saiu com uma gralha logo na primeira palavra e, portanto, fica a nota. E passo a ler: «Aproximamo-nos do final de mais um ano em que o concelho da Guarda vê passar ao lado grandes oportunidades de progresso e de modernização. Reconhecendo embora que nem todas passam por nós, aqui na Assembleia Municipal, ou pelo Executivo na Câmara Municipal, existem, porém, algumas para as quais o nosso empenho poderia ser bastante decisivo. E neste contexto, queremos hoje abordar um conjunto de medidas que foram trazidas a esta Assembleia ao longo deste mandato, que foram discutidas e aprovadas, mas que lamentavelmente não foram devidamente implementadas por quem tem a obrigação política de o fazer: o Executivo Camarário. São exemplos deste conjunto medidas: 1.º) Provedor do Município: apresentada, discutida e aprovada em setembro de 2022, esta medida tinha como objetivo contribuir

para a defesa e promoção de direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos munícipes na sua relação com os poderes públicos, nomeadamente com o município;

2.º) Encontro de Nómadas Digitais: no âmbito da Moção Guarda 5.0, foi proposta e discutida a realização do I Encontro Nacional dos jovens nómadas digitais em Portugal na Guarda e a criação de uma comissão estratégica para o desenvolvimento do conceito Guarda 5.0. Apesar do entusiasmo com que foi recebida, com manifestações de quase todos os grupos políticos representados na Assembleia Municipal e não obstante ter sido aprovada por unanimidade, nada se fez neste campo. Entretanto, Gouveia foi já anfitriã de um encontro de nómadas digitais e Manteigas teve aprovado pelo PRR financiamento para um Cowork como medida de atração de nómadas digitais;

3.º) Cadastro dos imóveis do centro histórico: em junho de 2023 foi apresentada, discutida e aprovada uma moção no sentido do Município elaborar um plano de reabilitação do Centro Histórico, divulgar convenientemente o destino que vai ser dado à Casa da Legião, que fosse dada prioridade à reabilitação dos dois edifícios contíguos aos antigos Paços do Concelho e que fosse elaborado o levantamento dos edifícios pertencentes ao Município. Já em junho de 2022, o senhor Presidente da Câmara havia explicado que, por causa do período de férias que se avizinhava, não seria possível nessa altura fazer o levantamento dos edifícios no Centro Histórico. Certo é que não se conhece qualquer ação do Município neste âmbito até ao presente, talvez quando terminar esse período de férias, que se iniciou em julho de 2022, tenhamos novidades;

4.º Transmissão online das reuniões do executivo municipal: discutida e aprovada em setembro de 2022 como forma de promover a proximidade entre eleitos e eleitores e fomentar a participação nas decisões que afetam a vida de todos os munícipes, esta medida continua hoje a ser uma inexistência que incomoda todos os que defendem um aprofundamento da democracia;

5.º Programa de apoio à natalidade: discutida e aprovada em abril de 2023, não foi até ao presente dado qualquer sinal de ter sido ponderada uma intervenção na área do estímulo e apoio à natalidade no concelho;

6.º Sessão solene comemorativa do 25 de Abril, proposta e aprovada em abril de 2023, não teve qualquer sequência por parte da Câmara, que se limitou ao modelo que se pratica há anos e que não mobiliza os cidadãos nem os próprios eleitos. Não sendo exaustivo, este conjunto de medidas é apenas ilustrativo do quanto ficou por fazer, desprezando o trabalho e discussão de todos os envolvidos na aprovação destas moções, bem como a vontade dos

representantes dos cidadãos do concelho. No momento em que estamos a caminho das comemorações dos 50 anos da revolução dos cravos, que devolveu a liberdade de escolha a todos os portugueses, é com muita tristeza que nesta casa da democracia local não se vislumbra nenhuma ação por parte do órgão executivo de considerar as moções aprovadas pela maioria dos seus membros. Bem pode o senhor Presidente vir dizer que tem um parecer da CCDR que dispõe que não existe obrigação, por parte do Executivo, em implementar as moções e recomendações aprovadas em Assembleia Municipal. Este expediente, porém, só demonstra a falta de consideração por este órgão deliberativo. É por isso que, em face de tudo o exposto, o grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Guarda recomenda ao Executivo municipal que faça, que saiba interpretar democraticamente a manifestação das vontades dos eleitos locais e lhes dê a devida e merecida sequência. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Está aberto o período de discussão. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir sobre este tema, faça favor. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Ora muito bom dia. Senhor Presidente, na sua pessoa, permita-me que cumprimente os presentes. Ora bem, ouvi, com muita atenção, o senhor Deputado Rui Ribeiro. Naturalmente que o grupo municipal do PSD nesta Assembleia está de acordo e acrescenta, ao facto das moções que nunca tiveram seguimento, dois lamentos. Um dirigido ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o outro ao senhor Presidente do Executivo, porque têm sido reiteradas as vezes que eu, em representação do grupo do PSD, venho aqui solicitar esclarecimentos, inclusivamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, na última Assembleia Municipal, nem usou dos melhores modos quando a mim se dirigiu e que até dizia que eu o estava a acusar de falta de transparência. Mas, eu pergunto, o que se passa nesta casa? Se isto não é falta de transparência, vem a ser o quê? Porque, efetivamente, é muito estranho o que se tem vindo a passar e que, hoje em dia, consideramos que se trata de uma clara e inequívoca violação do Estatuto do Direito de Oposição. É um direito que nos assiste pedir esclarecimentos à Mesa, ao senhor Presidente deste Executivo. Não tem acontecido. Nós sabemos que, inclusivamente, existe uma Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos que nos dá não só a razão, mas também que nos

vincula e que nos impele a continuar a persistir nestes pedidos de esclarecimento, que são pedidos de esclarecimento, não são acusações, não são imputação de qualquer falha. Mas, à data de hoje, face àquilo que foi dito pelo Deputado do Partido Socialista, nós juntamos às moções aquilo que tem sido a nossa causa, também, reiterada, que já vai para um ano de pedir aqui esclarecimentos, não só sobre a atividade municipal, mas também sobre o funcionamento desta casa. Portanto, senhor Presidente, confesso que já questiono funcionamento deste órgão deliberativo e fiscalizador, que deve ser o exemplo democrático das competências que lhe estão naturalmente inerentes. E ao senhor Presidente da Câmara, portanto, dizer-lhe que é bom que não seja só arvorar-se com a questão da transparência. É imperioso que ponha em prática o princípio da transparência. E, já agora, se me permitem, não sei se isto pode estar ligado ou não, o grupo municipal do PSD aproveita já para questionar se a renúncia da senhora Vereadora Diana não poderá estar associada a estes tipos de problemas. Mas, para esse efeito, pedimos esclarecimentos em relação a essa renúncia. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais... senhora Deputada Bárbara Xavier, faz favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Não é primeira vez e parece que não vai ser a última que moções ou recomendações deste género vêm à Assembleia, porque realmente há muitas deliberações que não têm tido continuidade. E nós, enquanto Bloco de Esquerda, estamos na mesma situação. Há respostas que não são dadas na Assembleia. Já enviamos por e-mail, temos muitos e-mails por responder. Novamente, tem razão. É um órgão deliberativo, é um órgão de fiscalidade e não temos acesso a informação. É-nos recusada a resposta. Portanto, voltamos a reforçar e hoje traremos aqui outras questões e voltamos a reforçar, o senhor Presidente tem a responsabilidade de passar informação aos Deputados e às Deputadas. Tem a responsabilidade de responder àquilo que são dúvidas, àquilo que são as necessidades de informação para conseguirmos estar aqui e ter um debate que que seja útil. Quando há essa recusa, obviamente que está dificultado o trabalho democrático. Enquanto Assembleia, também tivemos algumas dúvidas que foram expostas por e-mail e agradeço às funcionárias que responderam, realmente sei que foi um trabalho dificultado, mas tivemos essa resposta. Enquanto Executivo Camarário, continuamos sem resposta a muitas, muitas situações.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Li com atenção esta moção e queria-me dirigir aqui também ao PG. Eu não digo só mal de tudo o que é feito. Se estiver aí o Presidente de junta de Maçainhas, ele já começou a dar o exemplo e já começou a transmitir as reuniões do Executivo da Junta online. Está a ver? Uma boa medida de transparência do próprio PG, que devia ser aplicada pelo próprio Executivo. E, depois, tenho ouvido, também, muita gente ligada ao PG e ligada à governação a dizer que “devíamos ter todos visto o que se passou na reunião de Câmara”, “que vergonha ter-se passado aquilo na reunião de Câmara”. Estava ao vosso alcance disponibilizar a reuniões online gravadas. Mas como os senhores têm medo de ser vistos a governar, como têm medo do escrutínio quinzenal e como não conseguem executar uma medida tão simples, ficamos na opacidade. E estamos muito bem, é para continuar. Acho que devemos continuar assim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É, esta recomendação já tinha qualquer coisa a ver com o orçamento. Mas não queria falar sobre isso. Queria falar única e exclusivamente relativamente à Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal da Guarda, deve ser a Assembleia com menos expediente, com menos carta que eu conheço no país, porque a verdade é que a nós, Deputados, pelo menos nada nos chega. E, portanto, se calhar, não sei, é melhor dizerem às outras Assembleias, a quem manda cartas para aqui. É que nós conhecemos várias Assembleias onde existe correspondência. Se calhar, na Assembleia Municipal da Guarda não existe. Não sei, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, eu dirijo os trabalhos. Já lhe respondo. Mas, primeiro, pergunto se mais alguém quer falar? Faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez. Era só para dizer que eu sou, de certeza, uma pessoa muito distraída, porque várias das sugestões que aqui

foram ditas nesta recomendação estão vertidas e assumidas como compromisso no orçamento que fizeram o favor de chumbar. Estão lá. Leia. Aconselho a ler.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Senhor Deputado José Valbom, orçamento e princípio da transparência, de facto, deviam-se coadunar. Mas os pedidos de esclarecimentos que têm sido dirigidos à Mesa e ao Executivo, por parte do grupo municipal do PSD, não têm tido qualquer esclarecimento, nem resposta, nem cortesia de trato. Portanto, se isto não está vertido no orçamento, de facto, é lamentável, mas é um orçamento, então, que não merecia aprovação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se... faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó Deputado Valbom, comecem a trabalhar. É que dizer que está no papel... Ó senhor Presidente, exijo, por favor...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ordem na sala. Faça favor, senhor Deputado.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Muito obrigado. Portanto, ó senhor Deputado, comecem a trabalhar. O senhor Deputado dizer que as coisas estão no orçamento, mas depois nada fazer... É que a maior parte das moções que o Deputado Rui Ribeiro colocou, foram aprovadas em 2021/ 2022. Sabem em que ano estamos? Estamos a iniciar 2024. Trabalhem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Eu queria, eu queria muito afirmativamente... Eu queria muito afirmativamente deixar aqui dito. Todos os assuntos que chegam à Assembleia para dar conhecimento aos senhores Deputados, não me pesa minimamente na consciência de que dalgum não tenha sido dado conhecimento. E, portanto, o senhor Deputado Miguel Borges errou ao acusar a Mesa. Parece que acusa a Mesa de falta de transparência. Isso, eu não admito. Mas, já agora, aproveito para dizer que quando chegam documentos à Mesa, que depois os senhores gostam de interpretar de outra maneira, como é o parecer da CCDR, esse também foi dado conhecimento. Portanto, até hoje, nada chegou que não tivesse sido dado conhecimento e quero que isto fique hoje aqui muito claramente dito. Muito obrigado. Moção pela concretização dos compromissos assumidos... Peço-lhe desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu é que peço desculpa se, por acaso, realmente, não chegam comunicações ao senhor Presidente e à Mesa. Agora, eu acabei de saber, por exemplo, que o Bloco de Esquerda tem enviado várias comunicações à Assembleia no sentido de serem lhe serem respondidas. E a verdade é que eu não tive conhecimento nem desse e-mail, nem das respostas que foram dadas. E, já agora, dizer-vos que, relativamente ao PSD, fez favor o grupo parlamentar, nomeadamente pela Deputada Dulcineia, de nos enviar a nós para dar conhecimento, porque senão provavelmente também não teríamos conhecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe desculpa, faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, bom dia. Parece-me haver aqui é um problema de comunicação entre o Executivo e a Mesa, porque quando o PSD envia para a Mesa as questões colocadas e que quer ver respondidas, também não chega nada. Obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Não tinha considerado vir aqui, mas, falando em transparência, custa-me um bocadinho porque nós nunca fomos informados do que acontece fora do expediente. Normalmente, eu, na minha intervenção, chego aqui e digo, muitas vezes relacionado com o 25 de Abril, mas as reuniões dos líderes parlamentares, essas conclusões deveriam ser trazidas para aqui, porque estamos só em líderes e o resto dos Deputados e Deputadas deviam ser informadas no início. Faz parte das responsabilidades, têm sido garantidas por mim na minha intervenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Fica feito um pedido, aqui em conversa com os colegas da Mesa, é que quando algum senhor Deputado dirigir uma carta à Mesa, então nós pedimos que peçam para ser transmitido aos senhores Deputados, porque não é isso que tem sido feito. Portanto, vem dirigido à Mesa, não é solicitado que seja dado conhecimento ao plenário. Vamos ter em atenção quando vier. Muito obrigado. Moção pela concretização dos compromissos.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, cumprimento-o e, em si, cumprimento todos os presentes e todos aqueles que nos assistem através de casa. Assim de forma muito sintética, esta moção fala aqui de vários dos compromissos assumidos pelos Governos de António Costa com a Guarda e que foram concretizados,

mas também existem alguns compromissos que ainda não puderam ser concretizados ou que ainda não tiveram a sua concretização completa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Esgotaram o tempo, o tal tempo de cavalheiros para apresentação das...” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “É impossível, senhor Presidente. Quando o Rui saiu dali, faltava 1 minuto e 51. Eu não estou a falar há 1 minuto e 51. É impossível, senhor Presidente. Podemos ver, se está gravado. Eu tenho a certeza que tinha 1 minuto e 51. Eu não estou aqui há 1 minuto e 51. Por isso, não sei se foi erro do técnico, de quem foi. Não estou a insinuar, eu tenho a certeza. Pronto, temos que gravar então. A partir de agora temos que gravar, então, a grelha dos tempos. Está gravado? Então, é só irmos ver. É só irmos ver. Então, senhor Presidente, pedia-lhe que visse, porque eu tenho a certeza do que estou a dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado entende que o sistema dava quanto tempo?” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Constava lá, quando o Rui Ribeiro saiu, 1 minuto e 51.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, então tem 1 minuto e 51. Faz favor.” -

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Muito obrigado. Então, como estava a referir, já foram vários os compromissos assumidos pelos Governos de António Costa que foram concluídos na Guarda, mas nem todos foi possível concluir. Com o repentino término do Governo, é nossa preocupação que alguns destes compromissos fiquem por cumprir ou sejam atrasados. E, portanto, é nosso desejo que haja uma célere realização das obras do Hotel Turismo, uma célere realização das obras definidas no Protocolo ontem assinado com a UEPS, a rápida finalização das obras da linha da Beira Alta e a respetiva reabertura, a abertura do concurso para a construção das novas residências estudantis. Desta forma, propomos que seja enviada esta moção para o Primeiro-Ministro, de modo a garantir que este continua a diligenciar, junto dos respetivos ministérios e até ao último momento da sua governação, no sentido de concretizar estes compromissos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Tratando-se de uma Moção, colocava à discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Ó senhor Deputado, quer dizer, é o vosso desejo? Agora que caiu o Governo? Desculpe lá! Bem, concretizaram recentemente a UEPS. Falta o Centro de Prevenção Rodoviária, o Arquivo Geral da Administração Pública, o Hotel Turismo requalificado até 2025. Bem, e isto é para o concelho, porque se estamos a falar para o distrito ainda temos o parque TIR em Vilar Formoso, o Centro Avançado de Turismo na fronteira, a revitalização da linha entre o Pocinho e Barca d’Alva. Portanto, é agora, assim, depois de cair o Governo, que têm esses desejos? Desculpe lá, mas lamento!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, tem o tempo esgotado. Tem o tempo esgotado ou eu estou aqui a ver mal. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Achámos piada vir esta moção pelo PS, normalmente o PG é que costuma apresentar estas moções de continuidade do trabalho que não é feito. Nós, obviamente, não vamos aprovar. Na última Assembleia, inclusivamente, aprovámos aqui um voto de protesto sobre os atrasos na linha da Beira Alta, portanto, obviamente que não concordamos minimamente com uma moção de continuidade do mau trabalho e de ausência de trabalho que tem sido feito na Guarda. Iremos votar contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Colocava, então, esta... Peço desculpa... Deus. Colocava, então, a moção “Pela concretização dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal com a Guarda” à votação. (...) Peço imensa desculpa do que vou dizer. Creio que depois dos apelos que tenho feito em todas as assembleias, que já hoje aqui fiz, eu não queria chegar ao ponto de ter que fechar a porta à chave. É que, quando estamos a votar, há quem entre e saia. Não é possível. Obriga a repetir a votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela concretização dos compromissos assumidos** -----
----- **pelo Governo de Portugal com a Guarda** -----
- Rejeitada com trinta votos contra, trinta e quatro abstenções e doze votos a favor. ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor. Só um bocadinho, já vos dou a palavra.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Só para esclarecer. O grupo municipal do PSD votou contra. Absolutamente nada contra a substância da moção é àquilo que naturalmente o Governo do Partido Socialista já devia ter feito. Já devia ter honrado essas promessas todas. Mas simplesmente somos contra esta forma, este procedimento adotado pelo Partido Socialista, pelo grupo municipal do Partido Socialista, que parece que nos está a reduzir a uma situação de... é ridículo, desculpem-me usar esta expressão. Porque estamos a usar aqui uma situação em que os Deputados da Assembleia Municipal se vão sujeitar a uma situação que... não é agora que vão fazer aquilo que o senhor Deputado tanto deseja e que todos nós desejamos. O que o senhor acabou de dizer, todos nós desejamos. Mas desejávamos que o Governo do Partido Socialista o tivesse feito a seu tempo ou no seu tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado José Valbom, faça favor. Já lhe dou a palavra.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. O grupo PG absteve-se porque a situação é difícil. Obviamente que nós concordamos que todas as obras elencadas avancem. Já ontem era tarde. Queremos tanto como o Partido Socialista que estas obras avancem. Queremos tanto quanto o PSD as que foram prometidas e não foram concretizadas e que sejam retirados os taipais do Hotel Turismo, como é óbvio. Mas nós ficámos numa situação muito difícil porque o PS diz: é pá, é uma pena que se interrompa um processo governativo. Isso, o PS nacional. E faz exatamente, o PS local, faz-nos o mesmo aqui. E, verdadeiramente, eu não sei bem que PS é que fez esta moção. Sendo assim, eu tenho que me abster. Claro que eu concordo com o PS nacional. Sou, digo e vou dizê-lo sempre, pelo cumprimento dos mandatos. Sejam do PS, do PSD ou do PG. Qualquer interrupção de mandato é não acatar a essência da democracia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges... senhor Deputado João Vaz, faz favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, antes de mais agradecer-lhe o benefício da dúvida que me deu em relação à questão dos tempos. Pedir-lhe que a Mesa verifique se esta questão realmente é como eu a transmiti, porque fui chamado de mentiroso por alguns Deputados e quero que essa questão seja esclarecida durante o almoço. Depois, em relação à declaração de voto, realmente é uma pena que esta moção seja reprovada. Aqui nada mais se pede do que se faça uma pressão sobre o Governo para que concretize estes compromissos com a maior brevidade possível que, não, não queremos que comecem agora, queremos que se concretizem agora. E, senhora Deputada Dulcineia, estamos na Assembleia Municipal da Guarda. Sei que já tem que começar a fazer a campanha para as eleições legislativas, mas estamos na Assembleia Municipal da Guarda, não é para discutir os assuntos do distrito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, votei favoravelmente pela célere realização das obras do Hotel Turismo, célere realização das obras definidas no protocolo ontem assinado pela UEPS, rápida finalização das obras da linha da Beira Alta. Bem, eu estou a falar nisto e estou a ouvir... é pá, será Engenheiro Sérgio Costa a falar, uma coisa deste género? E vocês não têm vergonha e abstêm-se?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, o Partido Socialista tinha ainda uma Recomendação sobre a estratégia agrícola. Não tem tempo para a apresentar, ela está na plataforma. Era uma Recomendação. Não sei se alguma senhora Deputada deseja contraditar? Passamos à frente, então. Seguidamente, é a moção do grupo PG “Pela Saúde da Guarda - 2”.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Há um ano, foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal uma moção intitulada “Pela Saúde na Guarda”. Solicitava informação de vária ordem ao Conselho de Administração da ULS Guarda, cuja resposta nunca chegou ao conhecimento desta Assembleia. O assunto urgente, nesse momento, era o potencial encerramento da urgência de Ginecologia/Obstetrícia e Bloco de Partos nessa unidade de saúde. Felizmente, e após

um esforço alargado e de âmbito nacional, essa possibilidade não se concretizou. Um ano volvido, a evolução não foi favorável. Às graves insuficiências e debilidades já existentes, somam-se, nos últimos meses, vários dias sem urgência externa em especialidades estruturantes de um serviço de urgência, nomeadamente a Medicina Interna, a Cirurgia Geral ou a Ortopedia. Esta situação condiciona a transferência, com frequência, de doentes da área de influência da Unidade Local de Saúde da Guarda para outros hospitais. A atual realidade é, portanto, manifestamente insuficiente para garantir o direito constitucional à saúde e não serve os cidadãos da Guarda. Adicionalmente, o Procedimento Concursal para ingresso na Formação Especializada, o chamado internato, em 2024 terminou com vagas por preencher na ULS da Guarda. Apesar de ser um fenómeno de extensão nacional, acarreta maior impacto em unidades hospitalares de menor dimensão e que recebem menos internos da formação especializada. Esta situação diminui ainda mais o potencial de fixação a médio e longo prazo de médicos especialistas na região, traduz-se em menor investigação e produção científica na área biomédica e reduz a força de trabalho disponível para servir a população. À calamidade no presente, junta-se então uma previsão negra para o futuro. Como tal, vem a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 22 de dezembro de 2023:

- 1 - Mostrar-se, uma vez mais, extraordinariamente preocupada com a atual situação e futura evolução da saúde na área de abrangência da Unidade Local de Saúde da Guarda;
- 2 - Reforçar a união e solidariedade dos elementos desta Assembleia em torno da defesa da prestação de cuidados de saúde de qualidade na ULS da Guarda e da formação médica pós-graduada na respetiva área de abrangência;
- 3 - Exigir, junto do Governo, a totalidade da obra da segunda fase do Hospital Sousa Martins;
- 4 - Exigir, um ano depois de ter sido solicitado, que o Conselho de Administração da ULS da Guarda apresente o estado da arte da instituição relativo a recursos humanos, oferta de especialidades médicas, tempos de espera, estratégia para o futuro, plano para captação de médicos internos e fixação de especialistas e ponto de situação do Centro de Investigação Nacional para o Envelhecimento;
- 5 - Questionar o Conselho de Administração da ULS da Guarda relativamente à data prevista para reatar o funcionamento das extensões rurais de Cuidados de Saúde Primários atualmente encerradas e como pretende garantir o regular funcionamento das atuais;
- 6 - Questionar, a todos os partidos que se apresentem às eleições legislativas de 10 de março de 2024, qual a visão e medidas definidas para

inverter a realidade da saúde na área de abrangência da ULS da Guarda. Propõe-se que a moção, após aprovada, seja enviada ao Ministro da Saúde, à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, à Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, ao Presidente do Conselho de Administração da ULS Guarda, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, aos Partidos que se apresentem às eleições legislativas de 10 de março de 2024 e à Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava o ponto à discussão. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre o tema saúde? Não parece. Então, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Saúde da Guarda - 2** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente, na última reunião da Assembleia Municipal, eu fiz uma intervenção e inclusivamente terminei a minha intervenção a manifestar a solidariedade do grupo municipal do PSD para com este Executivo, mesmo pondo-nos lado a lado com o senhor Presidente, dirigi-lhe mesmo estas palavras: que poderia contar connosco nessa força reivindicativa que exige esta temática do Serviço Nacional de Saúde e a Guarda em si. O senhor Presidente, creio não ter percebido, à época, dessa reunião de Assembleia Municipal, porque, inclusivamente, me respondeu que as questões da saúde, os assuntos da saúde, resolvem-se no recato. Pois, nós achamos, e revejo-me mais com aquilo que foram declarações do próprio senhor Presidente, que também acompanho, naturalmente, o senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Sérgio Costa, quando, em declarações à RTP, diz: a saúde não tem cor política. Aí, um aplauso para essa declaração. Mas, efetivamente, a saúde, os assuntos da saúde resolvem-se no recato, nós estranhámos essa postura e esse descarte completo de uma manifestação de solidariedade do grupo municipal do PSD e sabendo o senhor, naturalmente, que há de ver que é sincera, foi sincera, foi honesta e foi pela Guarda. Em relação a uma questão que também se prende com este assunto, houve aqui uma participação cívica, uma iniciativa de âmbito cívico que tem a ver com o cordão

humano, em que nós gostávamos de colocar a questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal, porque é que...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó Senhora Deputada, peço imensa desculpa. Isto é uma declaração de voto... Uma declaração de voto é porque é que votou. Não vai agora fazer perguntas, nem aos senhores Deputados, nem ao senhor Presidente da Câmara, peço-lhe desculpa.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Eu estou a explicar porque é que votei. Nós votámos porque nos revemos em concreto, mas, naturalmente, na postura do senhor Presidente que tem adotado, inclusivamente não enviando convite, ou convocatória, ou seja o que for, ou informação, aos Deputados do grupo municipal do PSD para estarmos presentes nessa... por acaso, esteve quem quis, mas não foi a convite do senhor Presidente da Câmara. Gostávamos de saber se foi por algum erro, se foi propositado, que não convidou o PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Declaração de voto e só porque não tinha tempo, mas porque há aqui um lapso, penso eu. Porque diz para enviar isto à Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, que acaba agora a 31 de dezembro. Se calhar, não vale a pena estar aqui este Instituto. Era só isso. Depois, relativamente à moção propriamente dita e porque é que eu votei a favor. Votei a favor, porque acho que a todas as instituições nós devemos exigir que nos deem a informação necessária, nomeadamente quando dizem: exigir, um ano depois de ter sido solicitado, que o Conselho de Administração da ULS da Guarda apresente o estado da arte da instituição relativo a recursos humanos, oferta de especialidades médicas, tempos de espera, estratégia para o futuro, plano para atração de médicos internos e fixação de especialistas. Se mudarem esta frase e puserem Câmara Municipal da Guarda, vocês vão verificar que também faz todo o sentido. E, portanto, nós votamos favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Francisco Robalo.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Em relação a esta moção, devo dizer que está muito bem escrita, bem redigida, concordo absolutamente com tudo. A única coisa que eu queria aqui dizer e justificar o meu voto a favor, o meu voto é a favor, claro, obviamente, mas é um voto a favor um pouco condicionado. Nós temos aqui dois mundos. O mundo, que é o mundo das maravilhas, que é o PG em campanha eleitoral à porta da ULS, quando colocava um cartaz: saúde pública para todos. E, portanto, os senhores tomam nas mãos responsabilidades que não são vossas. Não são vossas. E prometem à população coisas que não podem cumprir. E depois vêm aqui à Assembleia Municipal pedir aquilo que não podem fazer e pedir ao Governo e às entidades, logicamente, e com toda a justiça, isso. O meu voto é favorável. Mas, mais uma vez, alertar para esta retórica, para esta dualidade de retóricas. Uma coisa é a campanha eleitoral, o eleitoralismo, e depois outra coisa é a realidade dura que vivemos. Muito obrigado. É uma declaração e voto, é um voto condicionado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há mais alguma declaração de voto? Dr. José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez, a todos. Sobre a saúde no concelho, eu devo ter um certo recato porque sou funcionário daquela casa. Sobre a saúde em geral, só duas coisas. Uma de ontem e outra de hoje. De ontem: as famílias gastam, em saúde, o dobro da União Europeia. E é estranho que isso aconteça a seguir a oito anos de um partido de esquerda, que foi o fundador. Eu tomei muitos cafés com o Doutor António Arnaut, porque era amigo do Doutor Portugal e muitas vezes tomei café com ele. Ele gostava muito de uma canção que tem um poema do Alegre...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “É só um bocadinho...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Hoje, o António Arnaut, há de estar a dizer assim: Pergunto ao vento que passa notícias da saúde e o vento cala a desgraça o vento nada me diz.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Recordou Manuel Alegre. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier para a moção que apresentou.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, antes de apresentar a moção, foi-me pedido por alguns Deputados da bancada do PS para trocar a palavra marginalização por desvalorização. Como, para nós, se trata mais aqui de uma questão de semântica, porque o significado fica cá igual, não temos qualquer problema e vamos alterar então a palavra. Enviaremos depois. A alteração será: em vez de contra a marginalização, é contra a desvalorização. Será no título e também, obviamente, nas deliberações, na primeira diz marginalização e vou ler desvalorização. «Moção contra a desvalorização da ULS da Guarda. A incapacidade de diálogo com os profissionais e a insistência de não afetar recursos financeiros estruturais na saúde prolonga-se e chegou a um ponto de rutura. Perante o enorme esforço que era pedido aos trabalhadores da saúde, o Governo cessante não se mostrou disponível para o caminho que ditaria um consenso. A meses dos 50 anos do 25 de Abril assistimos à degradação de várias das suas conquistas: o acesso livre e gratuito à saúde com a criação do Serviço Nacional de Saúde, instituição de um máximo de horas semanais de trabalho, direito à pausa e férias regulamentadas. O desinvestimento no Serviço Nacional é constante. A ausência de recursos materiais e profissionais que têm resultado em falhas com os utentes passou a ser comum. Num cenário de desinvestimento em todo o Serviço, a ULS da Guarda tem sido um parente pobre que rapidamente está a ser transformado num serviço mínimo perante as capacidades que já teve e que continuam a ser necessárias. A A25 transformou-se num corredor de ambulâncias com utentes da região da Guarda. Nos hospitais mais próximos já se fala, inclusivamente, que o hospital da Guarda se está a transformar num serviço de triagem para depois encaminhar para Viseu, Covilhã e Coimbra os seus utentes. Vemos o Serviço de Urgências do Hospital Sousa Martins e a Medicina Interna fechar recorrentemente depois de vários encerramentos do Bloco de Partos, da Urgência de Ortopedia ou o condicionamento nas deslocações da VMER. Em vez de propor o reforço de equipas, a contratação para que o mapa de pessoal seja completo ou, nos casos em que fosse necessário, aumentar o mapa de pessoal, ou seja, em vez de medidas que reforçassem o SNS, o Governo prefere optar por medidas que diminuam os nossos serviços. Prova disso foi a resposta à pergunta 77, feita pelo Bloco

de Esquerda na Assembleia da República, onde o Governo afirma que “desenvolveu um plano de funcionamento em rede”. Estou a citar, conforme podem ler na moção. Obrigando à “reorganização das urgências de vários hospitais” e que, esse esforço, tem “permitido que todos os doentes sejam atendidos”, apenas admitindo alguns incómodos com as deslocações. Convido-vos a ler a resposta no site do Parlamento. Em prejuízo ficam então os habitantes desta região que vêm cada vez mais distante o acesso aos cuidados de saúde. Em prejuízo fica a saúde de todos os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, a sua vida privada e familiar, à qual se acrescenta uma possível perda de eficiência devido, obviamente, ao esgotamento. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, caso aprovem, reunida em 22 de dezembro de 2023, delibera: 1. - Dar nota do seu repúdio perante a desvalorização da ULS da Guarda; 2. - Expressar a exigência da rápida requalificação do pavilhão 1 do Hospital Sousa Martins; 3. - Expressar a exigência da urgente negociação pelo melhoramento das condições de todos os trabalhadores e trabalhadoras da ULS; 4. - Expressar a exigência pelo imediato reforço do número de trabalhadores; 5. - Expressar a exigência da verificação dos concursos de ingresso e de promoção já concluídos que não receberam cabimento orçamental por parte do governo e retoma urgente dos processos em atraso. Por último, enviar esta moção ao Ministério da Saúde, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ARS Centro, sindicatos do sector e direção da ULS da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Vai-me permitir, se me aceita a seguinte sugestão. Dado o tal parecer da CCDR, em que diz que no Período de Antes da Ordem do Dia não pode haver deliberações, o que se tem escrito e que as forças políticas têm escrito nestas moções é: aprova. Em vez de delibera, é aprova. Tem sido respeitado. Se me autoriza, então, ficaria, em vez de delibera, aprova. Portanto, ficaria desvalorização e aqui aprova. Muito obrigado pela sua atenção. Colocava, então, esta moção à discussão. Se alguma senhora ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor neste momento. Penso que não. Então, colocaria a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Contra a Desvalorização da ULS da Guarda** -----
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja intervir? Faça favor. Não há quaisquer inscrições na Mesa para este período. Senhor Deputado Miguel Borges, não tem tempo. Não? Muito obrigado. Senhor Presidente, deseja falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser muito telegráfico, mas fazendo uma resenha...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço imensa desculpa. É para fazer declaração de voto? Pronto. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “... sobre aquilo que foi sendo falado ao longo desta manhã. Sobre o que aqui foi referido da propaganda, bom, cada um chama-lhe o que quer. O Executivo Municipal tem que dar contas daquilo que faz, daquilo que aprova, das deliberações da ordem do dia da Assembleia Municipal, das deliberações da reunião de Câmara e por isso nós estamos obrigados, nos termos da lei, a dizer onde é que anda o dinheiro dos contribuintes. E por isso, nós, foi isso que temos vindo a fazer, e é isso que nós vamos continuar a fazer. Ó senhor Deputado, mas olhe, já agora, se circular no Alfa Pendular Porto/Lisboa, pode ver lá que a Guarda TV também lá passa e também já passa noutros órgãos de comunicação internos de algumas entidades do país, já para não falar nos órgãos de comunicação social locais, regionais, nacionais. Ainda ontem passou a Guarda, hoje, se Deus quiser, há de passar outra vez, sempre por bons motivos e é isso que nós vamos continuar a fazer. -----

Sobre a questão do PDM, já falámos sobre essa matéria. -----

O voto de louvor ao Centro de Karaté Bushido e ao Clube de Natação da Guarda, alguém falou, aqui, há pouco, em matéria de orçamento e tem toda a razão, senhor Presidente de Junta de Freguesia, porque a Câmara Municipal da Guarda deu um apoio financeiro para ajudar a suportar as despesas dos quatro atletas que se deslocaram ao Cazaquistão. E foi um apoio extraordinário. E, por isso, veremos, como é que ficarão estas coisas no futuro mais próximo. -----

Sobre a questão da recomendação do Partido Socialista, “que faça”. Bom, senhor Deputado, vou citar aqui algumas coisas. Aliás, isto mesmo foi explicado nas reuniões bilaterais que tivemos com o vosso grupo parlamentar, prévias ao orçamento: Encontro

de nómadas digitais; Plano de Revitalização do Centro Histórico; o espaço da Casa da Legião; as casas da Praça Velha; o Plano de Atração de Pessoas e Empresas onde se inclui a fiscalidade jovem e a natalidade, esse processo que está em curso. Todas estas medidas, para não citar outras, estavam previstas no orçamento que os senhores chumbaram em sede de Reunião de Câmara. Não foi na Assembleia. Não foi a Assembleia, foi na Câmara. Os senhores chumbaram. Os senhores não podem estar a pedir, por um lado, de manhã pedem uma coisa e, à tarde, chumbam a mesma coisa. É essa a vossa postura, mas eu devo, efetivamente, lamentar. -----

Sobre a questão das moções, das recomendações que esta casa, este órgão foi aprovando ou não aprovando ao longo deste mandato. Vamos aos números. Eu tive o cuidado de pedir aos serviços uma resenha de tudo o que aqui foi deliberado em termos de moções, mas também pedi sobre as recomendações. E está aqui tudo muito bem elencado. E eu pedi o estado da arte, porque, a partir do momento que isto chega ao Presidente da Câmara, é imediatamente distribuído pelos pelouros, pelo gabinete, pelas divisões, enfim, em razão da matéria, para que as coisas possam ser devidamente articuladas. Mas, vamos aos números. Vejam só. Entre moções e recomendações para a Câmara da Guarda, e eu nem estive a ver o que é que era aprovado ou reprovado. Nem olhei para isso, até porque há coisas que são efetivamente mais-valias para a nossa governação. Entre moções e recomendações, trinta e três já foram resolvidas ou implementadas. Trinta e três. Vinte e três, os processos estão em curso, estão a decorrer. Alguns demoram mais tempo do aquilo que a gente deseja. Ou seja, em cinquenta e seis (trinta e três mais vinte e três dá cinquenta e seis), em cinquenta e seis, trinta e três estão resolvidas e implementadas, vinte e três, o processo está em curso. Ou seja, é falso aquilo que aqui foi referido por vários senhores Deputados, em relação ao cumprimento da Câmara da Guarda sobre se acolhe ou não acolhe as sugestões das moções ou das recomendações da Assembleia Municipal. Estado central, dez sem resposta. Hoje, vamos ver, é mais uma. Este são os números. Mas devo referir aqui outra coisa. No passado dia 25 de novembro, houve uma moção aqui aprovada nesta Assembleia Municipal para se poder comemorar o 25 de Novembro. Sem tabus, de esquerda ou de direita, sem tabus. Mas foi aprovado aqui. Ora, foi aprovado. O Município da Guarda colocou isso nas comemorações do Dia da Cidade. Gastámos

dinheiro com isso. Sabem o que é que aconteceu? Três ou quatro Deputados apareceram. Bom, nós cumprimos e fazemos por cumprir. E vamos continuar a fazer por cumprir. Mas nesta iniciativa, que foi aqui aprovada nesta casa, já não sei com que margem, já não me recordo, mas estes são os factos. Foi aprovado e apenas três ou quatro Deputados Municipais apareceram nessa iniciativa. -----

Bom, sobre os compromissos assumidos pelo Governo com a Guarda. Senhor Deputado, os senhores estão preocupados com a dissolução da Assembleia da República de Lisboa, que pode atrasar os projetos essenciais. Isso é legítimo. Mas na Guarda votam contra o orçamento e pedem eleições antecipadas. É um contrassenso. De manhã, pede-se uma coisa em Lisboa, à tarde pede-se outra coisa na Guarda. Mas também devemos dizer que tudo o que se faz de bem para a Guarda, devemos estar gratos. Todos nós. E estamos todos, da esquerda, à direita. Cem por cento das pessoas que aqui estão presentes, estão gratas, certamente, a tudo o que se faz de bem pela Guarda. Mas também devemos relembrar o que falta fazer. Também devo dizer ou recordar aquilo que foi dito, a semana passada, pelo Primeiro-Ministro, António Costa, em Belmonte. Estavam vinte pessoas presentes, dos mais diversos quadrantes político-partidários e de instituições do país. Vou citar palavras de António Costa, aquando do lançamento do concurso da fibra, e, quem lá estava, sabe. Cito: “O PS não tem razão de queixa do Presidente da Câmara Municipal da Guarda”. Fim de citação. -----

Sobre aquilo que ontem foi assinado, o contrato com a UEPS, que é preciso fazer obras, naturalmente, mas é preciso financiamento e é preciso orçamento. Até rimou. Mas são precisas as duas coisas. E esta instalação da UEPS na Guarda, foi um empenho da Câmara da Guarda desde 2019. Aliás, vai fazer quatro anos, em janeiro, que eu redigi aquela carta para que fosse enviada para UEPS e agradecer, naturalmente, ao Ministro da Administração Interna, ao Doutor José Luís Carneiro, e, naturalmente, também, é muito justo dizê-lo, ao seu antecessor, Doutor Eduardo Cabrita, por tudo aquilo que eles fizeram para com a Guarda. Lealdade. Muito para além das politiquices. Passaram por cima disso tudo. Cilindraram mesmo. As politiquices caseiras foram cilindradas. E eles, de facto, cumpriram com a sua palavra. Mas também devemos dizer aquilo que não foi feito ainda. Ainda estamos a tempo. As candidaturas das IPSS que foram reprovadas pelo PRR, para as suas valências, Centros de Dia, Lares de Idosos. Ou seja, nas

Lameirinhas, na Sequeira, na Póvoa do Mileu, em Vila Franca do Deão, nas Panóias, em Fernão Joanes, em Valhelhas. Acho que me falta aqui mais uma ou outra...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, tem dois minutos e meio. Está bem?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “E devo dizer, também, senhor Deputado, que a Guarda, graças ao trabalho destes últimos dois anos e qualquer coisa, já tem noventa e cinco por cento dos fogos habitacionais com fibra ótica. Noventa e cinco por cento. Faltam apenas cinco por cento. Nunca vai haver os cem por cento, isso é utopia. Mas destes cinco, quatro estarão incluídos no concurso que foi lançado. Mas eu devo recordar também aquilo que foi o caderno de encargos, que eu citei aqui no Dia da Cidade, o caderno de encargos para os candidatos às eleições legislativas de todos os partidos. Estão aqui vários partidos representados. E aquilo que pedimos é que possam transmitir aos vossos candidatos, sejam os do distrito, sejam os candidatos de Lisboa, para que assumam isto pela Guarda. Pela Guarda, assumam isto. A totalidade da segunda fase das obras do Hospital da Guarda; a rápida conclusão das obras da linha da Beira Alta, para podermos iniciar as operações da primeira fase do Porto Seco e projetar já a segunda fase do Porto Seco; a concretização, com cinco anos e meio de atraso que já está, das variantes dos Galegos e da Sequeira; o Plano de Revitalização da Serra da Estrela, elaborado após os incêndios de 2022 e que já foi apresentado pelos seis Autarcas do Parque Natural da Serra da Estrela; a abertura efetiva do Hotel Turismo, fechado há treze anos e que continua ao abandono; a transferência das instalações do Comando Territorial da GNR da Guarda para os terrenos adjacentes da UEPS, agora, em São Miguel (os terrenos, a Câmara trata. Mas transferiram para lá, haja essa coragem de libertar este espaço central da cidade para aqui podermos fazer a Praça da Liberdade. Um novo espaço central, uma nova praça central na cidade, que a Guarda tanto ambiciona e que a Guarda tanto precisa); as novas residências de estudantes para o Politécnico da Guarda; e com uma estrada segura para Coimbra, a conclusão do nosso IC 7. É isto que nós pedimos que, efetivamente, possam ser medidas incluídas nos programas eleitorais de todos os partidos. -----

Sobre a estratégia agrícola, muito poderia ser feito. Eu devo recordar, uma vez mais, o que já aqui falei sobre o Plano Nacional de Regadios, sobre o que está incluído no Plano

de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. E estamos assim a preparar o futuro. Mas também devemos dizer que ainda aguardamos uma resposta da DRAPC a uma carta enviada (há quantos meses, senhor Vereador?) há um ano, sobre estas matérias que qui constam desta recomendação...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “... e lamentar também que o apoio aos agricultores, nos incêndios de 2022, tenham sido entregues os míseros mil e duzentos euros. Mil ou mil e duzentos que foram entregues com mais de um ano de atraso. Lamentar que isto tenha, efetivamente, acontecido. Pela Saúde da Guarda, senhor Deputado...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, não lhe posso dar mais tempo. Só telegraficamente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, posso falar? Senhor Presidente, dá-me licença só que eu fale cinco segundos?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Cinco segundos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Acho que ainda temos um Presidente da Assembleia e que deve ser respeitado. Senhor Presidente, eu, em relação àquilo que tinha para referir, direi mais à frente numa outra oportunidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, não quero entrar em discussão, é óbvio. Mas compreendeu a posição que há pouco tomei relativamente ao senhor Deputado João Vaz, em conceder-lhe mais um minuto e não sei quanto tempo. Pronto, passou. Lamento que tenha sido essa a sua reação, neste momento. Muito obrigado. Mas o senhor Presidente da Câmara é o último a falar. É regimental. Depois o senhor Presidente responderá.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Cumprimento, na sua pessoa, todos os presentes e aqueles que nos estão a ouvir através de outros meios de comunicação. Dizer, desde logo, que não concordo com essa interpretação, com todo o respeito pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Já há uns tempos a esta parte, já na última sessão, estive para intervir sobre isto. O senhor Presidente da Câmara é o

último a falar, porque, calma aí, é o último a falar e isso está no Regimento, está na Lei 169, porque a Câmara está aqui representada, e tem esse direito, e a Câmara, por norma, nós, no exercício do direito fiscalizador que compete à Assembleia Municipal, por norma, naturalmente que falará no final de todas as intervenções para dar os seus esclarecimentos. Isso não significa, senhor Presidente, não está escrito em lado nenhum, se for ao artigo 48º e ao artigo 40º do Regimento também não está, que o senhor Presidente da Câmara seja o último mesmo a falar. Porquê? Porque qualquer um de nós pode não compreender, por exemplo, uma justificação do senhor Presidente. O senhor Presidente falou e eu não ouvi bem, ou o senhor Presidente não ouviu bem uma intervenção minha e então eu não tenho o direito de pedir um esclarecimento? Claro que tenho, obviamente. Apesar de a Câmara estar aqui, em último lugar, a falar no tempo que lhe compete. Mas não está escrito em lado nenhum. Imaginemos, até, que o senhor Presidente da Câmara me provocava. Então eu encaixava e não tinha o direito de responder. Isso não está. Não pode ser, senhor Presidente, vai-me desculpar. Imaginemos, também, uma outra situação. Um protesto qualquer relativamente àquilo que o senhor Presidente acabou de dizer ou outra qualquer situação. Então, eu não posso interpelar a Mesa, não posso pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara? O último a falar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Eu quis dizer que o senhor Deputado tinha o direito regimental de pedir uma explicação ao senhor Presidente e depois ele dar.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Sim, sim. Mas também queria aproveitar isto e, já agora, também, uma outra coisa. Não me conformo também com a contagem dos tempos, senhor Presidente. Porque, é assim, se o senhor Presidente... Nós, no nosso Regimento, no artigo 43º, estão definidas algumas situações que estão no artigo 39º que têm dois minutos. Essas situações, senhor Presidente, com todo o respeito, não devem ser contabilizadas no tempo da força política, porque, senão, eu, com dois ou três pedidos de esclarecimento, esgoto o tempo dos meus colegas. Portanto, senhor Presidente, não é assim, vai-me desculpar. Eu peço, porque um dia destes eu apresento aqui um recurso, não vou fazer hoje porque estamos em quadra Natalícia e não estou aqui para prolongar a Assembleia, mas eu peço-lhe que veja, por favor, esta situação. E,

já agora, veja nas boas práticas, porque grande parte dos Regimentos deste país contemplam essa alínea de exceção. Ou seja, todas as situações que estão previstas com dois minutos, não devem ser contabilizadas no tempo. A saber, olhe, Lisboa, veja o Regulamento de Lisboa, Amadora, Figueira da Foz e por aí fora. Portanto, eu espero que não estejam contabilizados. É isso que eu estou a pedir. Agora não contabilizou, mas já houve situações em que contabilizou. Mas pronto, eu queria só dizer e clarificar isto. O senhor Presidente da Câmara aqui é o último a falar e nós percebemos porquê. Não está em nenhum artigo legal que regula esta matéria que é mesmo o último a falar, porque eu posso não ter percebido o que ele disse e eu tenho todo o direito de lhe perguntar. É só nesse sentido, senhor Presidente. Obrigado.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entrávamos, de seguida, na ordem de trabalhos e queria colocar à consideração da Assembleia a seguinte questão. No ponto 2.13 da ordem de trabalhos, proposta de acordo de parceria para a constituição das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados, discussão e votação, acontece que este tema é introduzido pelo Senhor Engenheiro Pedro Patrício, gestor, creio eu, do programa. O Senhor Engenheiro Pedro Patrício já se encontra aqui na sala, e contactou ontem no sentido de, tendo ele hoje que intervir, e creio que já interveio numa Assembleia Municipal, e tendo que intervir hoje, ainda, em outras Assembleias Municipais, dado o trajeto que ele estava a fazer, para não ir para cima e depois voltar outra vez para a Guarda, pediu se era possível alterar este ponto 2.13 e ser o primeiro ponto na ordem do dia. Obviamente que a Mesa, sem autorização dos senhores Deputados, não pode alterar a ordem de trabalhos e era esta a alteração que eu deixava à consideração da Assembleia. Se é possível, neste momento, tratarmos já do ponto 2.13 e depois os pontos a seguir decorreriam normalmente. Não sei se há alguma oposição a esta posição. Estou a ver que, pelo PSD, não há nenhuma oposição. O CDS e o CHEGA também não. O Partido Socialista e o Bloco de Esquerda também concordam. Também concorda, ainda não tinha chegado.” -----

Ponto 2.13 - Proposta de Acordo de Parceria para Constituição das Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, é o senhor Engenheiro? Senhor Engenheiro Pedro Patrício, faça favor.” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, cumprimento todos na sua pessoa. Antes de mais, votos de Boas Festas. Já estão a ouvir-me bem agora? Sim? Só apenas um esclarecimento. Eu estou aqui enquanto consultor financeiro do Município da Guarda, função que exerço também em vários Municípios, todos aqueles que fazem parte dos APAL-SIM. Não quero perder muito tempo a apresentar o ponto, até porque ele já foi discutido nesta Assembleia. Explicar, em termos processuais, o porquê deste documento voltar à votação da Assembleia Municipal e qual o processo que decorreu desde junho, em que foi aprovado o documento preliminar, até este momento em que se propõe a aprovação do documento final. Numa primeira instância, foi proposto aos órgãos municipais dos quatro municípios a aprovação do Acordo de Parceria com todos os documentos anexos que consubstanciavam a constituição dos APAL-SIM. Obrigatoriamente, por disposição legal, havia necessidade de ser pedido um parecer à ERSAR. Esse parecer é obrigatório. A ERSAR emitiu o parecer a 16 de agosto. Entretanto, foi preparada a resposta ao esclarecimento e feito um relatório de esclarecimentos a esse parecer da ERSAR e foram feitos alguns ajustamentos ao acordo de parceria. O que é que muda substancialmente neste acordo de parceria? Não está o desvinculamento aos cinco anos do tarifário a aplicar nos primeiros cinco anos de vigência do acordo, ou seja, os municípios, uma vez que estamos perante uma gestão delegada e uma gestão concessionada, podem, anualmente, ajustar o tarifário a aplicar aos utilizadores, o que é algum ganho de autonomia relativamente a esta matéria, bem como a constituição de uma comissão de parceria que permite aos quatro municípios ter dois representantes nessa comissão, com vista a delinear estratégias principais desta nova entidade, sem que os assuntos sejam apenas apresentados pelo Conselho de Administração constituído por apenas três elementos, e sejam sujeitos à aprovação dos órgãos municipais, sem haver um consenso prévio dos municípios. Esta é a grande alteração deste acordo que é agora proposto e que já foi aprovado pelos quatro municípios. Hoje, correndo tudo pelo normal, conclui-se o processo de aprovação deste documento e o passo seguinte será a escritura de Constituição dos APAL-SIM para que depois se possa iniciar a atividade. Sucintamente, é isto que tenho a transmitir. Estou

disponível para qualquer esclarecimento que os senhores Deputados Municipais queiram colocar relativamente a esta matéria, embora, como como foi explicado, foi remetido em anexo à versão final deste acordo de parceria os esclarecimentos remetidos à ERSAR, bem como o parecer que a própria ERSAR emitiu. É tudo, por agora, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, muito obrigado. Se não se importava, podia-se sentar aí numa dessas cadeiras, se algum senhor Deputado desejasse pedir esclarecimentos. Senhor Deputado Luciano Calheiros, faz favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia, muito obrigado pela sua intervenção. Relativamente a esta questão, a este acordo, tenho aqui duas ou três questões. Enfim, nós sabemos da importância das comunidades intermunicipais, dos projetos intermunicipais. Isso tem evoluído nos últimos anos e bem. A escala é sempre importante. Os municípios têm tendência a olhar para dentro e naturalmente que as CIM têm feito um caminho, e eu concordo, e alguns dos projetos intermunicipais por este país fora têm sido muito interessantes e têm sido importantes. No caso aqui em apreço, confesso-lhe que li os documentos, enfim, sendo muitos, mas acabei por ler e, também, enfim, tinha aqui duas ou três questões porque estamos a falar aqui de uma CIM relativamente pequena. O senhor, na sua intervenção, na Câmara Municipal, falou na necessidade de escala e da importância da própria Guarda, do concelho da Guarda. Estamos a falar de uma CIM pequena, com duzentos e poucos mil habitantes. A Guarda e os outros três concelhos perfazem aproximadamente sessenta e três mil habitantes, se não estou em erro, sendo certo que, se retirarmos a Guarda desse pacote, ficariam ali vinte e dois mil habitantes, o que é quase a freguesia da Guarda, digamos assim. Quase ou é mesmo aproximadamente o número de habitantes da freguesia da Guarda. Ou seja, sem a Guarda, esta realidade não podia existir. E, eu, naturalmente que, enfim, fiquei um pouco... ao ler, levantei aqui duas ou três questões, como disse. A primeira era relativamente aos benefícios de uma gestão integrada para os municípios. Está lá escrito, benefícios para o consumidor a curto e médio prazo. Mas, quando, nomeadamente, o Vereador Carlos Monteiro colocou a questão de qual a poupança, disse apenas que a poupança aqui é relativa. Ora, a poupança é relativa, vai-me permitir, mas isto é uma resposta redonda. Porque, neste tipo de projetos, é naturalmente

importante que se faça uma análise prospetiva, para além de um estudo financeiro naturalmente que deve ter sido feito. E foi por aquilo que eu vi. Agora, falamos, como eu disse, de uma CIM que tem os habitantes que tem. São quatro municípios apenas. E eu pergunto-lhe, também, onde é que está o efeito escala, porque eu não o consigo ver. Como disse há pouco, estamos a falar de sessenta mil habitantes. Isto é o concelho de Paços Ferreira, nem sequer é o meu, que tem noventa mil, que é Paredes, portanto, onde eu resido. Agora, é muito pouco. É muito pouco, confesso-lhe. Sabemos que a Guarda vai dar escala aos outros três e o que é que a Guarda vai ganhar? É uma outra questão. O que é que a Guarda vai ganhar com isto? Portanto, a resposta também não foi conclusiva, por aquilo que vi. Disse que esta é uma operação onerosa, está lá dito também. Vai ser criada uma outra empresa municipal, sabemos. Portanto, vai ser criada uma empresa municipal, é isso que está lá também, creio eu, para a gestão deste projeto. A pergunta é se, apesar da análise de custo/benefício, se foi feita realmente uma análise mais para o futuro sobre esta realidade ou se ficámos apenas por aqui e vamos fazer uma coisa a curto e a médio prazo e não sabemos o que é que vai acontecer no futuro? Não sabemos, portanto, ficamos nesta dúvida. Eu partilho das preocupações dos Vereadores do Executivo, tanto do Doutor Carlos Monteiro, como da Doutora Adelaide Campos. E aqui é mesmo, como ela diz, uma questão de fé. De boa fé. Eu digo, senhora Vereadora, que aqui é apenas uma questão de fé, não é? Não é de boa-fé. É mesmo de fé, ou acreditamos ou não. Portanto, isto não é muito conclusivo. Nós votámos a favor, os senhores Vereadores votaram a favor, certamente que vamos votar aqui também a favor. Mas confesso-lhe que não estou nada tranquilo com tudo aquilo que foi explicado. Não ponho em causa o mérito do projeto porque não tenho... eu não sou capaz de o fazer. E, por isso mesmo, o benefício da dúvida fica, mas confesso-lhe que gostava que fosse aqui dito, muito claramente, o que é que a Guarda, e eu estou aqui na Assembleia Municipal da Guarda, não estou em Celorico da Beira, nem no Sabugal, nem em Manteigas. Estou aqui na Guarda. E é nessa medida que pergunto o que é que a Guarda vai beneficiar com isso? Uma questão de fé, para já. Muito obrigado.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Engenheiro, se houvesse mais perguntas, depois, respondia a todas no fim. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez. Obrigado ao senhor consultor pelos esclarecimentos. Sobre esta empresa, eu não sou analista económico. Sei pouco disso, até na minha vida pessoal. Mas queria sublinhar duas ou três coisas. É uma das coisas que foi feita no âmbito da cidade da Guarda e foi votada por unanimidade por toda a Vereação. Isto eu acho que é positivo. Estarmos de acordo nalguma coisa, é positivo. Foi também votada, por unanimidade, aqui. E até estou de acordo com o senhor Deputado Calheiros. É óbvio que vamos estar atentos e essa é a nossa missão sobre o rigor. Mas isso não é, para mim, uma questão de fé. Eu vou estar atento. E eu penso que o Executivo, como um todo, e a Assembleia, têm, nesta empresa, alavancas de gestão que não tinham anteriormente. Isso já foi falado numa outra Assembleia. E eu penso também uma outra coisa. Isto é muito subjetivo, mas, já agora, também, é uma metodologia de constituição que não foi imposta. Muitas destas coisas, no ambiente e na água, são impostas de cima para baixo. Do Ministro, ao lado do Governo central, para os territórios. E esta, por acaso, é nossa e nasceu aqui. E subiu, de baixo para cima. Quer dizer, eu penso que esta metodologia é significativa, tanto mais que temos tido, até agora, consenso sobre isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, peço desculpa por me ter ausentado e, portanto, não ter ouvido as explicações. No entanto, tendo lido o documento e tendo visto as explicações que foram dadas à ERSAR e quando, por vezes, temos que reconhecer quando as coisas são bem feitas, são bem feitas. E, neste caso, nada a apontar. Acho que as recomendações da ERSAR foram muito bem respondidas por quem direito e penso que a formação desta empresa só irá trazer benefícios para os concelhos que estão, neste momento, ligados através desta constituição. E, portanto, apenas queria dizer isso e nós estamos favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja fazer perguntas. Senhor Engenheiro, tem a palavra, faça favor.” -----

- **Pedro Patrício, Consultor:** “Obrigado, senhor Presidente. O senhor Deputado fala na constituição de uma empresa. Só esclarecer que não estamos perante a constituição de uma empresa. Estamos perante a constituição dos serviços intermunicipalizados, em que a gestão é atualmente diferente de uma empresa municipal. Esta entidade nem sequer tem vai ter personalidade jurídica. Portanto, quem lhe dá personalidade jurídica são os quatro municípios e depende das decisões diretas dos Executivos e das Assembleias Municipais. Têm autonomia administrativa e financeira, mas não é uma empresa que, per si, possa exercer a atividade sem qualquer controlo dos órgãos municipais. Esta foi a opção tomada aquando da constituição, por duas razões. Por esta mesma, que é não retirar aos órgãos municipais o poder de poder controlar esta atividade, que é uma atividade importante, nomeadamente a repercussão dos gastos nos utilizadores, nos munícipes. E, por outro lado, porque era um veículo mais rápido de constituição, porque não obrigaria a um visto do Tribunal de Contas. Obrigava à regulamentação da ERSAR, esse processo era todo idêntico, mas a ganhava-se aqui algum tempo, relativamente à análise prévia do Tribunal de Contas, que a lei não exige nesta entidade. Na minha opinião, o principal ganho é garantir que os órgãos municipais, executivos e deliberativos, mantenham, na totalidade, o poder de controlo sobre aquilo que é esta atividade da água e do saneamento, que é muito importante nos territórios. Relativamente à questão que me coloca da escala e o que é que a Guarda ganha com esta escala. Fazer só uma correção relativamente a que quando eu referi, na reunião de Câmara, que era relativo o benefício relativamente à gestão integrada, era relativo no primeiro ano. E isso é natural na constituição de qualquer entidade. Num primeiro ano há necessidade de reforçar estudos, criar equipas, reforçar a aquisição de sistemas informáticos e todo este processo se torna, como é óbvio, mais dispendioso num primeiro ano de atividade. E aquilo que eu disse na reunião de Câmara foi que, a partir do primeiro ano, o ganho expectável era na ordem dos 5% de redução de gastos em termos operacionais. Porque há aqui uma limitação muito grande, que é a aquisição da água em alta e o tratamento do saneamento em alta, teremos que nos cingir àquilo que é o custo de aquisição e que é tabulado pela entidade em alta, que tem a concessão feita pelo Estado, e por aquilo que é determinado pela ERSAR. E é uma grande fatia do orçamento desta atividade. E os ganhos são apenas na operação, que, em si, é muito importante, porque permite criar aqui várias dinâmicas, quer de piquetes de períodos

noturnos, de fins de semana. E os ganhos não se traduzem só para os pequenos municípios que, objetivamente, serão aqueles que mais têm a ganhar com esta agregação, mas também para o município da Guarda. A título de exemplo, posso-lhe dizer que esta agregação já permitiu que fossem projetados tarifários, para 2024, mais reduzidos inclusive do que aquilo que estava no estudo inicialmente apresentado. Portanto, o facto de termos trabalhado os dados de 2022, apresentados e validados pela ERSAR, pelos quatro municípios, já permitiu, com esta agregação, que o tarifário não venha a ser tão alto como aquele que estava preconizado inicialmente no estudo. E penso que, daquilo que me perguntou, sucintamente, está respondido. Há pouco questionou-me porquê. A CIM é pequena, são duzentos mil habitantes, porque é que se está a criar uma entidade mais reduzida? Esclarecer que a adesão a este tipo de entidades é feita voluntariamente por cada município, mas também esclarecer-lhe que já há mais municípios, não são desta CIM, mas de uma CIM conexas, que estarão interessados em agregar-se a esta nova entidade. Até porque isto é o futuro destes negócios, quer por imposição do poder central, quer pelo próprio impulso da ERSAR. Mais tarde ou mais cedo, o país vai ter que, a não ser os municípios que tenham uma dimensão tal que não carecem deste tipo de agregação, mas, no interior, mais tarde ou mais cedo estes processos que têm vindo a ocorrer, uns com mais sucesso, outros com menos sucesso, vão acabar por ser transversais. Eu acompanho vários municípios, acompanho dois serviços municipalizados e aquilo que lhe posso transmitir é que a gestão feita deste negócio numa entidade específica, que apenas se dedica à gestão destas atividades e não a toda a panóplia de atividades que estão associadas ao município, é benéfica para se conseguir melhores rendimentos, e, das duas uma, ou não agravar o tarifário a aplicar aos utilizadores, que alguém vai ter que custear os custos de atividade, ou minorar aquilo que são os custos das próprias atividades. E o resultado nesses dois municípios, que são municípios de média dimensão à semelhança da Guarda, o facto de se criar este tipo de entidades, beneficia, sobremaneira, os resultados que são atingidos em termos económicos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja aditar algum dado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito rapidamente, senhor Presidente. Não vou ocupar os trinta minutos, nem de perto nem de longe. Não. Senhor Presidente, só realçar que o caminho continua a ser feito por estes quatro municípios, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal. Agradecer a explicação do Engenheiro Pedro Patrício, que aqui está connosco. E, naturalmente, este é mais um passo conducente à constituição, agora no início, tão breve quanto possível, desta entidade, a APAL-SIM Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados. Só clarificar, senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, no que diz respeito à questão da escala, já foi aqui bem referenciado pelo Engenheiro Pedro Patrício, que há várias realidades na região. Já existe uma empresa municipal com alguns municípios da CIM, há outros municípios que já estão a querer aderir a este sistema também. Portanto, o que nós pretendemos é colocar o comboio em andamento e depois, naturalmente, permitam-me a analogia, há outras carruagens que se vão juntando e o futuro a Deus pertence. O nosso grande objetivo é sempre prosseguir dois grandes objetivos: a eficiência e a eficácia. E a profissionalização, se quisermos, clara e inequívoca do setor das águas e do saneamento nesta nossa região. Das águas, ditas águas pluviais também, porque as águas pluviais não são geridas na região. As redes de águas pluviais não são geridas. Por isso é que há aflúências indevidas nas ETAR. E, com este novo sistema, é para ser gerido o abastecimento de água, águas residuais e as águas pluviais, porque quem não gerir as águas pluviais jamais conseguirá fazer uma boa gestão das águas residuais. Isso é inequívoco. Mas é este o caminho que nós queremos continuar a fazer. No que diz respeito aos resíduos, ia eu referir, está lá previsto no objeto, também, que no futuro pode gerir os resíduos. Para já, não está em cima da mesa. Mas, num futuro próximo, podemos vir a discutir essa questão. Aquilo que nós estamos, neste momento, muito preocupados, é com o aumento brutal, colossal, como alguém diria há alguns anos, do custo dos resíduos em Portugal, seja das taxas de gestão de resíduos, seja das tarifas em alta. E, de facto, não sabemos onde é que isto irá parar. Aliás, um destes dias, alguns autarcas até disseram isto à tutela governamental: se os senhores conseguiram fazer o resgate, façam-no. O resgate da privatização que foi feita há alguns anos atrás, porque a privatização foi feita, na altura, com todo o sentido e com toda a boa vontade, todos nós sabemos esse processo, mas o que é facto é que, neste momento, existe um quase monopólio dos resíduos em alta no país. E isto é muito

perigoso e quem paga são sempre os mesmos, são os consumidores que somos todos nós. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.13 - Proposta de Acordo de Parceria para Constituição das Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, nós votámos a favor. No entanto, preferíamos que as taxas passassem também na Assembleia Municipal e não fossem aprovadas apenas em reunião de Câmara. Não existe essa obrigatoriedade porque deixa de ser uma taxa municipal. No entanto, nós consideramos que o órgão deveria... deveria estar previsto que ele fosse ouvido. Temos algumas dúvidas na constituição, porque, mesmo que tenha que vir à Assembleia, pode haver uma futura privatização. Votámos a favor porque acreditamos que não será essa a vontade, nem deste município, nem dos futuros executivos, nem dos outros municípios. Portanto, só reforçar que é um voto a acreditar que estamos todos e todas para o mesmo, que é melhorar aqui a condição das águas e dos resíduos na Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Portanto, nós votámos a favor também. E muito obrigado, mais uma vez, pelas suas explicações. Naturalmente que não está em causa o estudo que considero bem feito por aquilo que pude ler em tempo recorde, digamos assim, porque é muito vasto. E esta é uma realidade que eu também conheço doutros concelhos e, portanto, à partida, dá-nos alguma garantia. Mas não sabemos à chegada porque, efetivamente, como eu disse há pouco, era imperativo que se fizesse uma análise prospetiva, digamos assim, porque pode haver custos que nós não

estejamos aqui a ver e que saem do bolso do contribuinte do concelho da Guarda, que é aqui que eu estou. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se não houver mais declarações de voto, agradecer ao Doutor Pedro Patrício a sua explicação e bom Natal também para si e boa viagem. Muito obrigado. Passávamos, então, ao ponto denominado Ponto 2. 1. E, pela ordem das inscrições, é o grupo municipal do Partido Social Democrata com assuntos de: «Tendo em consideração o Estado atual da autarquia da Guarda, importa fazer uma análise política sobre o tema». Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Boa tarde, Senhor Presidente. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes. Quis um fortuito acaso do destino que a data desta Assembleia coincidissem com o solstício de inverno, o dia em que a noite e a escuridão são as mais longas do ano. Por analogia, também a Câmara da Guarda está a passar pelo período mais negro da sua história. Pela primeira vez e por exclusiva responsabilidade e irresponsabilidade do seu Executivo, a edilidade não viu aprovado o orçamento para o próximo ano. O senhor Presidente teima em não perceber que governa em minoria e, como tal, manda o bom senso e impõe a boa educação democrática que a governação seja assente na plataforma de entendimento e alicerçada numa saudável negociação com a oposição maioritária. O PSD tem sido extremamente condescendente, tendo aprovado o primeiro orçamento deste mandato e abstendo-se no segundo, criando, portanto, as condições necessárias para o normal decurso da gestão autárquica. Contudo, desde sempre manifestou a sua preocupação em relação às opções gestionárias despesistas e escandalosa falta de investimento e gritante desproporção entre as despesas correntes e as despesas de capital, estas últimas, geradoras de valor acrescentado para o território. Chegados à elaboração do orçamento para 2024 e levando em linha de conta, do ponto de vista externo, a atual conjuntura mundial e, internamente, a evidente instabilidade política criada pela pioneira demissão de um Primeiro-Ministro em funções, impunha-se que o atual Executivo apresentasse um orçamento que atendesse às reais necessidades da Guarda e observasse as preocupações dos seus munícipes. Tal não aconteceu. Desde logo, a misteriosa e incompreensível saída da responsável pelo pelouro financeiro, senhora Vereadora Diana

Monteiro, a poucos dias da apresentação desse orçamento, traduziram-se num cartão de visita pouco recomendável e indiciavam problemas ocultos, que em nada aportavam confiança no referido documento. Reconheça-se a forma muito digna como essa pessoa saiu de cena e abriu a porta para que os guardenses questionem: senhor Presidente, quer fazer o favor de, com verdade, sem subterfúgios, com a sinceridade não amordaçada e olhando os seus munícipes nos olhos, dizer-nos quais os reais e concretos motivos que estiveram na base para esta corajosa tomada de posição? Considera que os guardenses não são merecedores de tal esclarecimento? Na ausência de respostas transparentes e objetivas, este foi o ponto de partida para a elaboração do principal instrumento de gestão financeira da Câmara da Guarda, para 2024. Como já é apanágio nesta governação, as palavras não coincidem com os atos e para alguém como o Senhor Presidente, que anda constantemente a bater com a mão no peito, apregoando a boa fé em todos os seus atos, é por demais incompreensível o facto de ter apresentado o orçamento para 2024 um dia antes do prazo limite legal para o fazer em sede do executivo, condicionando clara e propositadamente toda e qualquer negociação que uma gestão minoritária devia democraticamente fazer. Porventura, pensou que a oposição, mais uma vez, fosse complacente com a sua proposta e lhe outorgasse um voto de confiança, como o fez nos dois anos anteriores. Enganou-se redondamente. O PSD, farto de ver, ano após ano, um orçamento cada vez mais despesista, sem planeamento, sem uma estratégia, sem qualquer evidência do cumprimento das promessas do caderno eleitoral do movimento PG e a conduzir a Guarda para um abismo de incompetência, alicerçado num populismo bacoco, onde se privilegia o culto da imagem do líder, em detrimento do investimento produtivo altamente necessário para este concelho, teve de colocar um travão a estes desmandos, chumbando o orçamento. Nesta sequência, esperava-se que o atual Executivo, após a apresentação, pelo senhores Vereadores do PSD, de dezanove pontos que justificaram esta tomada de decisão, fosse equilibradamente responsável, apresentando um novo orçamento sério, exequível, negociado com tempo e que contemplasse os reparos e sugestões promovidos por esta força política. Uma semana após a apresentação do primeiro orçamento, vem o Executivo do PG exhibir um novo documento praticamente decalcado do anterior e que continuava a ser um mau orçamento, contrário aos interesses da Guarda, não dando espaço nem tempo à oposição para apresentar uma solução negociada e credível que

atendesse às preocupações dos eleitores. Estranho conceito de diplomacia negocial tem o Engenheiro Sérgio Costa. Para além disto e provando, à evidência, a falta de confiança que o próprio Executivo depositava neste novo documento, fazendo pouco da oposição e, mais grave ainda, de todos os guardenses, apresentou, como plano B, a quinze dias do final do ano, uma proposta modificativa do orçamento de 2023, que contemplava trinta novas rubricas, dotadas, individualmente, da robusta quantia de 1 euro. Meus senhores, estamos perante uma das maiores chisco-espertices a que a sociedade guardense assistiu em quase cinquenta anos de democracia. O Executivo do PG, sabendo e tendo consciência da medíocre proposta deste novo orçamento e prevendo que muito possivelmente fosse novamente reprovada, tendo, portanto, consciência de que à luz da atual legislação em vigor governaria com o orçamento de 2023, apresentou, de forma enganadora, uma alteração orçamental modificativa ao documento deste ano. A Vereação do PSD, atenta a todas estas manobras embusteirias, que na prática, a serem aprovadas, passariam um atestado de estupidez a todos quantos a elas anuissem, teve a clareza e discernimento suficientes para, com o seu chumbo, pôr cobro a uma situação nefasta aos interesses da Guarda. Senão, vejamos. Se o Executivo PG considerava que essas trinta propostas eram tão importantes para a Guarda, porque não estavam contempladas no primeiro orçamento apresentado? E, assim sendo, porque não estavam também refletidas no orçamento retificativo aduzido uma semana depois? Estas e outras questões, encontram a sua mais fiel resposta na falta de planeamento, na falta de previsão, na falta de visão, na falta de estratégia e traduzem uma gestão de navegação à vista, sem qualquer rumo, sem qualquer foco. O PSD não assina cheques em branco. Consideramos que uma boa parte dessas trinta propostas são, efetivamente, benéficas para a Guarda e merecem a nossa total anuência e concordância, designadamente, entre outras, todas aquelas que possam ser acomodadas em fundos comunitários. Assim sendo, em 2024, na prática, sempre que o senhor Presidente assim o entender...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, esgotou o seu tempo.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Ok. Poderá levar essas propostas, caso a caso, à reunião de Câmara, as quais, após discussão, contribuição e validação com a oposição, serão provavelmente aprovadas, procedendo-se também à abertura de

rubrica, caso seja necessário. Com este princípio, produz-se um maior controlo e rigor na gestão da causa pública, saindo a democracia participativa muito mais reforçada e escrutinada, como ditam as boas práticas. Tendo em conta a recorrente postura deste Executivo, se calhar, não seria má ideia todos os presentes trazerem um paninho de casa, pois a vitimização e as lágrimas de crocodilo, que são a imagem de marca desta equipa governativa nesta matéria em particular, exigem que cada um de nós...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Dez segundos. Exigem que cada um de nós tome medidas preventivas, no sentido de impedir a teatralização de um assunto muito sério para a nossa edilidade e que o senhor Presidente, à falta de melhores argumentos, utiliza uma postura lamechas, sem qualquer fundamento, para justificar a sua inoperância. Digo-lhe uma coisa, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vai-me desculpar...” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “É uma frase.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eram cinco segundos, já vamos num minuto, portanto, vou retirar-lhe a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “É uma frase. Um populista governa para ganhar eleições, um estadista governa para acautelar as futuras gerações. Obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. O Partido Socialista não está inscrito neste ponto.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sim. E?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E eu penso que não pode usar da palavra, ou nós estamos a interpretar completamente errada...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Acho que estão a interpretar erradamente o Regimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu creio que não.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu penso que sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não há, para aqui não há inscrições.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Acho que deve interpretar bem o Regimento, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Não, vou-lhe dar na mesma a palavra... não posso dar a palavra quando o Partido Socialista não se inscreveu neste ponto.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Senhor Presidente, então, se me permite, com o devido respeito, discordar dessa posição. Porque, de acordo com o artigo 37º do Regimento, que versa sobre o período da ordem do dia, no ponto 11, reportando-se precisamente a este ponto destinado à discussão de assuntos de interesse geral municipal, portanto, dispõe este número que da ordem do dia nas sessões ordinárias, poderá constar um ponto destinado à discussão de assuntos de interesse geral municipal, que é o presente ponto, cuja grelha de tempos respetiva se encontra em anexo ao presente regimento. Dessa grelha consta que cada partido tem os tempos aqui proporcionalmente aos resultados das eleições, consta que poderá...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, ó Senhora Deputada, eu peço-lhe imensa desculpa, mas não se fique só pelo número 11 do artigo 37º. Leia também o número 12.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Sim, o 12 e o 13 é o que diz...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, que limitam.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “É o que diz que o número 8 é aplicável a este ponto, como a outros pontos que sejam da ordem do dia e a apreciação de cada ponto da ordem do dia processa-se da seguinte forma: alínea a) intervenção inicial do proponente; alínea b) intervenção dos grupos municipais sobre essa intervenção; e alínea c) resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal a essa intervenção.

Portanto, isto, como um ponto da ordem do dia, aplicar-se-lhe-á a norma respeitante a todos os outros pontos da ordem do dia. Não é diferente das outras, na nossa opinião.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, a interpretação da Mesa não é essa. A interpretação da Mesa, e foi sempre o que aqui foi feito, é de que, neste ponto, conjugando estes vários números do artigo 37º, é para quem se inscreveu e não para a quem não está escrito. Portanto...” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Mas o próprio número 13 remete para o número 8 desse artigo, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto. A Mesa assume claramente que, não havendo inscrições para este ponto, não pode dar a palavra.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Mas isso não tem reflexo na norma do regimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É o entendimento da Mesa.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Mas o entendimento tem que ter reflexo na lei e não tem.” -----

- **José Relva, Presidente a Assembleia:** “É a nossa interpretação da lei. A senhora Deputada interpreta para a esquerda, eu interpreto para a direita. O que é que quer que eu faça?” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Ó senhor Presidente, dura lex, sed lex...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É isso mesmo. É isso mesmo.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “... este é o regimento que nos rege a todos e consta cá, está em bom português de ver. Não é preciso ser jurista para interpretar isto. Está em bom português...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A senhora é jurista, eu também sou. A senhora faz uma interpretação, a Mesa faz outra. Olhe, paciência!” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Sou, mas na qualidade de Deputada que lê português, está em bom português...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E eu também leio.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “... de perceber que o ponto oito...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É que eu também leio português.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “...se aplica a qualquer ponto da ordem do dia. Este é um ponto da ordem do dia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Este é um ponto que diz assim, da ordem do dia... os pontos da ordem do dia têm que ser entregues com cinco dias úteis de antecedência...” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Isso é as intervenções. Mas há direito de resposta às intervenções.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Os pontos da ordem do dia têm que ser apresentados, os temas, com cinco dias úteis de antecedência. Esta é uma exceção que diz que da ordem do dia pode acontecer isto, mas é preciso inscrever-se...” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Correto, para haver intervenções.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... que não foi feito pelo Partido Socialista.” --

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Senhor Presidente, para as intervenções é preciso inscrever-se com cinco dias, para o direito de resposta...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada, não vamos entrar aqui em discussão. A Mesa não autoriza. Não estão inscritos, a Mesa não autoriza. É a decisão da Mesa.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “É uma não autorização ilegal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, desculpe lá... ouça, depois daquilo que o senhor acabou de fazer, depois daquilo que o senhor acabou de fazer, qualquer pessoa pode intervir. Porque o senhor olha para a lei e diz: isto é ilegal!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É a interpretação a Mesa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas não tem que haver interpretação. Ó senhor Presidente, desculpe lá, o senhor Presidente não tem que interpretar nada. Está aí escrito, senhor Presidente...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu vou-lhe dar uma ideia...” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Está aí escrito, senhor Presidente.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ouça, eu vou-lhe dar uma ideia...” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Quer ler comigo?” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não.” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Quer ler comigo? Podemos ler os dois, devagarinho...”
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu vou-lhe dar uma ideia, recorra para o plenário...” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Frase a frase...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa decidiu, recorra para o plenário.” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas recorro para o plenário o quê? Uma ilegalidade? Desculpe, eu recorro para o plenário uma ilegalidade, podendo deixar pessoas cometer uma ilegalidade? Desculpe, não recorro para o plenário. É uma ilegalidade aquilo que o senhor Presidente está a fazer e quer fazer. Eu não recorro para o plenário. Recorreremos para outras instâncias, se for caso disso...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, muito obrigado.” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não é, senhor Presidente? O senhor continua a cometer uma ilegalidade. Eu posso cometer ilegalidades...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, tudo bem. A Mesa assume a ilegalidade.” -----
- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ouça, eu deixo de cumprir o regimento, a partir deste momento. O senhor Presidente que devia ser o exemplo, não o cumpre...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, é o seu entendimento, não é o meu.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ouça, então eu vou continuar a falar e o senhor Presidente chame a polícia para me retirarem. Eu vou fazer a minha intervenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu, as convocatórias que a lei exige que sejam enviadas com um mínimo de oito dias de antecedência, foram enviados no dia 7. Como o dia 7 era quinta-feira, no dia 8 era feriado e o dia 9 era sábado e domingo, por amabilidade, não foi por obrigação legal, eu enviei mensagens do meu telemóvel para a Doutora Cláudia Guedes, para o Doutor João Correia e para o senhor Engenheiro Miguel Borges. Na sexta-feira, dia 8. Para o Chega e para o Bloco de Esquerda foi no dia 9, sábado. Dizendo que tinha enviado as convocatórias para a reunião no dia 22. Não sei onde é que o senhor Deputado Miguel Borges diz que a Mesa viola a lei e não cumpre a lei. A Mesa tomou esta decisão. É a Mesa, não é o Presidente. É a Mesa. Se os senhores não concordam com a decisão, façam favor, recorram para o plenário. O plenário decidirá e a Mesa está à vontade. Não há nenhum problema.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Com esse raciocínio, o Presidente de Câmara não teria também possibilidade de intervir neste ponto. É o que está escrito. É o que está escrito. Ó senhor Presidente, desculpe. Eu só lhe estou a pedir para ler. Mas não querendo ler, e vai ter que me obrigar a fazer isto, senhores Deputados, eu recorro para o plenário. Fiquem cientes que, quem votar contra aquilo que eu acabei de dizer, estará a votar contra o regimento que foi aqui aprovado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, só um pequeno esclarecimento. Um pedido, aliás. Eu estava aqui a ver o número 11, do artigo 37º do período da ordem do dia, e, nas sessões ordinárias, poderá ainda constar o tal ponto da discussão do interesse geral, não é? É isso que estamos a falar. E depois diz o número 13: às intervenções previstas no número anterior, aplica-se o disposto no número 8 com as devidas adaptações. Sendo certo que eu não sei quais são as devidas adaptações, o número 8 diz que a apreciação de cada ponto da ordem do dia processa-se da seguinte forma: intervenção inicial do proponente, não é? Presidente da Câmara Municipal ou Deputado Municipal, intervenção de Grupos Municipais. É aqui que se enquadra, com as devidas adaptações. Agora eu não sei, confesso-lhe, porque há aqui já um procedimento anterior, eu não sei quais são as devidas adaptações. Porque, se constar

dessa adaptação, poder-se-ia falar, não é? Mas eu não sei, portanto é isso que eu deixava...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não foi. Não foi.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “É esta a questão. Hã? Está bem, eu já vi. Mas eu acho que este assunto, se me permite, senhor Presidente, e também ao grupo do PS, acho que é um assunto que merecia uma reflexão. Não a quente, assim. Porque não me parece que isso aproveite a alguém, até porque podemos entrar aqui num período de grande atraso, com recurso à Mesa, como é evidente, não é? E não saímos disto. Se calhar, eu propunha que este assunto fosse dirimido ulteriormente numa próxima sessão, ou então um grupo de trabalho, alguém dos líderes parlamentares que, numa reunião com o senhor Presidente, esgrimissem este assunto. Eu acho que era preferível do que entrarmos aqui num processo moroso, que nunca mais... Compreendendo aquilo que a senhora Deputada aqui disse, naturalmente. Agora, há aqui um procedimento que pode não estar certo, pode não estar correto, depende da interpretação de cada um. Eu também faço uma interpretação. É só isso, obrigado.” ----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Pronto, eu não sou de leis nem nada disso. Portanto, não vou entrar por esse caminho. O que eu sinto, neste assunto, é que todos os grupos parlamentares que quiseram intervir submeteram as coisas no prazo. E, lembrando uma Assembleia anterior, quando houve falta de tempo neste ponto, tentou-se pedir, como acontece no anterior, o tempo a outros grupos. E foi-nos dito que não se podia ter esse tempo porque esse tal grupo não estava inscrito. Portanto, eu não sei se é jurisprudência, se é analogia. É só esse lembrete de como é que a Assembleia procedeu em tempos anteriores. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se desejam... é só para interpor recurso ou não. Não vamos, agora, aqui, estar mais meia hora a discutir. Senão, daqui a pouco, não temos aqui ninguém.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não quero fazer nenhuma intervenção. Eu apenas quero responder à intervenção feita pelo Deputado do PSD. Apenas isto que eu quero fazer, que está escrito aí. Única e

exclusivamente isto. Se por acaso o senhor Presidente não deixar, então eu recorro para o plenário.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Deseja recorrer para o plenário? E em que termos é o recurso que desejam fazer?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nos termos de que se cumpra claramente aquilo que está estipulado no neste ponto, no Regimento. É isto. Ao abrigo do artigo 49º, vimos recorrer da decisão do senhor Presidente. É só isto, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se eu bem interpreto, com toda a humildade jurídica ou de jurista e democrática, a Mesa, dado que o Partido Socialista não apresentou nenhum ponto para o Ponto 2.1, a Mesa entende que não pode intervir neste ponto. O seu recurso, obviamente, para não perdermos tempo, só poderá ser para que o plenário os deixe falar. Não estou a ver outra interpretação com o recurso. Penso eu, não sei. Não é isso? Não é para isso? Então para que é? Mas a Mesa entende que neste ponto não pode intervir porque não se inscreveram. É o nosso entendimento. Se querem falar, terão que recorrer para o plenário e o plenário decidirá. E a Mesa sujeita-se àquilo que o plenário decidir. Não temos nenhum problema.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Uma questão é que quem submeteu as intervenções, vai fazer as suas intervenções. É um ponto como qualquer outro ponto, o 2.1, 2.2, 2.3, etc. E neste ponto está escrito que o resto da Assembleia não pode questionar, intervir, fazer um pedido de esclarecimento a essa intervenção? O que a mim me parece é que o Deputado Miguel quer usar essa figura para vir intervir, apesar de não ter intervenção feita. Eu acho que, nesse aspeto, não... pergunto à Mesa, não me parece que não seja... Parece-me que é possível. Agora, pergunto à Mesa que confirme e que esclareça.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito simplesmente, nunca foi feito e não é o entendimento da Mesa. O entendimento da Mesa é que, neste ponto 2.1, só pode intervir quem estiver inscrito. Quer recorrer para o plenário? Os senhores é que decidem. Agora, não vamos ficar aqui toda a tarde, recorrem não recorrem. Esta é a posição da Mesa. Bem ou mal, é a posição da Mesa. A Mesa assume, acabou.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu peço imensa desculpa pelo tempo que estamos a perder nisto. Eu, torno a dizer, não quero fazer qualquer tipo de intervenção. Nós

sabíamos que tínhamos cinco dias úteis para fazer a intervenção. Eu apenas gostaria de responder ao Deputado do PSD, coisa que está escrito no Regimento. Portanto, eu penso que não tenho que recorrer de nada. Mas, de qualquer maneira, se querem que eu recorra, eu recorro no sentido de me deixarem responder, atenção, responder a uma intervenção. Eu não quero fazer qualquer intervenção, mas quero recorrer para o plenário.” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente, havendo duas possibilidades de interpretação, talvez fosse de bom senso deixar fazer o comentário à intervenção e depois aclarar isso posteriormente, se é de facto legal ou não. E escusávamos de perder tanto tempo com outro procedimento. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sem prejuízo de, concordando com a sugestão do senhor Deputado Luciano Calheiros, se poder esclarecer este ponto, a Mesa põe à consideração da Assembleia se, para hoje, a Assembleia admite que se possa responder a este ponto. Claro que este ponto é um ponto muito amplo. Podemos estar aqui meia hora a discursar sobre isto. Pronto. Concordamos, para acelerarmos os trabalhos? Acordamos? Ó senhores Deputados, a Mesa não tem interesse nenhum em não dar a palavra a ninguém. Agora, tem é que cumprir a interpretação que faz do Regimento, compreenderão. (...) Aprovado com trinta e seis votos a favor, vinte e cinco abstenções e sete votos contra. E agora pode falar? Eu gostaria de realçar que a Mesa entende que esta não é a posição regimental. Quero que isto fique para memória futura. Muito obrigado. Tem a palavra, o senhor Deputado Miguel Borges sobre este tema. Miguel só um bocadinho. Pediram uma declaração de voto.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Estamos numa casa da democracia, de discussão pública. O discurso e a discussão devem prevalecer. É importante esclarecer isto, mas não vi nada que contradissesse que se pode responder a uma intervenção destas. E até insto a Mesa a verem em atas anteriores se isto não aconteceu já. Eu tenho ideia que sim. De qualquer forma, também dar aqui a nota de que esta resposta à intervenção do PSD não pode ser um subterfúgio para fazer uma intervenção. E alerto a Mesa para isso.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A minha declaração de voto vai no sentido idêntico àquilo que acabou de ser dito pelo anterior Deputado. Portanto, mais nada tenho a acrescentar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem palavra. Pode falar.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu tinha um texto escrito acerca de orçamentos, como calculei que viesse aqui este assunto. No entanto, vamos por improviso. O PSD veio aqui falar acerca das razões e dos motivos que os levaram a votar contra o orçamento. É importante, e com base na intervenção que aqui foi feita pelo Deputado Ricardo, dizer também porque é que o PS votou contra o orçamento de 2024. E, portanto, como resposta ao Deputado, dizer que o Partido Socialista é um partido responsável. É um partido que, no primeiro ano de mandato desta Câmara, votou favoravelmente. E votámos favoravelmente por achar que os guardenses tinham decidido e, portanto, que essa decisão devia ser cumprida por nós. Não deram o voto a um partido, deram o voto a um movimento e achámos que, apesar de ser movimento, entre aspas, independente, teriam que ter, por nós, a questão da dúvida. Passou um ano. Lembro-me que o senhor Presidente se vangloriava, nessa altura, por ter sido aprovado 200 mil euros, por ano, para o Teatro Municipal... Estou a responder àquilo que foi uma intervenção...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu já sabia. Era previsível que isto acontecesse.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas dizer-vos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Era previsível que isto acontecesse.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Dizer-vos, dizer-vos... mas vou ser muito mais rápido, muito mais acelerado. Dizer-vos que concordo exatamente com tudo aquilo que foi dito relativamente... aquilo que foi dito pelo Deputado do PSD que me antecedeu. Dizer-vos que concordo com a questão que tem a ver com a senhora Vereadora Diana Monteiro e as explicações que são devidas à Guarda e que são devidas aos guardenses. Concordo com o senhor Deputado, quando o senhor Deputado vem dizer que esta Câmara nada cumpre, que esta Câmara não cumpre aquilo que vem à Assembleia Municipal, que não cumpre as decisões que são emanadas do próprio projeto eleitoral do PG. E, portanto,

dizer-vos que concordo com aquilo que foi dito pelo senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa. Era só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Agora que está aberta a Caixa de Pandora, pergunto se mais algum senhor Deputado deseja falar? Penso que não. Então, abriram a Caixa de Pandora.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, uma boa tarde já para todos. E desculpa por estarmos numa casa onde fazemos perder tanto tempo uns aos outros. O que é que eu acho? Acho que, efetivamente, todos devíamos crescer um bocadinho. Porque, efetivamente, isto que o meu amigo fez foi uma intervenção previsível. Eu era capaz de escrever, se fosse consultor do PS escrevia isso. Eu já sabia que era isso. Mas só dizer uma coisa. Eu não sei, juridicamente, quem tem razão aqui. Mas sei que as democracias têm regras e se a regra é não falar, é não falar. Na Assembleia da República, liderada presentemente por um Presidente do PS, várias vezes retirou a palavra a vários Deputados. E não é antidemocrático por isso, pois não Borges? Caro amigo. Mas as regras são efetivamente para cumprir. E eu não sei se está a ser cumprida a regra da democracia, porque houve obviamente uma eleição e vocês estão a descalçar um dos principais argumentos. Eu estou a tentar imitar o meu amigo Borges, tentar falar, falar. Verdadeiramente, toda a gente sabe o que é que eu vou dizer. Porque vocês desrespeitaram, porque houve aqui uma coligação negativa em relação ao orçamento, como é óbvio. Porque vocês dizem, na vossa moção de Lisboa, das obras, que é uma pena perdermos executivo e aqui dizem o contrário, como é evidente. Nós estamos perante isto. Nós sabemos os resultados e o resultado é clarinho. Vai perder a Guarda. E perdemos tempo, nós todos foi o que estivemos a fazer até agora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, o tempo do PSD está esgotado. O Tempo está esgotado. Peço imensa desculpa, o tempo está esgotado. Não sei se há mais alguma intervenção sobre este Tema. O PSD tinha ainda um outro tema «A Guarda deve olhar o futuro com coragem». Está esgotado o tempo. Não tem tempo. Senhor Deputado, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu venho aqui na melhor da boa fé. Nós não temos tempo. Aconteceu nesta Assembleia uma coisa que nunca aconteceu em nenhuma outra, que foi, neste caso, uma alteração justificada da ordem de trabalhos. Senhor Presidente, diz o artigo 37º, número 14, passo a ler «A pedido de cada grupo municipal dos deputados que exercem o seu mandato como independentes ou do Presidente da Câmara Municipal, poderá a Mesa autorizar a acumulação de tempos não utilizados em qualquer ponto da ordem do dia». Senhor Presidente, nós não utilizámos, no último período que tivemos aqui a discutir, três minutos, quatro minutos, já não sei. E eu queria perguntar se é possível utilizar esse tempo. Reitero, não será possível em mais nenhuma Assembleia, em mais nenhuma outra. É apenas um acaso. Nada tem a ver com esta questão que estivemos aqui a discutir. Como houve uma primeira discussão de um ponto, houve tempo que nós não utilizamos. Segundo o Regimento, é possível acumular esse tempo para outra intervenção. Foi uma questão de sorte. Agora, se o senhor Presidente me vai ceder esse tempo ou não, isso já é outra questão. Agora, que o Regimento o prevê, prevê. Em mais nenhuma Assembleia Municipal isso será possível, porque as nossas primeiras intervenções serão sempre as intervenções que nós planeamos e que trazemos aqui. Neste caso, não foi. Foi o Ponto 2.13, sobrou tempo, eu peço à Mesa para acumular esse tempo para poder intervir, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, sabe o tempo que tinha? Isto é o tempo do tempo do tempo. É que não sabe o tempo que tinha, nós também não temos hipóteses de saber. Tem a palavra a senhora Deputada do CDS/PP.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o que é que ainda deseja saber depois da posição da Mesa? Outra vez um pedido esclarecimento? Faça favor.” --

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu não me estou aqui a servir, eu não estou a ser nem dilatário nem chicaneiro. Eu estou de boa fé. Eu já lhe disse que não tenho tempo. Eu não tenho tempo. O PSD não tem mais tempo. Mas surgiu nesta Assembleia, e em mais nenhuma outra surgirá nem em nenhuma outra anterior surgiu, uma questão que foi: sobejou tempo da primeira intervenção. E eu quero saber... pelo

menos conceda-me dois minutos, por bom senso. Porque a verdade é que o Regimento me dá essa prerrogativa. A verdade é essa, senhor Presidente. E nós não podemos passar por cima. Não sabemos quanto tempo é que é, certamente não será meia hora. Mas, pelo menos, um minuto pode conceder-me, porque o senhor Presidente sabe perfeitamente que o PSD acumulou tempo nesse ponto da ordem do dia. E não estamos aqui a cometer nenhuma ilegalidade. É uma situação excepcional criada pela ordem de trabalhos. Portanto, senhor Presidente, eu faço-lhe este apelo, senão vou recorrer para o plenário.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, para evitar recursos, a Mesa entende conceder-lhe dois minutos. Depois, quando o senhor Presidente da Câmara precisar, para responder a trinta questões, de mais minutos, não comecem logo a protestar porque a Mesa lhe mais dois minutos, se são trinta ou quarenta questões a que tenha que responder. Fica já a advertência feita.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento os presentes. O que falta à Guarda, na verdade, é um plano de governação. O Presidente de Câmara tem, acima de tudo, de saber definir prioridades. A Guarda precisa de atrair empresas que possam criar emprego qualificado. A Guarda precisa de atrair investimentos privados na saúde, que possam fixar médicos, criar emprego e ajudar a colmatar as lacunas do nosso hospital. A Covilhã, aqui ao lado, vai ter dois hospitais privados. Já tem uma clínica de outro grande grupo de saúde, investimentos que orgulham e mobilizam a sociedade, que criam emprego e que criam futuro. E o que é que o senhor Presidente da Câmara da Guarda tem para oferecer à nossa cidade, ao nosso concelho, em termos de saúde? Eu podia dizer zero, em termos de saúde privada. Mas é menos de zero. O senhor, em 2021, rejeitou dez milhões de euros de investimento na saúde privada. A Guarda diz não, mas a Covilhã diz sim. A Guarda tem zero, mas a Covilhã vai ter mais de quarenta milhões investidos. Os senhores afastam a iniciativa privada. Não se admite que a Guarda perca a corrida pela Aptiv quando já beneficia do estatuto aduaneiro do Porto Seco. É um desespero constatar que a Guarda não tem capacidade para chamar os investidores. E eu digo-lhe, senhor Presidente, o senhor citou o Primeiro-Ministro, António Costa, que disse, nós não sabemos, mas disse, vamos acreditar em si, que não tem razão de queixa

da Câmara da Guarda. Mas eu devo citar também as palavras de um empresário da nossa região, que lhe diz, senhor Presidente, que o Município tem que criar dinâmicas, que tem que haver trabalho de casa, iniciativa dos políticos para bater à porta destas marcas que valorizam o interior. E eu devo dizer-lhe que, se fosse autarca, ficava envergonhado a ouvir um empresário, ouvir os empresários falar assim do Município da Guarda. Eu devo lembrar-lhe, senhor Presidente, que nós assistimos a um ano de trapalhadas. Em dezembro, rejeitou um milhão para a cultura; em fevereiro, falhou nos transportes; em março, falhou na habitação; em maio, nomeou uma assessora condenada por assédio laboral para júri de um concurso onde uma das suas candidatas era a sua companheira...” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, voltamos ao mesmo problema...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Em abril, tirou o IMI familiar ...” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “2 minutos e 52 segundos...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “... em agosto extinguiu uma escola e do verão a esta parte já...” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “... não pode ser. Vou-lhe retirar a palavra.” ----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bem, muito obrigado.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Peço imensa desculpa, ou acaba ou retiro-lhe a palavra.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Acabarei, dizendo que chega a esta Assembleia de dezembro sem empresa municipal, sem orçamento, por culpa própria, e, mais grave de tudo, como já aqui foi dito, a nove dias do fim do prazo, sem PDM. E, portanto, consigo, a Guarda vai continuar a perder e tem o futuro comprometido. Muito obrigado.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “A seguir, é o grupo municipal do CDS-PP. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Estamos diante da imperativa necessidade de priorizar recursos para garantir o essencial em áreas fundamentais que moldam o futuro. É essencial aqui e em todo o lado dar importância crítica. Saliento, hoje, estes quatro ou cinco pilares: a saúde, a educação, o emprego, o investimento e a cultura. Em especial, quero destacar a importância de reforçar o investimento nas condições físicas e humanas da ULS da Guarda, uma instituição vital para a sustentabilidade do nosso bem-estar coletivo. Como estamos todos atentos aqui, hoje já foram aprovadas, por unanimidade, duas moções que vêm neste sentido para defender a saúde na Guarda. A saúde é, sem dúvida, o alicerce sobre o qual se ergue o bem-estar de uma sociedade. A ULS da Guarda, como instituição dedicada ao cuidado da saúde da nossa comunidade, desempenha um papel insubstituível neste contexto. No entanto, para que ela cumpra eficazmente a sua missão, é imperativo reconhecer e abordar os desafios significativos que enfrenta, tanto em termos de recursos humanos, quanto físicos. O reforço do investimento das condições da ULS é uma necessidade premente. Equipamentos modernos em instalações adequadas, são essenciais para enfrentar os desafios complexos que a área da saúde nos apresenta. Contudo, a saúde vai além das paredes dos hospitais. O investimento nas condições de trabalho e formação contínua dos profissionais de saúde é também crucial. São as que estão na linha da frente, enfrentando desafios diários para garantir a nossa saúde e segurança. Segundo notícias vindas a público, há graves carências de pessoal médico em diversos serviços da ULS da Guarda, situação que se arrasta há já algum tempo. Alguns serviços não têm capacidade de prestar o devido cuidado aos utentes. Ouvimos muitas vezes dizer que, relativamente à contratação de profissionais de saúde, designadamente médicos e enfermeiros, a capacidade de atração das regiões do interior é inferior às do litoral. Não obstante os reiterados esforços de discriminação positiva daquelas regiões, são preocupantes as carências existentes no Hospital Sousa Martins, que, aliás, são do conhecimento público, ao nível de especialidades médicas e do quadro de pessoal de enfermagem. Esta grave carência de recursos humanos pode colocar em causa a qualidade dos serviços prestados, bem como a resposta nalgumas valências fundamentais. Não deveria a ULS assegurar, no

âmbito da sua missão, atribuições e competências, o acesso da população da sua área geodemográfica a cuidados de saúde, seguros e de qualidade? É preciso fazer o que é preciso neste concelho do Interior e também devemos lutar por aquilo de que somos credores e que é um direito, como já disse, explicitamente inscrito na nossa Constituição. Outra área que gostava de destacar é a educação. A educação é a chave para um futuro próspero e sustentável. Devemos sempre, também, priorizar o investimento na educação, já que assim estamos a construir as bases para o desenvolvimento intelectual e profissional dos nossos cidadãos. É fundamental direcionar recursos para melhorar as condições das escolas, proporcionar formação contínua para os educadores e garantir que todos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais. O ensino de qualidade, não apenas prepara as gerações futuras para enfrentar desafios complexos, mas também é um fator determinante na promoção da igualdade social. Ao investir em programas educacionais inclusivos e inovadores, podemos capacitar os alunos a tornarem-se cidadãos informados, criativos e críticos. Esta é uma contribuição direta para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Já falei na saúde, já falei na educação, falo também agora no emprego. A criação de empregos é um motor vital para o desenvolvimento económico e a estabilidade social. Ao direcionarmos investimentos para programas de formação profissional, apoio a pequenas empresas e promoção do empreendedorismo, estamos a estimular o crescimento económico e a criar oportunidades de emprego. Devemos promover a inovação e apoiar sectores emergentes que não apenas ofereçam empregos, mas também contribuam para a sustentabilidade a longo prazo. Ao fazê-lo, não apenas fortalecemos a economia, mas também proporcionamos estabilidade financeira. Ligado ao emprego está, como é óbvio, o investimento. O investimento estratégico é o alicerce de um futuro resiliente. Ao direcionarmos recursos para projetos que promovam a infraestrutura, a inovação e a sustentabilidade, estamos a moldar um futuro mais promissor para todos. Devemos considerar investimentos, as energias renováveis, tecnologias emergentes e infraestruturas que fortaleçam a resiliência da nossa comunidade diante de desafios futuros. A colaboração entre os setores público e privado é crucial para criar um ambiente de negócios favorável e atrair investimentos. Devemos procurar parcerias estratégicas que impulsionem o crescimento económico e beneficiem a comunidade como um todo. Em conclusão, a urgência de priorizar recursos

para garantir o essencial é uma chamada ação que não podemos ignorar. Ao focarmos na saúde, na educação, no emprego e no investimento, estamos a construir um alicerce sólido para uma comunidade próspera e sustentável. A ULS da Guarda é uma parte crucial deste esforço e o reforço do investimento nas suas condições é uma prioridade que todos devemos abraçar. Cada um de nós tem um papel a desempenhar neste processo, seja ao cobrar ações das autoridades, participando ativamente em iniciativas comunitárias, como já aqui falaram hoje no cordão humano, ou contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento, quer este seja o momento em que, unidos como unidade, enfrentamos os desafios de frente, investindo no que é essencial para assegurar um futuro de prosperidade. Já em Assembleias anteriores, aqui, eu citei Winston Churchill e volto a fazê-lo: devemos tirar da necessidade, ações instantâneas, enfrentar os desafios e superá-los. Priorizar recursos para garantir o essencial em áreas fundamentais, é o caminho para forjar um futuro resiliente e próspero para todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Nesta perspetiva, se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o tema do CDS-PP, faça favor. Não havendo, daria a palavra à senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia, novamente. Temos algumas questões para fazer, senhor Presidente. Por favor, responda-nos. Se não responder, seguirá, novamente, o e-mail com a mesma indicação. Esperamos que tenha a dignidade de nos responder e de tomar em atenção as questões que o grupo municipal do Bloco de Esquerda tem. A nossa primeira questão tem a ver com o protocolo assinado entre o Município da Guarda e a ULS. Eu li, que respondeu nas atas de Câmara, que o valor e a verba associada será entregue quando o projeto for materializado. Mas nós ficamos sempre com a questão, porque o senhor Presidente fala muitas vezes que é necessário agir e já falou da importância da saúde na Guarda, não faz parte das suas funções realmente acompanhar e pressionar para que este protocolo seja cumprido, ou vamos esperar que aconteça por livre vontade da ULS? Porque, realmente, há aqui uma responsabilidade municipal e ela tem que ser debatida. Segundo ponto, se existe alguma previsão para a recuperação da Estrada Municipal 531. Está degradadíssima. É a estrada

de acesso à Plataforma Logística. Fartamo-nos de falar do quão importante é a Plataforma Logística, que é um foco de desenvolvimento municipal, e sem dúvida que concordamos. No entanto, convém que o acesso dignifique. Estamos a falar de uma estrada onde passam imensos, imensos camiões e é acesso para muitas localidades. Esta estrada não tem, inclusivamente, muitos dos sistemas ativos e passivos de regulação de tráfico que seriam necessários. Falamos de acesso a populações muitas delas envelhecidas e faltam inclusivamente passadeiras para poder aceder ao outro lado da estrada. Portanto, se existe alguma previsão da recuperação, alargamento, alguma intervenção nesta estrada. Outro tema que nos tem vindo a incomodar e já falámos várias vezes nele e vamos voltar a reforçar que continuamos à espera que sejam aprovados regulamentos de apoios e, em quase todas as reuniões de Câmara, são aprovados apoios extraordinários, dos quais nós não temos acesso a critérios. Não é uma opinião única daquilo que li nas atas e estas situações podem ou não criar injustiças. Portanto, será essencial iniciar os processos de revisão dos regulamentos, aprová-los e realmente os apoios serem unânimes para todas as entidades ou, pelo menos, haver critérios definidos. Porque, se calhar, há critérios definidos, mas nós não os sabemos. Portanto, é a mesma coisa do que não haverem, porque eles não são passados, do que vi, nem sequer aos Vereadores. 25 de Abril, estamos a poucos meses, continuamos sem resposta. Foi uma coisa que já foi debatida em reuniões de líderes parlamentares, não foi dado seguimento nenhum. Já falámos aqui. Eu digo que não tenho resposta enquanto membro da Assembleia, não tenho resposta enquanto líder parlamentar da reunião de líderes e não tenho resposta enquanto membro da Comissão dos 50 anos. Ou seja, o que é que está a ser feito? O que é que vai ser feito? Teremos ou não teremos uma sessão da Assembleia Municipal? Já foi falado hoje, o senhor Presidente protege-se sempre na mesma declaração de que não tem essa obrigação. Mas isto é um reflexo perfeito da sua consideração em relação às decisões aqui da Assembleia Municipal e às nossas opiniões. Ironicamente, temos mais uma prova enquanto debatemos o evento que nos permite celebrar exatamente a separação de poderes e liberdades. Portanto, acho que é um ponto bastante sensível e que deve ter alguma atenção. Em último caso, deixar só a minha declaração de que foi muito difícil, mas finalmente temos a resposta. Realmente, o processo de extinção da Escola de São Miguel termina com a cedência do edifício à UEPS. Não estou a dizer-lhe que foi uma coisa encadeada. Os tempos,

obviamente, para nós, serão sempre uma dúvida e para o resto da população da Guarda. Mas, exatamente como o senhor Presidente negou tantas vezes, foi como este processo começou e terminou. Poderia ter sido um processo muito correto, transparente, mas ficará para sempre manchado pela ausência de respeito pelos agentes educativos, pelos educadores, assim como pela ausência de respostas aos cidadãos e aos representantes eleitos pelos cidadãos, senhor Presidente. E isso é algo que também acho que deve ficar marcado e deve não verter as suas intervenções futuras e os seus trabalhos futuros. Sem dúvida que há de ser difícil esse equilíbrio entre o que é que deve ser passado à opinião pública e o que é que deve ficar no resguardo. Mas, para nós, esta é uma questão essencial de ser tratada com clareza. Obviamente não foi. E, na verdade, a maior parte dos membros desta Assembleia que se indignaram e que lhe fizeram bastantes questões, tinham razão. Não foi propaganda política, não foi aproveitamento. Inclusivamente, não foi nenhum aproveitamento nem dos agentes políticos, nem dos educadores, nem dos encarregados, como disse muitas vezes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta intervenção do Bloco de Esquerda? Não havendo, passava ao grupo municipal Pela Guarda.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Então, bom dia a todos, novamente. Hoje e nestes dias, a Guarda tem continuado o seu caminho, o caminho que temos aqui falado muitas vezes. Esse caminho foi escolhido pelos guardenses em 2021 e, fruto disso, a Guarda está mais viva. A cidade Natal prova isso mesmo. Uma sala de receção engalanada, que orgulha por estes dias, ainda que, e bem o sabemos, precisar de uma intervenção de fundo. Uma alegria e energia contagiantes. Tanta gente, guardenses e de fora, nacionais e estrangeiros que celebram o Natal na nossa cidade. A Guarda está mais viva, com o protocolo assinado ontem entre o município e a UEPS, fruto de muito trabalho, que é uma prova disso mesmo. Parabéns, senhor Presidente. Foi um trabalho duro, no recato, expressão que muitos gostam de troçar, mas que aqui deu frutos. Esses que troçavam do recato, hoje nada dirão sobre esse tema. Só numa primeira fase, vêm cerca de cinquenta a cinquenta e cinco militares. Poderão, no futuro, ser duzentos e cinquenta. A Guarda está hoje viva. O percurso do Porto Seco continua a fazer o seu caminho. E aqui temos de reconhecer o lançamento do concurso de empreitada pelo Estado central,

prova também isso mesmo. Não nos cansamos de dizer, o Porto Seco é a oportunidade de ouro para a Guarda. O Presidente foi um dos principais pioneiros deste desígnio e sabe-o bem. Precisamos de continuar a alimentar este projeto para que chegue rapidamente e não seja ultrapassado por outros concorrentes. No entanto, o taticismo e a chicana política também estão presentes e por isso tivemos de mudar a navegação, o rumo que o barco toma, para continuarmos a dirigir-nos para o destino que temos há muito traçado. Avistámos ou foi plantado um obstáculo, um iceberg. Saberemos contorná-lo e seguir caminho, apesar dos escolhos espalhados, quiçá, pelo tempo, a diminuir até às autárquicas, quiçá por uma campanha nacional por procuração que também se estende ao nosso município. O PG, independente e pela Guarda, continuará a lutar tão e somente pela Guarda. E prova disso são as Grandes Opções do Plano que estavam inscritas para 2024: pessoas e famílias como foco fundamental desse orçamento, com 500 mil euros de Plano de Emergência; condições para investir nos próximos anos, 50 milhões de euros em quatrocentos e cinquenta fogos habitacionais; apoio às IPSS e associações; revitalização do Centro Histórico; o Centro de Investigação Nacional de Envelhecimento que a ULS queira; a quarta fase da Plataforma Logística, sessenta novos lotes; Área Empresarial Tecnológica do Mercado Municipal; eventos recreativos e culturais; programação cultural; implementação de investimento previsto na Carta Educativa Municipal, que aqui aprovámos recentemente; parceria com o IPG, aqui também tão falada no passado, por exemplo, para Residência Universitária; também a gratuidade dos transportes públicos até ao 12º Ano; candidaturas a fundos europeus que sabemos que é uma fonte importante de financiamento das autarquias, à cabeça, o PRR. Enfim, é toda uma visão global para a Guarda e para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, aumentar o desempenho económico e preservar o território que se vê limitado. Mas, Pela Guarda, saberemos ser audazes, dar a volta ao texto, encontrar alternativas e continuar a liderar o município da melhor forma. Senhor Presidente, força no seu trabalho, conte connosco.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema. Não me parece. Dava, então, a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Reitero os meus cumprimentos em si a toda a Assembleia. Bom, senhor Presidente, assistimos aqui, senhores Deputados, senhores Presidente de Junta de Freguesia, Membros do Executivo, a algumas intervenções, cada um ao seu estilo, mas eu nunca responderei a intervenções com palavras insultuosas e faltas de respeito. Eu nunca o fiz. Se Deus quiser, há de me dar forças para nunca o fazer. E, portanto, aconselho a que não o façam, porque isso não enobrece, em nada, esta casa, este órgão. E, como bem, há pouco, dizia o senhor Deputado José Valbom, é assim que os populismos extremistas começam a crescer. E agora que vamos ter eleições legislativas à porta, façam bem o exame de consciência perante aquilo que eu estou aqui a referir. Sobre a questão do orçamento, já lá irei às questões do orçamento, volto a referir aquilo que eu disse há pouco, as sugestões aprovadas aqui na Assembleia Municipal, seja na figura da moção, na figura da recomendação, os números que eu, há pouco, acabei de referir. Trinta e três estão... já que estamos a falar em números, porque eu sou muito pelas matemáticas, ora eu não fosse engenheiro de profissão. E, portanto, trinta e três estão resolvidas, vinte e três estão em curso ou estão a ser tratadas, enfim. Só do município, agora, às dez ou onze do Estado central, nós não podemos responder em razão da matéria. Bom, aqui se falou também sobre empregabilidade. Eu lá tenho que citar aqui os números. Deputado José Rodrigues, vamos aos números. E, já agora, falar o nome das empresas, que é justo dizê-lo, porque já o referi no passado. E volto a dizer, agradecer muito a estas empresas que ajudaram a que tivessem sido criados, de uma forma efetiva, porque eles já estão a acontecer, muitos já estão criados e outros vão acontecer ao longo do próximo ano, dos próximos anos, dar-nos condições para que isso pudesse acontecer, a criação de setecentos postos de trabalho, em dois anos. Setecentos. Poderão perguntar, está satisfeito? Não. Não estou satisfeito. Mal feito fora que estivesse satisfeito. Bem gostaríamos que já tivéssemos muito mais do que isso. Mas, de facto, o caminho faz-se caminhando. E é graças à força de todos nós, não é só do Presidente da Câmara ou do Executivo. É de todos nós. E, lá fora, falarmos sempre bem da Guarda. Sempre bem da Guarda. Infelizmente, nem sempre isso acontece, porque há os profetas da desgraça e, de vez em quando, lá gostam de falar mal de tudo e de todos. Põem-lhe um microfone à frente e aqui vai disto. Mas, pela Guarda, falem sempre bem da Guarda. E de facto temos que estar muito gratos a estas empresas todas,

empresas e serviços, onde se inclui a UEPS, da GNR, naturalmente, criarmos as condições para estes setecentos postos de trabalho, de uma forma efetiva. São reais, não são números de campanha eleitoral. Sim, porque nós, movimento independente Pela Guarda, não vamos concorrer às eleições legislativas. Isso é para os partidos. Nós somos independentes. É um movimento autárquico independente e nós cá estaremos, naturalmente, para chamar à razão de todos, de todos os partidos políticos, mas também de outros cidadãos, para aquilo que deve acontecer efetivamente na nossa cidade. Bom, sobre as questões relacionadas... antes de ir ao orçamento, meu caro Deputado José Rodrigues, bem-haja por ter referido o sucesso que está a ser a Cidade Natal. Foi um investimento forte, é verdade, e sem qualquer financiamento. Mas é muito importante para colocar a Guarda no mapa, para voltar a colocar a Guarda no mapa. E por isso é que a afluência de pessoas é imensa aos fins de semana e durante a semana um pouco menos, mas também. E, de facto, estamos no caminho certo para dar um sinal deste ar de Natal a toda a região, para que possam visitar a Guarda e tudo isso vai parar à economia. É turismo. São os restaurantes que se enchem, são as unidades hoteleiras, são os comércio. E isso é muito importante porque assim se vê a sustentabilidade também do nosso território, aos mais diversos níveis. Sobre a UEPS da GNR, eu já falei, há pouco, sobre isso. Sobre a questão do Porto Seco também. No que diz respeito ao orçamento. Senhor Presidente, eu já gastei quatro minutos. Há pouco, sobraram-me vinte e cinco. Portanto, se estamos aqui nas exceções, não sei se isto é uma exceção ou não. Eu não pretendo usar esse tempo, mas, se precisar dele, faça o favor, com devida vénia, senhor Presidente. Deixe-me só molhar aqui um pouco a garganta. Foram aqui referidas muitas ou demasiadas falsidades em relação ao orçamento. Mas, vamos aos factos. Factos palpáveis que estão vertidos em ata. Quem tiver a amabilidade de ler as atas das reuniões de Câmara, faça o favor de o fazer porque está lá tudo vertido em ata e agradeço muito às colaboradoras do município que se esforçam, e muito, e muitas vezes fora de horas, para poderem ter as atas a tempo e horas, e muito obrigado por esse grande trabalho que vocês continuam a fazer. Mas, no dia 7 de setembro, nós pedimos os contributos a todas as forças políticas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Nunca isto, também devo recordar, nunca isto aconteceu na democracia aqui na Câmara da Guarda. Nunca. Nem um Executivo. Nem na governação PS, nem na governação PSD, nunca ninguém pediu contributos a quem

quer que seja. Nós inauguramos isso. Mas agora já não interessa dizer que nós pedimos contributos. Mas nós vamos continuar a fazê-lo, se Deus quiser. E, por isso, a 7 de setembro pedimos os contributos. E, quem entendeu, lá enviou os contributos. O grupo parlamentar do PSD enviou contributos. O Partido Socialista não enviou contributos, mas, depois, na reunião do dia 23 de outubro, falou nesses contributos. A Juventude Socialista enviou contributos. O Bloco de Esquerda enviou contributos. E, vejam só, já que falamos em contributos, os contributos que o Partido Socialista enviou, estão lá todos integrados. Os contributos da Juventude Socialista, metade deles estão lá, que nós considerámos. E nós explicámos isso no orçamento, no texto enquadrador está tudo bem referenciado. Do grupo parlamentar do PSD, arrisco-me a dizer que dois terços dos contributos também lá constam no nosso orçamento e mesmo é dizer em relação ao Bloco de Esquerda, que agradeço muito, também, alguns contributos que deu. E nós incluímos, tal como escrevemos, está no orçamento. Os senhores ainda não conhecem esta versão do orçamento. Mas, senhor Presidente, se me permitir, eu depois vou-lhe pedir para enviar aos senhores Deputados e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a versão do orçamento que foi presente à reunião de Câmara, para que percebam aquilo que lá está e aquilo que está em causa. E aquilo que foi referido nas reuniões bilaterais que houve, depois do primeiro chumbo do orçamento por parte dos representantes do PS e do PSD na reunião de Câmara... houve reuniões bilaterais, ora com uns, ora com outros. E, nessas reuniões, ambos nos disseram que poderiam estar em condições, lá mais para a frente, talvez em fevereiro, estarem em condições de aprovar o orçamento. Então, mas fevereiro será diferente de agora? Ou é porque em fevereiro estamos em vésperas de eleições legislativas e tentar encostar o Presidente da Câmara da Guarda, que é independente, a piscar de olho para ver se vota em nós? É para isto? É para isto que serve um orçamento? Ou é para pedir eleições antecipadas, conforme nós ouvimos nessa reunião, numa das reuniões? Pediram-nos eleições antecipadas. Lá está. Em Lisboa, tem-se um discurso de manhã, mas, à tarde, na Guarda, o discurso já é completamente diferente. Ainda bem que, em Belmonte, a semana passada, o Senhor Primeiro-Ministro disse aquilo que disse. Para que conste. E eu fiz questão de dizer aqui e fica plasmado em ata. Bom, mas continuando, em matéria de orçamento, vamos aos números. Eu só vou citar aquelas integrações que nós fizemos, porque é importante desenhar, agora que nós estamos a finalizar o quadro comunitário

2020, estamos a projetar e estamos a construir o 2030. Ainda não está aprovado pela CCDR, nem pelo Estado Português. Não está aprovado ainda o programa regional. Mas, naturalmente, nós temos que colocar cá as intervenções necessárias, e outras podem ser colocadas no futuro, para podermos fazer os projetos e, nalguns casos, avançarmos já com as obras. Mas vamos a isso. Intervenções (e eu vou falar dos vários tipos de fundos) as intervenções nas infraestruturas danificadas pelas intempéries. Vejam só, tenho aqui um contrato que assinei com a Direção Geral das Autarquias Locais, 3,5 milhões de euros. O município tem que pagar metade, aquilo que eu já referenciei aqui. Estamos impossibilitados de executar este contrato. Estava aqui a rubrica e foi chumbado o orçamento. 3,5 milhões de euros. No que diz respeito às infraestruturas municipais do Fundo de Emergência Municipal, que temos aqui o contrato de 2,6 milhões de euros, 2,7 sensivelmente, onde o município tem que pagar metade também, neste momento está absolutamente condicionado porque não temos orçamento. Aquelas infraestruturas todas de que nós fomos lançando concursos, fomos lançando todos esses concursos e, de facto, pode estar tudo em causa. E, se me permitirem, se eu encontrar aqui a folha, porque eu gosto de falar dos números de uma forma verdadeira, nós já lançámos concursos para reabilitação das infraestruturas municipais afetadas pelos incêndios, vejam só, (se calhar é isto que assusta. Deve ter sido isso que assusta, não sei se foi esse ou não o motivo do chumbo do orçamento.) já adjudicados ou em fase de adjudicação, a partir de agora estão todos condicionados perante aquilo que pode acontecer no futuro: Valhelhas, Famalicão da Serra, Vela, Benespera, Fernão Joanes, Trinta, Meios, Videmonte, Mizarela, Faia, Cavadoude, Aldeia Viçosa, Porto da Carne, Vila Cortês, Sobral da Serra, Guarda e Alvendre. Já adjudicados ou em fase de adjudicação. Falta Gonçalo, Arrifana, Gonçalo Bocas, Jarmelo São Pedro, Jarmelo São Miguel, Casal de Cinza, Pousade e Pêra do Moço. Penso que não me esqueci de nenhuma freguesia com este programa. Mas vem também o programa das intempéries. Senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, é isto que está em causa. Se calhar, é isto também que tem assustado algumas pessoas, pela capacidade de execução e do tal investimento. Querem investimento, faça-se investimento. Quando nós queremos fazer investimento, cortam-nos as pernas e não aprovam o orçamento. Mas vamos continuar nos números. O Plano de Ação das Intervenções Territoriais Integradas Beiras e Serra da Estrela, é assim que é designado o

nosso programa comunitário 2030. Colocámos aqui uma verba para o arranque, concretamente, deste programa. Este programa tem muitas intervenções previstas. Algumas delas já estão individualizadas, mas pode surgir um aviso de um momento para o outro e temos que ter cá a rubrica necessária para podermos iniciar a intervenção, porque, senão, o Tribunal de Contas, a seguir, dá o parecer com chumbo porque é da lei. Foi chumbado, pelos representantes do PS e do PSD, na reunião de Câmara. Bairros Comerciais Digitais, temo uma candidatura de 1 milhão de euros. Era preciso colocar a rubrica, execução do PRR, chumbado. Reabilitação do edifício da antiga Associação Comercial da Guarda para instalar o comando sub-regional das Beiras e Serra da Estrela da ANEPC. Um protocolo que todos nós já aprovámos há algum tempo. Finalmente chegámos a acordo com a ANEPC sobre layout e o programa funcional. Temos que começar a obra rapidamente. Chumbado. Plano de Ação de Intervenções Territoriais Integradas Redes Urbanas, é o outro eixo de candidatura do Centro 2030. Sabem para que é que isto serve? Nós já estamos incluídos em dois consórcios. É um outro eixo de financiamento. Estamos em dois consórcios. Um deles, que o líder é a Câmara de Viseu, para combate às alterações climáticas, para ficarmos mais resilientes a esse problema. É líder Viseu, mas está a Guarda, está Almeida, está Coimbra, está Figueira da Foz. Está aqui, foi chumbado. Mas, na reunião de Câmara, aprovou-se o protocolo. Mas aqui chumbou-se. Outro consórcio onde a Guarda, aí, é líder regional, que foi aprovado também na Câmara, mas no orçamento foi chumbado. Este outro consórcio, que é um consórcio com Fundão, Covilhã, Belmonte, a Guarda, naturalmente, Manteigas, Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Oliveira do Hospital. Tem a ver com a mobilidade sustentável a hidrogénio, neste outro eixo de candidatura, para podermos ter mais oferta em termos de mobilidade, seja na ferrovia, com uma possível ligação elétrica mais reforçada entre a Guarda e o Fundão. Na ferrovia, é este o caminho que nós queremos fazer, todas estas autarquias que eu acabei de referir. A Guarda é líder do consórcio, é líder regional neste processo. Mas também um vaivém, olhe, foi mais um pedido do PSD e nós integrámos tudo. Um vaivém, um autocarro a hidrogénio entre a cidade alta e a cidade baixa, que custa muito dinheiro, mas só por aqui é possível. Foi chumbado. Requalificação do espaço da antiga Casa da Legião. Como bem sabemos, houve aquela discussão pública. Formámos uma comissão de avaliação que nos pediu uma avaliação patrimonial. O processo está atrasado, nós temos que contratar a limpeza de todo o miolo e a

consolidação, porque senão ninguém entra lá dentro porque pode cair uma parede, para depois decidirmos o que é que se faz com o espaço, de uma forma efetiva. Se é para demolir na íntegra, se é em parte, se é uma praça, enfim, foi chumbado. Requalificação dos estaleiros municipais. Nós colocámos esta rubrica porque é da mais elementar, já não é justiça, é necessidade. Temos que requalificar os estaleiros, temos que gastar dinheiro nos estaleiros. As condições que os trabalhadores têm para poderem trabalhar, têm que ser melhoradas em alguns casos. Foi chumbado. A requalificação das instalações da UEPS e da GNR. Vejam só. Ainda ontem assinámos o contrato que foi validado na Câmara da Guarda. Nós estamos a fazer pequenas obras, de pequena monta, uma adaptação nos balneários. Mas, no futuro, vão ser necessárias outras obras muito mais fortes, muito mais musculadas sob o ponto de vista financeiro. Pois bem, foi chumbado. Requalificação do campo de tiro da GNR. Concluímos uma negociação com a tutela, com a Secretária de Estado da Administração Interna, para nós, Câmara, assumirmos, por um contrato interadministrativo que vai ser presente a reunião de Câmara, para podermos fazer as obras de requalificação do campo de tiro da GNR, que está fechado há dez anos, pelo menos, ou mais. E já agora dizer que este campo de tiro é importante para a PSP, para a GNR, para a Polícia Judiciária, para alguns Magistrados, para os caçadores, não só da Guarda, mas de toda a região. Foi chumbado. Continuemos. Programa de Revitalização do Centro Histórico da Guarda, onde queríamos colocar aqui algumas iniciativas que, conforme nós já dissemos, já estão a ser feitas. A questão da habitação, os projetos que estão a ser feitos no âmbito do Portugal 2030 que nós queríamos começar e, aqui, nesta rubrica, estar concretamente bem definida no orçamento, para podermos ter aqui outras ações, outras iniciativas. Fala-se muito, mas depois chumba-se no orçamento. Bombeiros voluntários. O aumento da rubrica do subsídio ordinário anual. Foi chumbado. Equipas de Intervenção Permanente, a necessidade de aumentar em função da atualização dos vencimentos anuais que estão indexados ao salário mínimo nacional. Foi chumbado. A criação de uma nova rubrica, que nós colocámos no orçamento, apoio a equipamentos dos bombeiros voluntários. Colocámos lá 100 mil euros, anuais. Foi chumbado. Reabilitação dos edifícios escolares do 1º Ciclo e Jardins de Infância, reforçámos as rubricas em função daquilo que foi aprovado na Carta Educativa, por dois terços, aqui nesta casa. Foi chumbado. Reabilitação dos edifícios escolares da descentralização, ou seja, a Escola Secundária da

Sé, terceira fase, a Escola de Santa Clara, a Carolina Beatriz Ângelo. Colocámos aqui os valores em função daquilo que foi aprovado na Carta Educativa e do concurso do projeto que foi aprovado na reunião de Câmara e já está a decorrer. Só para projetos são quatrocentos e não sei quantos mil euros, para a área da educação. Foi chumbado. Colocámos aqui a rubrica do Centro Escolar da cidade, vamos ter que começar a fazer o projeto. Foi chumbado. Carta Educativa, que nós aprovámos aqui. Mas continuemos. Residência de Estudantes. Essa necessidade e essa reivindicação de todos nós, que é mais do que justa. Estava cá para podermos lançar o projeto e começámos a fazer a obra, seja pelo PRR, seja pelo 2030. Foi chumbado. Programa municipal de desfibrilhação automática para colocarmos este equipamento nas escolas e nos equipamentos desportivos. Foi chumbado. Programa de apoio ao tarifário social, da APAL-SIM, das Águas Públicas em Altitude. Agora tem que ser a Câmara a subsidiar o tarifário social que os Serviços Intermunicipalizados venham a aplicar. Tem que constar essa rubrica, senão não podemos fazer essa transferência no contrato-programa. Foi chumbado. Programa de apoio à tarifa social, água e energia. Foi um dos pedidos do Partido Social Democrata. Olhe, uma das moções da Assembleia Municipal. Está aqui. Está aqui a rubrica. Para quê? Para, no âmbito do regulamento que está a ser desenhado, termos aqui rubrica para poder fazer esse apoio, para os mais de 65, foi assim que disseram na altura. Foi chumbada a rubrica. Continuando, Projeto Resto Zero. A implementação da recolha dos bio-resíduos, projeto piloto em alguns bairros da cidade. Tivemos que colocar isto para podermos pagar as verbas necessárias, a despesa necessária. Foi chumbado. O CRO. O CRO é o Centro de Recolha Oficial, o Canil e o Gatil. Colocámos aqui duas rubricas para termos aqui bem evidenciado aquilo que nós investimos, ou despendemos, digamos assim, no CRO, para as pessoas perceberem, os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a população. Foi chumbado. Rede Cultural e Criativa da Guarda. A candidatura que nós conseguimos ganhar do Turismo Portugal, 600 mil euros. Essa nova rede, a partir do Museu da Guarda, para Jarmelo São Pedro, para Aldeia do Bispo, para Videmonte, para Aldeia Viçosa. Temos que executar a candidatura. Foi chumbada essa rubrica, no orçamento, também. Recuperação do Órgão de Tubos da Sé da Guarda. Aprovámos, há 15 dias atrás, o contrato de cessão da posição contratual. Como bem sabemos, a Direção Regional de Cultura do Centro, que fez esse concurso, vai ser extinta no final do ano. E, portanto,

numa ampla negociação entre a Câmara da Guarda, a Direção Regional de Cultura do Centro, a Secretaria de Estado da Cultura e a Diocese, nós assumimos e foi aprovado a cessão da posição contratual em reunião de Câmara. Serão cerca de mais 400 mil euros para esta fase do órgão e, depois, mais cerca de 100 mil euros da plataforma que tem que ser feita, aí financiada pelo PRR. A rubrica foi chumbada. Não sabemos se vamos ter Órgão da Sé. Centro Interpretativo da Judiaria da Região Centro. É um outro eixo que está para os fundos comunitários. Como bem sabem, nós adquirimos algumas casas, alguns fogos em ruína no centro histórico, na zona da judiaria, para podermos fazer ali um grande projeto âncora. Âncora para a visita da Guarda, para o turismo religioso, naturalmente, e é muito importante. E é um espaço muito grande e temos que começar a fazer o projeto. O projeto vai demorar tempo. Tem que ser muito maturado, porque é um projeto diferente e tem que ser diferenciador, inovador. Vai demorar algum tempo, mas temos que o começar a fazer e vai custar algum dinheiro. A rubrica foi chumbada. Complexo Desportivo do Carapito. Como bem sabem, foi assinado um protocolo com o NDS para a Câmara da Guarda fazer a reabilitação do campo do Carapito. Não estava no orçamento. A rubrica foi chumbada. O campo de Casal de Cinza, o reforço da rubrica foi chumbado. Parques Infantis. A necessidade que todos, sem exceção, dirão que sim, de reabilitar o parque infantil do Parque Urbano do Rio Diz, do Polis. O Popis. Naturalmente temos aqui as verbas necessárias para isso, para começar essa reabilitação que vai custar mais de 1 milhão de euros. E é esse a nossa prioridade, será o do Polis. Depois, a seguir, virão os restantes da cidade. Nós inaugurámos quatro há pouco tempo, mas serão necessários mais 500 ou 600 mil euros. Temos que começar por algum lado. Mas, pois bem, essa rubrica, o reforço de verba nessa rubrica foi chumbado. Senhor Presidente, já não demoro. É claro que temos aqui as rubricas da despesa corrente necessária. Vejam só, só para terem essa informação. Energia elétrica, gás, água e iluminação pública, estamos a falar em 6 milhões de euros, na esfera total do nosso município. 6 milhões de euros. Um aumento brutal que nós tivemos, infelizmente, nos últimos dois anos, em função daqueles fatores externos. Tal como a alimentação dos nossos refeitórios, eu já falei aquando do orçamento de 2023. Ligação do Parque Industrial à Guarda. A estrada da Variante da “Ti Joaquina”. Está cá no orçamento. Nós reforçámos a verba. Porque vamos, se Deus quiser, daqui a pouco vamos fazer aí uma aprovação, assim o esperamos, mas está aqui o reforço da verba. Para quê? Para lançarmos a obra e, se

possível for, fazer alguma obra ainda este ano, se os prazos nos deixarem. Os prazos, os tribunais de contas, enfim, tudo isso. Foi chumbado. Não sabemos, depois, como é que nós poderemos fazer esta obra. Requalificação da Avenida de São Miguel e zona envolvente. O projeto está pronto, está em revisão. Queremos lançar uma parte da obra, porque a totalidade é muito musculada sob o ponto de vista financeiro, mas queremos lançar a primeira fase. Foi chumbado. Requalificação do eixo rodoviário estruturante do Bonfim. O projeto está a ser feito, queremos lançar a primeira fase este ano, o mais rapidamente possível. Só que a rubrica foi chumbada. A Comunidade de Energia Renovável, no Parque Industrial da Guarda. Colocámos as verbas depois da revisão da candidatura pela CCDR, 4,5 milhões de euros. Foi chumbado. O assumir do Mercado Municipal com uma nova área empresarial tecnológica, com o reforço de verbas. O projeto está pronto, está em revisão também. Já agora, esta questão das revisões de projeto, de facto, estão a atrasar um pouco... ó senhor Presidente, não gosto de ruído de fundo. Senhor Presidente da Assembleia, não gosto de ruído de fundo. Quando estou a falar, estou concentrado. Nenhum de nós gosta e, portanto, pedia, se necessário fosse, senhor Presidente, para continuar a ter aqui o silêncio necessário. Porque estou a falar de coisas muito sérias. É o desenvolvimento da Guarda para os próximos dez anos. O que aqui está para ser feito, ou seria para ser feito por este executivo e pelos próximos dois executivos. Agora, está nas mãos de muitos de nós, isto ir em frente ou não ir em frente. Dizia eu, área empresarial do Mercado Municipal, com o reforço das verbas necessárias. Foi chumbada essa rubrica. O Museu dos sabores da Serra da Estrela. Aquilo que tanto se pede, que é a reabilitação das casas da Praça Velha. O projeto, finalmente, está pronto. Revisão, lá está o problema da revisão porque o Tribunal de Contas, nós temos que fazer agora projeto e depois do projeto pronto e revisto por nós, internamente, temos que fazer a revisão externa. Gastar mais dinheiro e mais tempo, senão, o Tribunal de Contas... e isso está previsto no código da contratação pública. E se não fizermos a revisão, o Tribunal de Contas não dá visto favorável. Mas as casas da Praça Velha, onde nós queremos edificar o Museu dos Sabores da Serra da Estrela, é mais um projeto, meu caro Deputado José Rodrigues, mais uma âncora para a atração de pessoas à nossa Guarda. Esta rubrica também foi chumbada. A estrada da Pocariça e a estrada dos Galegos. Projeto está pronto, está em revisão. O reforço das verbas para podermos lançar estas duas obras foi chumbado. A

terminar, senhor Presidente, apoio ao funcionamento da APAL-SIM, das Águas Públicas em Altitude. É necessário colocar esta rubrica, em função dos contratos-programa que venham a ser estabelecidos com esta nova entidade. A rubrica foi chumbada. Aprovamos umas coisas, mas outras não aprovamos. Acordos de cooperação com Freguesias. O reforço da verba foi chumbado. Também cá estava o reforço da verba. 250 mil euros que nós reforçámos, foi chumbado. E, por último, empresas e associações públicas, porque nós fazemos parte de algumas empresas, de algumas associações públicas e, naturalmente, temos que ter aqui a verba necessária ou a rubrica necessária, se necessário for, para podermos fazer a compensação, seja de prejuízos ou de contratos-programa. Essa rubrica também foi chumbada. Enfim, em suma, foi isto que se passou na aprovação do orçamento. E nós sabemos bem que o sucesso deste plano e orçamento será sempre ou seria sempre um sucesso de todos os autarcas, seja da Câmara, seja da Assembleia. E sabemos bem que muitas pessoas, no caso concreto do PS e do PSD, que não concordam com o chumbo deste orçamento por parte dos seus representantes. Nós assistimos aqui a uma nova AD. Ontem falava-se numa AD. Eu vi, nas redes sociais, uma nova AD. Aqui também temos uma nova AD. Aqui é a Aliança Antidemocrática. Foi aquilo que se passou nas duas reuniões de Câmara onde nós levámos o orçamento. Uma Aliança Antidemocrática entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Uma coligação negativa pelo desenvolvimento da Guarda. E pedimos aos partidos, a todos, sem exceção, que se juntem a nós, a estas obras do orçamento. Juntem-se a nós pelo desenvolvimento da Guarda. Porque todos temos que ser positivos para a Guarda e não fazermos de forças de bloqueio, simplesmente por táticas políticas com vista a resultados eleitorais de curto prazo. Foi isto que aconteceu, conforme eu acabei de vos explicar. Nós, senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, não baixaremos os braços, apesar do chumbo político e cego do orçamento que todos nós sofremos, e veremos, no futuro, qual a forma de governação desta casa. Muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bem, eu, pelo adiantar da hora, não vou fazer aqui nenhuma declaração nem nenhuma intervenção fastidiosa. Tenho apenas dois minutos e não vou usar. Eu ouvi o senhor Presidente com muita atenção e fiquei

preocupado. Fico preocupado porque, após o chumbo do orçamento, é a primeira Assembleia, depois temos mais uma em fevereiro, mais uma depois em junho e não sei quê. E se continuamos com este ritmo, pois bem, por aquilo que o senhor Presidente acabou de dizer, a Câmara está em gestão corrente. Nós também já sabemos que não foram aprovadas as alterações, está em gestão corrente. Ou seja, elencou aqui durante vinte e tal minutos uma série de chumbos, senhor Presidente da Câmara, então, neste caso, tenho que lhe perguntar, o senhor neste momento está a pagar a funcionários e pouco mais. No final da sua intervenção diz que não, que não vai desanimar, mas, perante estes chumbos todos, isto é preocupante. Eu sei que não é assim. Eu sei que não é assim. Mas, senhor Presidente da Câmara, há que tirar ilações porque houve quatro malandros que chumbaram o orçamento em sede de Executivo, há que tirar ilações disto. E também vou falar para o senhor Presidente da Assembleia Municipal porque todos nós sabemos que o regime financeiro das Autarquias Locais é apertado e, portanto, há uma ou outra Câmara Municipal neste país que já esteve dois anos sem orçamento, mas isso são casos excepcionais. Isso não é permitido por lei. E, portanto, não se julgue que há aqui uma vontade de qualquer um de nós em eleições antecipadas como já foi dito aqui hoje, mas nós não podemos estar aqui num regime duodecimal ad aeternum, nem o Pocal permite isso. E, portanto, senhor Presidente, esta gestão corrente, daqui têm que ser tiradas elações. E, portanto, senhor Presidente da Assembleia Municipal, também para si, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa prevê a dissolução do órgão, não sou eu, nem é ninguém desta Assembleia que prevê, por motivo julgado justificativo. É isso que lá está. E, portanto, será o Presidente da Assembleia que deve comunicar à IGF. Portanto, a partir de agora, para que não tenhamos aqui uma lamuria constante por parte do senhor Presidente da Câmara que está a fazer um número que eu, se calhar, também fazia no lugar dele, como é evidente. Eu percebo, todos nós percebemos. Mas não é bom, confesso-vos que não é. Porque ficamos aqui e os senhores autarcas que estão aí atrás, ficam aqui numa posição... não é assim. Tenham calma. O senhor Presidente da Câmara fez... isto é um susto para todos. Mas não fiquem assustados. Estava aqui um silencio profundo, parece que estávamos todos com medo. Não. a Câmara tem meios para continuar o desenvolvimento da Guarda e para fazer melhor. Simplesmente há aqui uma questão que é legal. É que não podemos continuar aqui com duodécimos ad aeternum. E, portanto, essa questão do

motivo julgado significativo pode existir e, portanto, senhor Presidente da Assembleia, este assunto tem que ser muito bem avaliado por V. Exa. também junto da IGF e pelo senhor Presidente da Câmara e tirar elações. É esta a questão que eu gostaria de deixar aqui porque estamos com um orçamento que foi chumbado, não são aprovadas as alterações. Se não forem aprovadas no próximo ano, estamos aqui um ano sem orçamento, que é fundamental para o desenvolvimento de uma autarquia. Essa é que é a questão fundamental. Tudo o resto, são factos passados. Era isso que eu queria aqui salientar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quantos pedidos de esclarecimentos há, para se controlar, até com o refeitório e o almoço? Quantos pedidos de esclarecimentos há? Um, dois, três? E depois o senhor Presidente da Câmara ainda tem direito a responder. E eu também ainda quero falar. Já que o meu nome veio à colação, também tenho o direito de falar. Senhor Deputado, faz favor. O mais sucinto possível. Peço silêncio, por favor, senhores Deputados.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “É rápido. Quanto ao orçamento, não tenho considerações a fazer daquilo que o senhor Presidente disse. Tenho apenas que, pelos vistos, agora está muito preocupado com as moções e que nós dizemos que as moções não são cumpridas. Disse-nos que trinta e três já foram cumpridas e vinte e três estão em fase de avaliação, uma coisa qualquer. É assim, se calhar a estaca zero, ou em cima da gaveta ou na gaveta, se calhar é uma dessas fases de concretização. Não sabemos. Gostávamos de ter acesso a esse documento. É só isso que lhe peço. Envie esse documento, então, aos Deputados para nós fazermos a nossa avaliação. Porque nós é que sabemos se as moções são cumpridas como nós queremos. Não é o senhor que nos diz: já estão cumpridas, agora vocês já não podem dizer mais nada. É só este esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O senhor Presidente da Câmara fez aqui um número de teatro próprio de um homem desesperado a caminho do...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----
- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “E como tal eu pergunto...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é para fazer perguntas...” -
- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Eu vou perguntar. Eu vou perguntar. Então, senhor Presidente...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. É para pôr uma questão, não é para voltar outra vez a discursar.” -----
- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Não. É para introduzir...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se é para fazer uma pergunta, dou-lhe a palavra. Se é para voltar a discursar, não lhe dou a palavra.” -----
- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Não, senhor Presidente. Agradeço muito...”
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, faz favor de fazer a pergunta.” -----
- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Então, senhor Presidente, se essas rubricas que foram chumbadas são assim tão importantes, e acredito que algumas delas o são, porque é que não as introduziu, como eu disse há bocado, no orçamento e na segunda versão? Porquê? Porque é que as abriu a quinze dias do final do ano com 1 euro? Isto foi gozar connosco. Gozar com os Deputados, gozar com a Guarda. Por favor, tenha maneiras e porte-se como deve ser. Porque isso não é forma de tratar a Guarda.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado José Valbom, pediu a palavra para um esclarecimento. Faça favor.” -----
- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde para todos.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É um pedido de esclarecimento, também.” ---
- **José Valbom, Deputado (PG):** “É um pedido de esclarecimento. É perguntar ao meu amigo Calheiros se pode tirar fotocópias do que disse, nós gravamos, há de haver uma gravação, e distribui-la aos Deputados do PSD. Porque, efetivamente, também está preocupado. Ou então, temos como alternativa uma coligação dos amigos do contra,

onde a Dra. do PS tem que ser a cultura, tem que ser sábados e domingos, e depois fica o PSD nos outros dias. É solução? É solução, ó Calheiros?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu farei também, direi algumas palavras antes de encerrarmos para o almoço, dava a palavra ao senhor... Miguel? Miguel, desculpe lá.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, na reunião que já vai longa, não percebi a quem é que se referia o pedido feito agora pelo Deputado Valbom. Quer dizer, veio aqui intervir porque sim. Eu, realmente, ao senhor Presidente, eu gostava de lhe colocar uma questão. É que é assim, o senhor Presidente, realmente, estive aqui a fazer teatro e estive a fazer teatro e estive a tentar assustar, nomeadamente, os senhores Presidentes de Junta. E deixai-me dizer-vos que tudo aquilo que o senhor Presidente aqui acabou de dizer, eu não diria que é mentira, roça a mentira. E a verdade é que, por exemplo, nos contratos interadministrativos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou colocar a questão. Permita-me que eu tenha uma introdução.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, coloque a questão. Não é fazer comentários.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou colocar a questão. Permita-me, senhor Presidente da Câmara...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Desculpe, faça a pergunta direta.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Permita-me, senhor Presidente da Câmara, que lhe coloque esta questão. É verdade ou é mentira que no orçamento de 2023, para os contratos interadministrativos para as Juntas de Freguesia, o senhor tinha mais 50 mil do que aquilo que se previa a dar em 2024? Esta é a questão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais algum pedido de esclarecimento? Então, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara e depois também direi alguma coisa.” -

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Eu, sobre faltas de respeito, não responderei. O respeito é em casa que as pessoas devem aprendê-lo. Se

não sabem, trazê-lo para aqui, acho que é lá fora que deviam ficar. Desculpe, senhor Presidente, mas eu tenho que dizer isto. É um desabafo, mas eu tenho que dizer isto. Sobre a dúvida que há sobre a rubrica orçamental das Juntas de Freguesia, em 2023 eram 750 mil. Em 2024 era 1 milhão de euros, para que conste. São os documentos oficiais. Para que não restem... ó senhor Presidente, eu continuo a ser insultado, senhor Presidente. Desculpe lá! As pessoas que não têm educação, faça o favor e ponha-os na rua. Eu não mando nesta Assembleia, mas, senhor Presidente, eu não posso tolerar que as faltas de respeito continuem nesta casa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... senhores Deputados. Senhores deputados. Senhores Deputados, já ouvi aqui chamar que o senhor Presidente da Câmara roça não sei o quê, que é mentiroso. Houve aqui um senhor Deputado que disse que roçou não sei o quê. O senhor Presidente da Câmara, como eu, também vou ter o direito de me defender. E, portanto, temos que lhe dar a palavra. Se ele insultar alguém, é diferente. Mas eu creio que ele, até agora, não insultou ninguém. E, portanto, não vou utilizar a palavra, mas enquanto ele estiver a falar, os senhores têm que estar calados. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Foi aqui dito que nós apresentámos, já no final do ano, já numa segunda versão, que andámos a colocar lá coisas que antes não colocámos. Podíamos aqui dizer que o chumbo continuou na segunda versão do orçamento. Mas eu vou dizer. O chumbo continuou, efetivamente. Vou-vos dizer aqui as sete rubricas que nós incluímos da primeira versão para a segunda versão. Para que conste. Sete novas rubricas. Para além do texto enquadrador, onde nós reforçamos, efetivamente, os contributos que cada força política, e muito bem, deu para o orçamento. E é isso que, senhor Presidente, eu peço para que seja enviado para todos os membros da Assembleia Municipal para que saibam, de uma forma verdadeira, o que consta do orçamento. E para ninguém andar a tirar com terra aos olhos dos senhores Deputados Municipais, nem dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Plano de Ação ITI Redes Urbanas. Para a segunda versão, nós colocamos isto. Sabem porquê? Porque foi nestas reuniões de Câmara que nós aprovamos o consórcio. Estão a ver o porquê. Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela: sabemos que foi presente ao último Conselho de Ministros, não sabemos ainda os resultados.

Saberemos, em breve. Ora, se nós tivemos essa informação no entretanto, tem que constar no orçamento. Requalificação do espaço da antiga Casa da Legião: nas reuniões bilaterais foi uma das coisas que foi falada e muito bem. E nós colocamos cá. Estão a ver a nossa abertura para colocar cá coisas, que nós consideramos que são, efetivamente, importantes para a terra. Tal como a requalificação dos estaleiros municipais: neste entretanto, nós recebemos algumas pessoas e que se queixaram cada vez mais das condições. Colocámos isto também. Requalificação das instalações da UEPS da GNR: no entretanto, entre a primeira e a segunda versão, foi validado, na reunião de Câmara, o contrato de comodato a estabelecer com a UEPS da GNR. Tinha que constar no orçamento. Requalificação do campo de tiro da GNR: vejam só, só vai à próxima reunião da Câmara, se me falha a memória. Mas nós recebemos, no entretanto, a comunicação da tutela, validada pela Secretaria de Estado da Administração Interna, por via da SGMAI, e da Secretária-geral da Administração Interna. Vamos em seis, falta uma. Centro Interpretativo da Judiaria da Região Centro: porque estamos a chegar ao final do ano e a perspetivar o próximo quadro comunitário de apoio para começarmos a trabalhar no projeto e nós tomámos a decisão, vamos já colocar e não deixar para o próximo ano. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, foram estas as integrações que foram feitas, aquela falsidade que há pouco foi dita. Mas ser-vos-á enviada esta versão do orçamento para que vocês constem, com toda a realidade e com toda a veracidade, aquilo que, de facto, é ou não é a proposta de orçamento do grupo municipal Pela Guarda na Câmara Municipal e que foi chumbada pelos representantes do PS e do PSD. Sobre todas as ilações, nós, hoje, aqui, já descobrimos mais uma coisa, é que, nas reuniões bilaterais, tinha sido apenas o Partido Socialista a pedir eleições antecipadas. Hoje já foi o PSD também. Ou seja, qual é que é o objetivo? É que haja eleições antecipadas. Sabem porquê? Porque, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, perante aqueles concursos todos que nós já lançamos, e que vamos ver como é que eles ficam, perante a execução de todos aqueles contratos-programa com a DGAL que nós temos para executar, mais estes milhões que temos que contrair o tal empréstimo, perante os projetos que nós estamos a desenvolver, já estão feitos os projetos de execução e estão na fase de revisão, é um susto. Surgiu um susto. Aqui d'el Rei, porque ao fim de dois anos de acabar as obras do 2020, que nos custaram alguns milhões de euros sem

financiamento, logo falarei sobre esse assunto, mas eles agora já estão prestes a lançar, a fazer, temos que lhes cortar as pernas porque eles não podem fazer. Para depois chegar às próximas eleições e dizer: eles não fizeram, eles não fizeram, eles não fizeram, eles não cumpriram o programa eleitoral. Isto é que é um grande golpe. Mas não é de teatro, é mesmo palaciano. Infelizmente, é aquilo que a Guarda hoje em dia está a viver. Está em causa o futuro e o desenvolvimento da Guarda. Com esses investimentos que eu acabei de referenciar, só para termos uma noção, que não são feitos de um ano para o outro, são investimentos que alguns deles poderão demorar oito anos, até 2030, estamos a falar, para que conste em ata, numa estimativa de 135 milhões de euros. É a execução disto tudo que aqui está, até 2030, sensivelmente, em função dos vários ciclos de fundos comunitários. Esta é a verdade, para que conste, custe o que custar, doa a quem doer. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não. Queria mesmo só dizer ao senhor Presidente que eu, não estando no micro, fiz uma afirmação que não deveria ter feito. E, portanto, nesse sentido, queria aqui me retratar. Dizer-lhe, no entanto, que não houve, que eu me lembre, nas reuniões havidas entre o Partido Socialista e o senhor Presidente, e que o senhor Presidente gosta que estejam no recato, eu tenho a certeza absoluta que o Partido Socialista não lhe pediu eleições antecipadas. E, portanto, eu não direi que foi uma mentira. Digo-lhe... pronto, é isto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, desculpe, mas eu tenho que me retratar também. Para esclarecer. Agora é um esclarecimento. Eu vou dar mais um esclarecimento. Ó senhor Deputado, eu faço questão de, nestas reuniões, nunca estar... Posso? Desculpe, senhor Presidente. Posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode, pode.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Nunca estar sozinho e, nessa reunião, estava o meu Chefe de Gabinete que corrobora bem aquilo que foram as suas palavras. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O nome do Presidente da Assembleia foi trazido, há pouco, aqui à colação, pelo senhor Deputado, obviamente, no seu direito, o senhor Deputado Luciano Calheiros. Em 02 de abril de 1993, houve uma tragédia em

Évora, morreram pessoas por alumínio na água. Nesse ano, em maio, tivemos aqui um problema gravíssimo de alumínio na água. Se houve duas pessoas que discutiram, nesta sala, não sei se algum dos presentes cá estava nessa altura, fui eu e o Abílio Curto. Ele, Presidente de Câmara, e, eu, líder do PSD. Tenho muita honra em dizer, hoje, fui líder do PSD nesta sala. Na Assembleia de junho, no dia 14 de junho, o alumínio na água, ou dia 16 de junho, tinha chegado a valores estrambólicos. O Doutor José Guilherme está aí, que confirme isto. Podia ter morrido gente na diálise. 0,07 para 0,14. Assembleia de junho, cheguei aqui, pedi ao Abílio Curto que fosse ali para baixo, para aquele canto, falar comigo. E disse-lhe: temos aqui um problema grave e pode morrer alguém. E o Abílio, vira-se para mim e diz-me: como é que podemos tratar isto? Eu era Presidente da ARS, também, nessa altura. Eu disse: ó Abílio, como dois garotos ou como dois homens? – Então, o que é que quer dizer com isso? - Como dois garotos, eu vou para a comunicação social, você vai e morre alguém. Como dois homenzinhos, vamos reunir os técnicos e vamos ver como é que resolvemos isto. E o Abílio, honra lhe seja feita, pôs-me a mão no ombro e disse-me: ó Relva, já nos conhecemos há uns anos, vamos resolver isto como dois homens. E resolveu-se como dois homens. O PSD e o PS resolveram isto como dois homens. Para bom entendedor, meia palavra basta. Muito obrigado, vamos almoçar. Recuperamos os trabalhos às 15h30.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão presentes sessenta e três senhores Deputados. Recomeçamos os trabalhos. Aproveitando o argumento da parte da manhã, encontra-se presente o senhor Engenheiro Lameiras que viria falar sobre o Plano de Urbanização do Cabroeiro. O senhor Engenheiro parece que tem outra Assembleia Municipal, também, para intervir ainda hoje, e, tal como de manhã, eu pedia autorização, se o plenário mo concede, para tratarmos já do Ponto 2.7. E o Ponto 2.2, depois, descera, à semelhança do que fizemos com o Ponto 2.13. Não sei se algum senhor Deputado se opõe.” -----

Ponto 2.7 - Aprovação da Versão Final da Proposta do Plano de Urbanização do Cabroeiro - discussão e votação. -----

- **Jose Relva, Presidente da Assembleia:** “Não havendo oposição, senhor Engenheiro, dava-lhe a palavra. Muito obrigado.” -----

- **José Lameiras, Consultor AMBISITUS - Projectos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda.:**

“Então, muito boa tarde a todos. Boa tarde, senhor Presidente. Então, eu vou proceder a uma brevíssima apresentação do Plano de Urbanização do Cabroeiro. Prometo que não os maço muito. Recordar apenas que nós estamos... aquela luzinha ali amarela é o ponto de situação atual dos procedimentos. Portanto, nós estamos na aprovação da Assembleia Municipal e, assim que o plano estiver aprovado, vai para publicação em Diário da República. Todas as fases anteriores já estão ultrapassadas. Recordo apenas alguns dos principais objetivos que estiveram na base da elaboração deste plano. Portanto, o objetivo primeiro era a ligação viária entre a rotunda dos F’s e a rotunda das piscinas, cá em baixo, na VICEG. Mas, evidentemente, tudo isto, depois, implica a estruturação das áreas que são atravessadas, a consolidação e a requalificação das áreas que já estão edificadas, olhar um pouco para a estrutura ecológica municipal, olhar para as relações entre os espaços industriais e os espaços habitacionais e depois programar a execução do plano. Numa síntese muito ligeira da caracterização, esta área é sobretudo marcada pelos vales correspondentes às linhas de água que a atravessam. Vales esses que penetram, digamos assim, aqui nos tecidos urbanos e que ajudam muito à conexão ou à articulação da área do Plano com a área exterior. Esta grande zona verde, correspondente à principal linha de água que atravessa este território, tem também um papel importante na separação, digamos assim, na amenização dos inconvenientes de proximidade, entre uma área industrial com alguns barulhos, portanto, com algumas características que não são propriamente as mais apropriadas à habitação, portanto, na separação entre as atividades económicas e o espaço habitacional. Um dos elementos importantes aqui, recai sobretudo nesta valorização cénica ambiental, muito suportada pelos elementos paisagísticos, que caracterizam sobretudo aqueles vales e que nos pareceu que eram fundamentais à cidade. Ainda como síntese de caracterização, há quatro grandes bairros ou quatro bairros principais. Estes bairros, face à década em que foram executados, têm muitos inconvenientes em termos sobretudo do espaço público, ao nível do dimensionamento do espaço público - passeios pequenos, vias que não estão dimensionadas para as cargas de estacionamento que hoje têm, ausência de

arborização, poucos espaços verdes de proximidade. E, portanto, esse é um dos problemas fundamentais que o Plano tinha para resolver. Predominantemente, esta área é ocupada sobretudo por uso habitacional, e depois os usos complementares, mas sobretudo a dominância é a habitação. Há ainda que ter em atenção a localização da zona industrial, aliás, agora chamada de espaços de atividades económicas em solo urbano. É uma área que usufrui de uma acessibilidade fantástica, ela está saturada, está esgotada em termos da sua capacidade de ocupação, mas tem ainda algumas áreas passíveis de serem ampliadas ou de serem também integradas em espaços de atividades económicas, sem qualquer prejuízo daquele vale que se pretende salvaguardar e que se pretende promover. O modelo territorial, sinteticamente, é este que aqui está. Portanto, o espaço de atividades económicas, portanto, o solo urbano, na legislação atual, distingue-se o solo urbano do solo rústico. O solo rústico era aquele que, até há pouco tempo, chamávamos de solo rural, mas que depois foi designado como rústico com a nova legislação, a lei de bases das políticas públicas do solo e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Portanto, o solo urbano é um solo que tem várias categorias. Tem os espaços de atividades económicas, que correspondem ali à zona, àquilo que nós normalmente designamos como zona industrial. E depois tem espaços habitacionais. Esses espaços habitacionais podem ter também várias subcategorias consoante a dominância, se for dominância unifamiliar ou se for dominância, por exemplo, de habitação coletiva, tem espaços de equipamentos, espaços verdes de utilização coletiva, etc. Este modelo territorial, portanto, procedeu ao zonamento da área objeto do Plano de Urbanização, procedeu à hierarquização viária, quer das vias existentes, quer das vias que agora são propostas. Há algumas que são propostas e que são fundamentais, até naquela lógica de eliminar muitos impasses que alguns arruamentos possuem. Esta hierarquização funcional, tem sobretudo a ver com a função que cada arruamento ou cada via desempenha, qual é o papel que desempenha na estruturação do território. E, a esse papel, depois, estão associadas determinadas características geométricas, ao nível do perfil, ao nível de ocupação marginal, ao nível do estacionamento, etc. Este quadro é uma síntese do peso de cada um daqueles espaços, de cada uma das categorias e subcategorias de espaço que o zonamento considera. Não vou perder muito tempo com ele. Isto é a mancha da reserva agrícola e a necessidade que tivemos de excluirmos algumas áreas por força da delimitação dos

perímetros urbanos, mas a reserva agrícola corresponde sobretudo aos solos com maior aptidão agrícola e ela define muito bem ali as áreas sob o ponto de vista paisagístico e ambiental que mais interessa preservar. Uma das questões mais importantes hoje no ordenamento do território, e depois vão ter essa ter presença, se calhar, e vão ver isso melhor no âmbito do Plano Diretor Municipal, é a programação e execução do Plano. Aquelas áreas que ali estão assinaladas, são áreas programadas. Isto é, são áreas que, neste momento, não têm as características que permita que sejam classificadas como urbanas, mas que o Plano considera como urbanas na expectativa de que, num determinado horizonte, normalmente não mais de oito, dez anos, num determinado horizonte elas sejam urbanizadas. O que é que isso significa? Que elas sejam infraestruturadas. Se elas, nesse horizonte, não forem infraestruturadas, elas revertem para o solo rústico. Portanto, trata-se de áreas que hoje valem dez como urbanas e que, se reverterem para o solo rústico, valem um, se valerem. Portanto, a execução destas áreas é denominada uma execução sistemática. Isto é, ela é feita no âmbito de unidades de execução. Ela é feita entre a cooperação entre os vários proprietários, com ou sem a colaboração da Câmara. Portanto, há três sistemas de execução. Um sistema de iniciativa dos interessados, quando são os interessados que se reúnem e dizem à Câmara: nós queremos avançar com a urbanização desta área, a Câmara, faz favor, delimita a unidade de execução. Ou então é a Câmara que entende avançar com aquela área, chama os proprietários e coordena-se com eles. E depois há o sistema de imposição administrativa, que tem a ver sobretudo com a expropriação. Pronto, isto é exatamente o regulamento inerente àquelas áreas. Portanto, um prazo de cinco anos para a sua urbanização, no caso de unidades de execução de iniciativa dos interessados, que pode ser acrescido de mais três, no caso do sistema de execução ser de cooperação. Se, até essa data, não houver a execução dessas áreas ou não houver pelo menos um contrato de urbanização, aquelas áreas retornam ao solo rústico. Nas unidades de execução, há a aplicação dos chamados mecanismos perequativos. Isso está na lei, não é nada de extraordinário. Os mecanismos perequativos é sempre uma coisa que as pessoas acham que isso da perequação é impossível executar, há um certo receio. Perequação não é nada de extraordinário. É distribuir os benefícios, os encargos, de forma equitativa por todos os intervenientes numa dada operação urbanística. Portanto, aquele indivíduo que fica com o verde, tem a mesma capacidade edificatória

que o indivíduo que só tem edificabilidade. Aquele indivíduo que tem a edificabilidade, só tem é que distribuir, por aqueles que não têm capacidade edificatória, a sua edificabilidade, de modo a que todos tenham direito ao mesmo. Isto significa que há um emparcelamento de toda a propriedade e, depois, na operação de loteamento, procede-se ao emparcelamento, em que o meu terreno, se calhar, já não é onde era no sítio original, vai ser noutra sítio qualquer. Por último, porque nos parece, talvez, uma questão fundamental e importante é olhar, eu acho que a cidade devia olhar para a mais-valia que estes vales têm, que são fantásticos. Temos aqui três fotografias que elucidam bem do valor paisagístico destas áreas. São áreas que podem ser, elas não precisam de ser públicas, elas podem ter apenas caminhos pedonais, que até, eventualmente, integrados na mobilidade suave, mas podem ter caminhos pedonais, esses, sim, públicos, que as permita percorrer. Porque isto são áreas de descompressão, de descontração e de valorização ambiental e paisagística excecionais e que são uma enorme mais-valia para a cidade da Guarda. A grande via proposta e que foi um dos principais objetivos deste Plano, é ligação entre a rotunda dos F's e a VICEG, que nós procurámos ajustar na medida do possível. Há um estudo prévio, já há um projeto preliminar que se procurou ajustar o mais possível à topografia do terreno. Embora, aqui na Guarda, tudo é declivoso, não é? Não é fácil traçar vias que não tenham uma inclinação, por vezes significativa. O Plano propõe também uma série de perfis transversais para cada um dos arruamentos, visando a requalificação daqueles bairros. Portanto, por vezes, nós, tendo que ter estacionamento, se calhar não temos que ter dois sentidos, mais o estacionamento. Se calhar só podemos ter um sentido. Mas se com um sentido e com o estacionamento, não há lugar para o passeio, então vamos ter uma via partilhada. Portanto, não há distinção entre aquilo que é a rede viária e aquilo que é a via de circulação e aquilo que é passeio e há uma via partilhada em que o peão tem prioridade, mas também podem, sobretudo para moradores, essa via pode ser percorrida por moradores e os moradores podem aí estacionar. E, depois, uma questão fundamental. Estes loteamentos daqueles bairros não têm arborização. É fundamental, hoje, nós apostarmos na arborização. Não apenas pela questão do sequestro de carbono, portanto, mitigação das alterações climáticas, mas sobretudo por causa das ondas de calor. Cada vez mais temos fenómenos extremos climáticos. As ondas de calor, aqui na Guarda, são significativas. Eu estou à vontade porque eu sou de Almeida. As

ondas de calor aqui são significativas. E a arborização em Barcelona conseguiu descer três graus à temperatura média no Verão, só à custa da arborização. Portanto, é uma área em que devemos apostar, é exatamente a arborização. E, depois, no fundo, tudo isto contribui para a requalificação daqueles bairros. E ao requalificarmos os bairros, estamos também a aumentar o valor dos edifícios que eles suportam. E era tudo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar fazer perguntas, fazer alguma questão, faça favor. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, boa tarde. Nós temos aqui três preocupações, duas delas são questões que gostava que me pudessem esclarecer. Então, primeiro, preocupa-nos mesmo estarmos a aprovar o Plano de Urbanização sem ter um PDM enquadrado e o Plano Municipal de Redução de Ruído, porque há muita legislação diferente e todos nós sabemos que há coisas aqui que podem estar ou não aquém do necessário. Depois, tinha duas questões. No artigo 23.º, no ponto 2, falam na instalação de indústrias de classe A e de B. E no artigo 23º, do ponto 3, falam em indústrias extrativas. E eu gostava de perceber quais é que são as indústrias extrativas que estão previstas, como é que isto vai funcionar e porquê a instalação de classe A e B se são mais poluentes? 23º, página... Não aponte, peço desculpa. Artigo 23º, ponto 2 e ponto 3.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, não se importa de colocar as questões todas e depois o senhor Engenheiro dirá de sua justiça, no fim. Colocávamos as questões todas.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Sim, sim. Eu só estava a tentar que percebesse o artigo, não estava à espera que me respondesse agora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já acabou? Está bem, está bem. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Ora, muito boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes e quem nos escuta, na pessoa do nosso Presidente. Trata-se de um tema que me é muito caro, porque eu labuto nesta área há mais de trinta anos. Em 1994, fui desafiado para fazer o planeamento da cidade da Guarda, em termos de acessibilidades.

Formou-se, depois, a divisão de vias e trânsito e eu tive a preocupação de adquirir formação superior nesta área para melhor executar a tarefa. Mas, resumindo, e após esta introdução, gostaria de dizer que, por princípio, concordo com o Plano apresentado, mas há um senão. Não sei se repararam... para já, há aqui uma coisa que está mal enunciada, logo desde princípio. Falou-se numa via variante. Efetivamente, não há vias variantes em ambiente urbano. Há vias estruturantes, há vias de acesso local, há radiais, há circulares. A cidade foi considerada dentro deste princípio, trata-se de um sistema rádiocêntrico, ou seja, tem radiais e tem circulares. Há a uma circular interna que foi assente já sobre uma estrutura existente e foi planeada e projetada uma circular externa. Primeira e a segunda fase foram executadas e não é inocente a localização da rotunda das piscinas. Eu participei na elaboração destes projetos. Numa segunda fase, e relativamente à segunda fase da VICEG, o que é que foi feito? Por proposta minha, modestia à parte, entendi que era necessário, para a cidade da Guarda, criar uma nova centralidade. E nada melhor do que aquela península de terreno agrícola que entrava até à rotunda, que a gente chamava de “Ti Joaquina”, na altura. Era importante integrar isto tudo em ambiente urbano e capacitar a cidade dessa segunda centralidade. O que é que se fez, nessa altura? Permitam-me este enquadramento, para perceber um aporte que eu acho que se deve juntar a esta apresentação. Elaborou-se um projeto, que na altura foi parte da segunda fase da VICEG e a Alameda da “Ti Joaquina”, por um motivo muito simples. Era necessário terras de empréstimo para aquele vale, com a cabeceira que está na rotunda dos F’s, a cabeceira da linha de água que está aí. E porquê? Porque, efetivamente, era muito deficitário, era necessário terras de empréstimo. Posso dizer que na rotunda do Parque Industrial, ela teria uma cota inferior de cinco metros do que está, exatamente porque precisávamos dessas terras de empréstimo. Tenho de memória que o projeto que elaborámos, o projeto de execução, tem oitenta e nove metros e meio de perfil, com duas vias estruturantes. Portanto, duas vias estruturantes é um sistema de dois vezes dois, com um jardim central. Um jardim central numa perspetiva de... eu posso dizer que desloquei-me a Barcelona para beber alguma informação das Ramblas e como é que era aquela vivência e o que é que podia ser transportado para a cidade da Guarda. Portanto, há o modelo também da Avenida da Liberdade, se quiserem saber, tem mil e duzentos metros de comprimento, tem cento e vinte de largura. O modelo é diferente, as vias estruturantes estão ao centro, tem dois

jardins laterais, tem as vias de serviço. O nosso sistema, como disse, era tipo a Avenida Sá da Bandeira, em Coimbra. Para quem conhece, tem o jardim central, tem as vias estruturantes, não tem vias de serviço. Nós tínhamos aqui espaço suficiente para projetarmos nesse sentido. Portanto, o que está em termos de perfil transversal, como eu digo, teria um passeio de cinco metros, depois uma profundidade de estacionamento, a noventa graus, de seis metros. Depois tinha uma via de serviço de seis metros, um separador de dois metros e depois teria o jardim central, que teria cerca de trinta metros e depois o espelho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, já ultrapassou o seu tempo. Peço-lhe poder de síntese, está bem?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pois, era muito importante explicar estas coisas. Agora, está aqui um investidor, tem uma preocupação que é legítima e nós o que podemos fazer, em termos urbanos, é potenciar o investimento privado. Aquele investidor que está ali em cima, permitam-me que o apresente, tem uma preocupação que é a seguinte. A rotunda da “Ti Joaquina”, eu prefiro chamá-la nestes termos, quanto a mim, cometeu-se um erro tremendo. Enquanto devia ser a cota a quatro metros, e isto para quê? Para garantirmos aquilo que nós entendemos, eu, mais uns professores meus de Coimbra, que devia ser a inclinação máxima para a Alameda poder ser vivida. Ou seja, para ser um espaço efetivamente viário, acessibilidade pedonal confortável e rodoviária também. E o que é que nós fizemos em termos de projeto? O centro da rotunda da “Ti Joaquina”, era exatamente onde estava a “Ti Joaquina”, para quem se lembra...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado. Senhor Deputado, já ultrapassou...” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Isto é muito importante...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, está bem, pode ser tudo muito importante. Mas eu tenho aqui o tempo atrás. Se nenhuma força lhe conceder tempo, eu também não posso.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu vou ser muito rápido. Eu acho que isto é fundamental. Aquele senhor empresário não está disponível para ligar a rotunda da “Ti

Joaquina” até à rotunda das piscinas, porque o terreno que ele tem, na construção vai fazer mais caves do que andares para cima. Pronto e por aqui termino.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mas tem que compreender... Pediu a palavra, não pediu? Já lhe dou a palavra, Miguel. Faça favor.” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. Pedi a apresentação, eu penso que é mais fácil suportar-me ali em algumas figuras e de certeza que demoro menos tempo para fazer as perguntas que pretendo. Primeiro, o Plano de Urbanização está atrasado, todos sabemos. Mas há aqui dois tipos de questões que eu gostaria de colocar. Há um grupo de interessados que apresentou algumas questões, foi apresentando ao longo do tempo e deparou-se com várias plantas diferentes. Portanto, foram-lhes fornecidas várias plantas diferentes. Uma em 23 de junho, outra no dia 4 de outubro, onde se colocam muitas questões sobre a zona de reserva agrícola, se se altera, se não se altera, como é que se altera. Portanto, as plantas são diferentes. As plantas fornecidas pela Câmara Municipal, são diferentes entre os dois momentos. E o que nós perguntamos é que, face ao apresentado e existindo diferenças tão substanciais entre as plantas, em audiência pública qual é que foi considerada? Foram consideradas as duas, foi considerada apenas uma? Porque é que não há uma explicação comparativa de como é que se passa de uma situação para a outra? E, portanto, gostaríamos também de ver esclarecidas essas questões. Essencialmente, se todas as plantas foram do conhecimento público. Se sim, ou se não, porque havendo diversas fontes de informação, era lógico que todos tivessem acesso ao mesmo tipo de informação. Depois, mais adiante, esta figura apresenta um plano inicial da tal via estruturante, que fazia praticamente uma linha reta entre as duas rotundas que já aqui foram mencionadas. Essa linha, de facto, atravessava ali alguns terrenos que depois vieram a não atravessar numa versão mais final. Relativamente a esta via, eu também tive acesso, porque me mostraram algumas pessoas diretamente interessadas, vi três plantas diferentes. Portanto, vi esta, vi uma planta que tinha duas rotundas e vi uma outra planta que é aquela que foi apresentada há bocadinho. A minha questão aqui, relativamente a este traçado, é: porque é que passámos deste traçado para um traçado que fica localizado (...) Tem as imagens sobrepostas, a comparação das duas situações. E, portanto, a

comparação das duas situações, nós passamos de uma via que está num local elevado, acabámos de ouvir que, de facto, o vale é muito valioso em termos de recursos ecológicos e em termos de vários tipos de recursos... É esta, outra. Portanto, esta é a última versão que eu saiba. Portanto, evita a passagem ali por uma série de terrenos, mas, obviamente, quando evita a passagem por uns, implica a passagem por outros, não é? Mas esta tem uma outra característica, passa muito mais próximo do leito do Rio, portanto, está no espaço mais profundo do vale, tem de haver taludes muito mais elevados e atravessa duas linhas de água, a principal e uma outra. E, portanto, são atravessadas duas linhas de água, em lugar de apenas uma que era o projeto inicial. Portanto, eu gostaria de ver esclarecido porque é que houve esta mudança. Sendo certo que (...) ali estão bem aparentes as linhas de água e temos a variante precisamente a passar ao pé das linhas de água, o que não acontecia na versão anterior da proposta. Então, o que se questiona é precisamente isto. Portanto, ali temos também a relação entre a galeria ripícola, que o estudo insiste na questão da conservação da galeria ripícola. O estudo também insiste na questão de se não tocarem, ou se tocarem ao mínimo as linhas de água. As linhas de água são inimigas naturais das construções. Mas, por outro lado, toda a gente sabe, até os objetivos de desenvolvimento sustentável dizem, no seu ODS 6, que os aquíferos é para serem mantidos o mais possível, tal como são originalmente. Portanto, se pudermos evitar mexer, vamos evitar mexer. Portanto, gostaria de saber porquê, não é? Porque é que esta construção foi decidida assim, porquê a mudança de um sítio para outro e qual é a justificação para isto? Também posso acrescentar que aquele terreno que acabou por ser rodeado pela estrada, tem uma autorização de construção em altura que a CCDR disse que estava desgarrada e, portanto, gostaria também que fosse respondida esta última questão. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só mesmo para colocar algumas questões e depois, a seguir, será feita uma intervenção de fundo do Partido Socialista. Acho que estarmos aqui a incomodar pessoas que, se calhar, têm que ir para outro lado, era mais fácil, se calhar, colocar as questões e depois fazer as intervenções a seguir. Queria questionar quais as grandes alterações, relativamente a este Plano, com o plano que foi

apresentado nesta Assembleia em 2021. Se, relativamente à questão da via estruturante, não era possível fazer tudo através de DUP, de declarações de utilidades públicas. E o terceiro, porque demorou tanto tempo. Porque é que acha, tecnicamente, que demorou tanto tempo a ser apresentado, quando havia já um Plano em 2021? E, por outro lado, se o facto de não haver PDM aprovado, no município, não poderá prejudicar o próprio Plano, uma vez que se fala em perequações e coisas desse género, quando o PDM não está aprovado. E, portanto, não havendo PDM aprovado, no PDM é que se falaria dessas perequações. Era isso que gostaria de colocar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, só um bocadinho. O senhor Deputado Virgílio Bento pediu a palavra primeiro.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito boa tarde, senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor Presidente e senhores Vereadores, senhores Deputados. O Plano de Urbanização tem, normalmente, por função, refletir sobre o passado e projetar o futuro. E, portanto, no fundo, tem de refletir sobre os problemas que existem no momento atual, sobre as suas dificuldades, mas ter a capacidade também de projetar o modelo de urbanidade que nós queremos para esta cidade. Este plano tem uma importância e uma relevância extrema, porque incide sobre uma das áreas mais críticas urbanisticamente da Guarda, como é todo aquele bairro. A Guarda teve, ao nível do seu desenvolvimento urbano, dois grandes problemas. Primeiro, tem duas barreiras que impedem o seu desenvolvimento a sul, a área de desenvolvimento mais correta, como é o caso do antigo sanatório e o caso do antigo quartel. O antigo Sanatório deve continuar a ser, de facto, aquilo que o seu primeiro Presidente definia, o seu Diretor, a cidade da Saúde. Mas é urgente que a zona do quartel seja, de uma vez por todas, integrada no espaço urbano da cidade. É um gueto que está a impedir o seu desenvolvimento. Mas tinha um outro problema de desenvolvimento urbanístico, desde a sua origem. Esta dificuldade, esta impossibilidade de progressão normal, a Guarda desenvolveu-se urbanisticamente em que pequenas quintas, distribuídas na periferia, se transformaram em bairros. E, portanto, colocou um grave problema, que é o problema da sua coesão urbana e como é que se faz esta ligação entre a periferia e o centro da cidade. Este Plano tem sete objetivos, mas eu gostaria de analisar e de os

sintetizar em três. Não lhe chamo objetivos, chamo três temas/problemas. A urbanização destes territórios, a mobilidade destes territórios e os equipamentos destes territórios. Relativamente à urbanização, daquilo que eu já defini e deste problema que existe da necessidade de coser tecido urbano, da ligação entre a periferia e o centro. Agora não ir do centro para a periferia, mas a necessidade de, a partir da periferia, se caminhar em direção ao centro, em termos urbanísticos, este plano tem, como um dos seus objetivos, a consolidação e estruturação das áreas urbanas não ocupadas do Bairro Nossa Senhora dos Remédios, do Bairro da Luz, do Bairro da Póvoa do Mileu e do Bairro do Pinheiro. Este tipo de urbanização tem duas vantagens. Irá permitir coser o tal tecido urbano, de forma que a urbanização da Guarda seja um todo harmónico e coerente, mas tem uma outra vantagem também que é permitir à Câmara, na expropriação, recorrer ao sistema de perequação. É uma vantagem que não deixa de ser importante. O segundo problema, é o problema da mobilidade, este desenvolvimento urbano, afastando-se o centro da periferia, colocou, logicamente, um problema grave de mobilidade nesta cidade, em termos humanos. E, neste sentido, há três problemas que importa resolver. A ligação da VICEG ao centro da cidade, por um lado, a chamada Alameda; a ligação da VICEG à Sequeira, ultrapassando uma barreira importante como é a barreira dos caminhos-de-ferro; e, importante também, a chamada ligação entre bairros. Não há uma ligação entre bairros. Portanto, fazer esta ligação entre bairros de modo a impedir que as pessoas tenham necessidade de regressar ou de vir aos eixos principais para ir de um bairro para o outro. É importante o estabelecimento. E estes três problemas, só a dois este plano dá resposta: o estabelecimento da ligação viária do centro da cidade e a VICEG, que é importante, e, a partir deste eixo central, vantagem deste plano, vai estabelecer uma ligação dos bairros entre si e por isso vai permitir essa ligação entre os bairros, que é um processo que se discute há anos, em termos urbanísticos da cidade. A construção da Alameda é, de facto, o maior desafio. É um investimento avultado, mas custava tanto a sua construção física, na altura, dos estudos que havia, como a expropriação dos terrenos. O regresso ao fenómeno da perequação irá permitir que o custo com a expropriação seja praticamente nulo ou tem um custo praticamente insignificante. Contudo, e o plano não fala nisso, falar de mobilidade não é falar só de eixos viários. É falar como é que as pessoas circulam esses eixos viários e hoje é um dos problemas fundamentais das cidades e das metrópoles e cada vez mais importante é

como é que nós nos movimentamos dentro destas cidades. E, no fundo, a aposta que é necessário fazer à utilização do transporte, cada vez maior, do transporte público. Por isso, dois desafios se colocam aqui. Primeiramente, duas medidas para incentivar as pessoas a utilizar os transportes públicos. Aquilo que se definia, por exemplo, no nosso programa tínhamos, que era a ideia do metrobus, pequenos autocarros elétricos que circulem de uma forma contínua entre os diferentes bairros e entre estes diferentes bairros e a cidade. E, importante, que é o desafio que hoje se coloca, de facto, na mobilidade das cidades, o conceito de horário deve ser substituído por um conceito de frequência. Eu não quero saber se o autocarro passa às 9h30 ou passa às 11h00, é de que frequência em que frequência é que o autocarro passa. Eu sei do metro, o metro passa de cinco em cinco minutos. E o desafio era, nesta revolução importante da mobilidade da cidade, tentar que, de trinta em trinta minutos, o autocarro passasse numa paragem de autocarros. Terceiro tema/problema - os equipamentos. Para os bairros não serem simples dormitórios, é importante que eles tenham equipamentos, sejam culturais, sejam sociais, sejam desportivos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, esgotou o tempo.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Para permitir... já vou terminar, só mais um minuto. Para permitir que, no fundo, esses bairros adquiram a sua identidade. Tratar um bairro como se trata uma aldeia. No fundo, é esse o princípio base. Quando foi projetada a legislação urbana, por exemplo, para o Bairro Nossa Senhora dos Remédios criou-se um equipamento desportivo, mas para o Bairro da Luz criou-se um equipamento sociocultural, atendendo à dinâmica própria desses bairros e ao magnífico trabalho que estava a ser realizado pelo Centro Social e Cultural do Bairro da Luz e hoje tem instalações magníficas. É com alegria e com contentamento que eu vejo neste plano, nas medidas previstas, a construção de um equipamento para o Centro Social do Mileu. É uma instituição com um trabalho magnífico, apesar da precariedade das suas instalações e que merece, efetivamente, este equipamento. E eu estou contente com isso. Ao nível dos equipamentos, este projeto prevê também o alargamento do Parque Industrial. É importante que a Guarda passe a dispor de dois polos industriais de qualidade, e, se for possível, que a Plataforma Logística, de uma vez por todas, se

transforme naquilo que era e que estava definido no estudo de Augusto Mateus, que era um parque na área tecnológica...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado. Nós temos mais treze pontos. Já ultrapassou um minuto e vinte e cinco. Se o fizermos todos, não sei se acabamos à meia noite...” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Para terminar, antigo Matadouro, contrariamente a estudos anteriores, este plano mantém o antigo Matadouro como zona de equipamento. Continua a ser definida como zona de equipamento e deve continuar a ser uma zona equipamento. Mas não vejo senhor Presidente, nas medidas previstas, a construção do Centro Escolar da Póvoa do Mileu, como está definido na Carta Educativa. E essa medida não está aqui prevista. Muito obrigado e peço desculpa, senhor Presidente, por abusar da sua paciência.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se... Com que tempo? O PSD cede?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Antes de mais, queria dizer que o Plano é de todo meritório. E eu faço a ressalva relativamente a esta infraestrutura... (...) O Plano é de todo meritório, merece a aprovação. Eu fiz a ressalva desta infraestrutura. Se repararmos bem, em termos de vias estruturantes, no que tem a ver com as radiais, desde a rotunda do “G” até à rotunda da C+S, nós não temos nenhuma via estruturante que nos ligue à circular externa. Por isso, devemos concentrar maior esforço para uma melhor solução do que a que está prevista neste Plano. Portanto, essa radial deve ser tratada com todo o carinho e com o contributo de todos nós. Eu tenho perfeita consciência, o projeto de execução foi elaborado em 98 e a consciência ambiental não era tão abrangente, tão profunda, digamos assim. No entanto, é evidente que essa via estruturante assenta na linha de água. Nasce exatamente na cabeceira da linha de água e termina praticamente, portanto, depois a linha de água desvia-se sobre o lado esquerdo, e a verdade é que iremos eliminar, nessa perspetiva, esta essa tal linha de água com essa tão capaz biodiversidade que ela, efetivamente, tem. No entanto, eu aproveitava esta oportunidade para sugerir, como disse, numa extensão de, já não tenho presente, mas de alguns dez quilómetros, nós não temos nenhuma radial digna

desse nome. E eu acho que era de aproveitar, com a aprovação deste plano, revermos exatamente o projeto dessa via estruturante, numa perspetiva de a integrar urbanisticamente e potenciar a atividade económica, numa perspetiva dos empresários da construção para melhor poderem investir nela. Como eu acabei de dizer, ainda está presente um empreiteiro, ele é um empresário que atua no ramo da construção, e, entretanto, ele manifestou-me a preocupação de que os taludes ficavam monstruosos e que não fazia sentido nenhum, se queríamos, efetivamente, integrar aquilo em ambiente urbano, toda essa península que é essa linha de água. Eu, se calhar, como sugestão, como a ideia, e todos nós podemos contribuir para isso, a linha de água podia, enfim, circular, caber no jardim central e criarmos ali uma solução engraçada. Por exemplo, estou a dizê-lo agora. A minha perspetiva é que, efetivamente, nós devemos evoluir para um projeto de Alameda. Seríamos a segunda maior Alameda do país e com melhor qualidade, a seguir à Avenida da Liberdade. E nós temos que ter projetos diferenciadores, se queremos, efetivamente, já não digo ultrapassar com quem concorreremos, porque, efetivamente, nós concorreremos com territórios próximos e cada vez temos menos motivos para estarmos orgulhosos do trabalho que nós não fazemos. Também nesta questão do urbanismo, efetivamente penso que podemos acrescentar algo, ser um aporte, fazermos um projeto diferente, uma nova centralidade. Agora, efetivamente, é preciso, se calhar, rever esta situação. Deixo à consideração de todos esta minha sugestão. Como eu digo, efetivamente já tardava o Plano que é meritório. E, enfim, estão lá as variáveis todas. Efetivamente, estão. Não consegui, da parte que me diz respeito, nada que seja detrator do que eu acho que é progresso e o que é qualidade de vida que a cidade merece e que precisa. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja fazer alguma pergunta, senão dava a palavra, de novo, ao senhor Engenheiro. Faça favor.” -----

- **José Lameiras, Consultor AMBISITUS - Projectos, Gestão e Avaliação Ambiental, Lda.:** “Bom, muito obrigado pelas questões que levantaram. Eu vou tentar responder assim de uma forma também sintética a cada uma delas. Houve algumas reuniões iniciais entre a equipa do Plano de Urbanização e a equipa do Plano Diretor Municipal e, não só, e também a equipa que estava a elaborar, na altura, a Reserva Ecológica Nacional, com

vista à concertação das propostas. Portanto, a questão da articulação com o PDM, para esta área concreta, foi assegurada. Não há necessidade absolutamente nenhuma de nós termos aquilo a que se chama o planeamento em cascata, primeiro o PDM, depois o PU e depois o PP. Não, os planos são para se fazer quando deles temos necessidade. Considerou-se que este Plano de Urbanização era urgente, elaborou-se o Plano de Urbanização. Se me perguntarem se há matérias que este Plano não aborda, porque não há PDM? Há. Há uma matéria, sobretudo, que nós não abordamos, porque entendemos que ela deve ser... ou duas, há duas matérias que devem ser equacionadas no âmbito do Plano Diretor Municipal. E eu digo já quais são. Uma tem a ver com os transportes. A mim dá-me a impressão que a rede de transportes urbanas, hipoteticamente já deveria ter sido, pelo menos, desenvolvida no PMUS. Mas, se não foi, ela deve ser abordada ao nível da cidade. E o chamado sistema de redistribuição de benefícios e encargos, ou perequação global, ou afetação social da mais-valia, que é algo que a Lei de Bases veio impor, que também não é ao nível de um bocado da cidade que se deve aplicar. Ele deve ser estudado ao nível do concelho e se a equipa do PDM e a Câmara Municipal entenderem que deve estar apenas aplicado à cidade, é no âmbito e à escala da cidade que ele deve ser aplicado. Relativamente ao ruído, há um artigo 40º. O artigo 40º, e há uma planta com o zonamento acústico, diferenciado o que são as zonas mistas e as zonas sensíveis e identificando, há um mapa do ruído, e identificando quais são as áreas de sobre-exposição ao ruído, isto é, as áreas cujo uso atual ou uso previsto ultrapassa o ruído máximo admitido. Essa carta está feita. Essas áreas estão perfeitamente delimitadas e o Plano avança até com algumas medidas de minimização, em termos regulamentares é o artigo 40º, que devem ser tomadas. O artigo 23º não trata daquilo que a senhora Deputada falou. O artigo 23º não tem nada a ver com isso. Eu já percorri o regulamento todo e não encontrei indústrias extrativas porque não as há. A variante, a questão da variante, eu peço desculpa se lhe chamei variante, porque, efetivamente, não é uma variante. Efetivamente não o é. Tem toda razão. É uma radial. De variante, não tem nada. E eu faço sempre os possíveis para não lhe chamar variante, mas, a verdade, é que é um nome já tão comum aqui, que eu, por vezes, incorro nesse erro. Houve sempre aqui dois trabalhos em simultâneo. O trabalho do projeto desta via, desta Alameda, e o trabalho do Plano de Urbanização. E o Plano de Urbanização foi discutindo com a equipa que estava a elaborar o projeto da Alameda, foi discutindo a melhor

forma. A nós, pareceu-nos, que aquela segunda proposta que foi apresentada era a proposta que tinha mais cuidados ambientais, não apenas relativamente às linhas de água, mas sobretudo às saias que resultam dos aterros e escavações. É a proposta com menos saias. Isto é, é a proposta em que os aterros e as escavações são minimizados. Mas nada impede que, no projeto de execução, no desenvolvimento para o projeto de execução, não possa haver acertos e a via, eventualmente, até tenha outra forma dentro daquilo que o Plano admite. Relativamente ao perfil transversal da via, eu não o quero discutir. Porquê? A nossa a nossa visão, eu concordo, eu acho que por vezes é preciso ser arrojado e ter qualquer coisa de muito forte, que marque, que seja uma espécie de landmark que marque o território. Nós aqui, hoje, o planeamento já não é o que era. Antigamente nós fazíamos planos, prevíamos uma série de equipamentos, uma série de espaços verdes, uma série de vias e depois não se fazia nada. Hoje, no planeamento, quer ao nível do PDM, quer ao nível do Plano de Urbanização, quer ao nível do Plano de Pormenor, é necessário demonstrar a sustentabilidade económico-financeira do Plano. Isto é, é necessário saber se a Câmara Municipal tem ou não tem efetivamente dinheiro para os encargos que o Plano tem. Este plano gera, salvo erro, 1 milhão e 300 mil euros. E nós andámos a ver como é que a Câmara pagava isto. Portanto, a demonstração está feita. Mas é preciso ter consciência que nós não podemos ter, eu não digo que não possa ser feita essa Avenida ou essa Alameda, mas é preciso ter consciência que nós só podemos gastar a capacidade económico-financeira disponível. Porque é preciso demonstrar. O Plano tem que demonstrar essa capacidade económico-financeira. Este Plano, e já foi a mesma coisa, nós trabalhámos também no Plano de Pormenor do Rio Diz e fizemos exatamente a mesma metodologia que foi concertação com os proprietários. Relativamente à Alameda, nós reunimos com todos os proprietários várias vezes, muitas vezes com todos os proprietários. A proposta não é sempre a mesma. Pois não. Porque, muitas vezes, nas soluções e na discussão e na concertação com os proprietários, nós vamos otimizando essa proposta. Foi o que aconteceu. As duas plantas que são diferentes, uma é porque foi em junho que nós pedimos as exclusões da RAN e a proposta em junho era uma. E, depois, a proposta que foi para a discussão pública já era outra. Agora, a proposta final é só uma. É aquela que está na discussão pública com planta de zonamento no PU ou planta de ordenamento do PDM ou planta de implantação. Agora, o nosso planeamento sofre de um mal. Esse mal chama-se

participação. Infelizmente, a participação da população só está centrada em dois momentos. Um momento da participação preventiva e que é assim que a Câmara Municipal decide elaborar o Plano, há um edital no Diário da República e dá-se à população quinze dias para dizerem o que é que consideram que o Plano deve integrar. E depois há uma discussão pública final, em que o plano praticamente já está feito e, portanto, a vontade de alterar é pouca. A vontade de alterar é pouca. E, se calhar, o tempo de alteração já não é muito. E, portanto, se calhar, nós temos (mas isto não é um problema da Guarda, isto é um problema a nível nacional) nós temos é que encontrar formas de participação pública mais ativas e em que toda a gente efetivamente tenha lugar. Nós aqui o que procurámos foi reunir com todos. E não houve ninguém, dos que foram chamados e que estiveram presentes na reunião, com os quais nós não discutíssemos a solução. Todos. E foram várias vezes. E garanto-vos que isso tem um encargo, para a equipa que faz o Plano, que não é pequeno. Nós passámos, aqui, dias e dias, a discutir o Plano. Aquela forma, também, menos reta, entre a rotunda dos F's e a rotunda das piscinas, na VICEG, também permite outra coisa, que não deixa de ser importante, que é diminuir, embora não com significado extraordinário, diminuir a inclinação dos trainéis. As linhas de água são para preservar. Aliás, as linhas de água não podem ser ocupadas. Há uma zona não edificante, relativamente às linhas de água, de dez metros para cada lado. São sagradas e a variante tem que ter cautela com as linhas de água. Isso é uma questão de projeto de execução, efetivamente. Questões de construção em altura. É evidente que, nesta concertação e negociação com os proprietários, nós fomos consertando também soluções urbanísticas para o local. A nós parece-nos que a solução de moradias unifamiliares na cidade tem os seus dias contados. Nós precisamos de densificar a cidade. Se nós não densificamos a cidade, nós temos uma cidade cada vez mais alargada, nós conseguimos mais aquilo que é finito, que é o território. Nós temos que densificar no sentido de diminuir a distância entre a casa e o emprego, a casa e a escola. Nós hoje falamos das cidades dos trinta minutos. E a cidade dos trinta minutos é uma cidade mais densa e a densificação não se faz com moradias. A densificação faz-se, sobretudo, com prédios em altura, até porque as moradias, em termos de infraestruturas, são um encargo municipal brutal. PDM, perequação. Cá está, é um caso. A perequação global tem que ser feita ao nível do PDM. A perequação global, ao nível do PU, não tinha lógica absolutamente nenhuma.

Portanto, não a fizemos. A questão do transporte público, também já falei nela. Se forem ver os termos de referência de cada uma daquelas áreas que apareceu ali, num rosa violeta, os termos de referência daquelas áreas, que são as áreas estruturantes, que são as novas áreas de ocupação urbana, todos eles referem equipamentos de espaços verdes de proximidade, que é uma coisa que falta. Nós só encontramos um espaço verde de utilização coletiva nesta zona toda. Só um. Um único. Ainda por cima com um posto de transformação, portanto, sem qualidade absolutamente nenhuma e sem uma área que permitisse, efetivamente, a população usufruir desse espaço. Há uma carência enorme de espaços de utilização coletiva de escala de bairro na cidade. Não significa que não possa haver um grande parque urbano para a cidade, mas faltam espaços de utilização coletiva, sejam verdes ou sejam praças de granito, ou sem ser granito. Faltam esses espaços nos bairros para servir a cidade e esta área no seu todo. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Presumo que... faça favor. Não, não. Desculpe lá. É que tem que ficar gravado.” -----

- **José Rabaça, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Boa tarde a todos. Senhor Engenheiro, qual é o índice previsto de construção ali naquela área? (...)”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado... Presumo que não haja mais nenhuma intervenção. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer acrescentar. Tem tempo ainda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, prometo ser breve. Agradecer à equipa projetista, ao senhor Engenheiro e à senhora Arquiteta, estarem presentes e, portanto, de uma forma muito concreta e muito objetiva nos explicaram aqui as dúvidas, que agradecemos, a todos os senhores Deputados. E esta, do índice, também é muito pertinente. Agradecer as explicações que aqui nos deram. Bom, trata-se, naturalmente, de uma obra com a máxima importância para a nossa cidade e para as suas acessibilidades. Ora, eu cheguei à Guarda já faz vinte e nove anos e já desde esse tempo se fala na variante da “Ti Joaquina”. Variante, radial, alameda, whatever, digamos assim, já se fala há trinta anos, ou talvez mais, da necessidade desta acessibilidade. Porque passará a ser, de uma forma inequívoca, o principal acesso à nossa cidade. Em termos rodoviários, será o principal acesso. Bom, sobre o processo, foi um processo

participativo. O senhor Engenheiro Lameiras falou aqui em todos os passos. Foram quatro passos, em termos de processo participativo, com a nossa comunidade. A participação preventiva no início, conforme acabou de referenciar; as reuniões com os proprietários; as cartas aos proprietários para se pronunciarem, já mesmo depois das reuniões: pronunciem-se lá, por escrito, se querem ou não que o vosso terreno passe a ser urbano ou não. Nós fizemos questão desse passo para que ficasse tudo escrito; e depois, naturalmente, a consulta pública. Quatro passos em termos de processo participativo com a nossa comunidade. Não havia mais passos. Ou seja, nós quisemos ir muito mais além do que a Lei. Nós não tínhamos que fazer, nos termos da Lei, quatro passos. Bastavam dois. Quisemos fazer quatro, para que não houvesse dúvidas e para que todos os pensamentos fossem bem maturados. Foi questionado aqui, há pouco, a questão dos terrenos do antigo matadouro. Senhor Deputado, tal como eu já referi, e consta da planta, é equipamento público. Os terrenos do antigo matadouro passarão a ser... manter-se-ão, melhor dizendo, como equipamento público para o novo Centro Escolar da cidade e onde será construído, também, um espaço desportivo, tal como eu já referi ao longo das últimas reuniões. É esse o nosso compromisso e é nesse pressuposto que nós vamos trabalhar. No que diz respeito ao traçado, tal como já foi referenciado, para diminuir as saias dos taludes, acompanha mais as curvas de nível. Um traçado com três acessos a cada bairro, ao Bairro da Luz, ao Bairro Nossa Senhora dos Remédios. Portanto, aumentou-se o número de acessos e acessos mais diretos. Aumentámos área de expansão do parque industrial, sensivelmente para o dobro. A prevenção urbanística de cerca de quinhentos fogos, no mínimo, e, depois, em função do índice, naturalmente, ainda pode ser superior para fogos habitacionais, seja no Bairro do Pinheiro, na Póvoa do Mileu, no Bairro da Luz, na Senhora dos Remédios. E, naturalmente, este mecanismo de perequação, em parte dos terrenos ao longo deste Vale do Cabroeiro, da variante, cerca de cinquenta por cento que passam a ser urbanos. Os restantes não passam a ser urbanos porque os seus proprietários não quiseram. E está escrito isto que eu estou a referir. Por isso é que nós quisemos fazer este processo participativo. Há pouco, alguém falava aqui na questão da DUP. Bom, em primeiro lugar, é o processo da perequação onde é necessário. Depois, naturalmente, não sendo pela perequação, é pela Declaração de Utilidade Pública e com os instrumentos que a Lei coloca ao nosso alcance, para esta obra que é absolutamente essencial para o

desenvolvimento da nossa cidade. E não é para amanhã. Isto é um processo que o projeto, que queremos aprová-lo no mais curto espaço de tempo, o projeto é fundamental que possa ser aprovado nos diversos órgãos, iniciar o processo, tal como eu referi, das parcelas de terreno, lançar o concurso da empreitada, a contratação do empréstimo bancário necessário para fazer esta obra. Sim, porque esta obra nunca custará menos do que 5 ou 6 milhões de euros. Nunca menos do que isso custará esta obra. E naturalmente é muito importante que nós possamos fazer a aprovação deste Plano de Urbanização para que, ato contínuo, possamos finalizar o projeto, lançar o concurso da obra, enfim, todos os passos subsequentes para que, daqui a três, quatro anos, nós possamos ter esta obra. Sim, porque só o processo da DUP, da Declaração de Utilidade Pública, a aquisição dos terrenos, finalizar o projeto, o concurso da empreitada, só isto demora muito tempo. Aproxima-se de um ano, a correr bem. E esta é uma obra que nunca demorará menos do que dois a três anos a ser construída na sua totalidade. E por isso é que quanto mais depressa nós aprovarmos este Plano, mais depressa nós desejamos que as máquinas vão para o terreno, para nós podermos conseguir atingir os objetivos que eu acabei de referenciar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.7, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.7 - Aprovação da Versão Final da Proposta do Plano de Urbanização do Cabroeiro - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, muito obrigado. Boa viagem e bom Natal.” -----

-----
Ponto 2.2 - Proposta de Regulamento de Feiras Municipais e Venda Ambulante - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “De seguida, recuperávamos a ordem de trabalhos e, o ponto 2.2, proposta de regulamento de feiras municipais e venda ambulante, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor deputado, faça favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Ora, então, boa tarde a todos. De forma muito rápida, relativamente a este ponto, a bancada do PS vai votar favoravelmente e ainda bem que existe um regulamento das feiras municipais e venda ambulante. Fiz o trabalho de casa. Fui fazer o trabalho de fiscalizador e fui passar pelo mercado municipal de São Miguel, no mercado municipal e também passei, calhou no mesmo dia, no mercado quinzenal da Guarda. E trouxe aqui algumas preocupações que me foram passando. Primeiro, do restyling do mercado de São Miguel, que foi inaugurado a 27 de novembro, no Dia da Cidade, um investimento de 400 mil euros, passei por lá, vi a obra feita, obviamente, e encontrei o espaço totalmente vazio. Sem vida. Depois, fui também informado que não sabem muito bem qual é que é o objetivo daquilo, o objetivo do espaço. Isso foi informação que me passaram. A zona central é um espaço semi-aberto, estranho para uma cidade como a Guarda, sem bancadas, sem pontos de água e de luz. Será mesmo um espaço para vendedores? É um campo aberto de atividades, que também já lemos aí nalguma comunicação social. E que tipo de atividades naquele espaço? Depois, falaram também na questão da entrada de veículos. Ou seja, não há propriamente uma entrada oficial para cargas e descargas. E aquilo que é possível ser feito para entrar lá para o espaço, é ir a uma passadeira e, através da passadeira, entrar para dentro do espaço. E não há uma saída oficial também. Relativamente ao mercado municipal, e, aqui, de facto, deve-nos preocupar a todos bastante, em novembro de 2019, ou seja, há mais de quatro anos, aconteceu um incêndio, infelizmente, neste espaço. Passados estes anos todos, continua lá um toldo a tapar uma desgraça que aconteceu há quatro anos atrás, ainda o espaço está lá todo queimado. Mas está tapado por um toldo do município. E aquilo que perguntamos à Presidência é: para quando a resolução deste problema, ainda mais num mercado onde se vende alimentos e onde temos um espaço todo queimado e não sabemos aquilo que se passa lá para dentro. Também nos foi questionado, relativamente à decoração de Natal e pediram-me para fazer esta pergunta, se se tinham esquecido das pessoas que vendem lá no mercado, porque este ano não meteram lá nenhuma decoração de Natal. Outra questão tem a ver com o estacionamento. De facto, é um estacionamento grande que existe ali naquela zona, mas também, como me informaram, há muita gente que deixa ali os carros para depois apanhar os autocarros. Nos dias de mercado é complicado lá parar, porque, de facto, está cheio. E pediram para ver se haveria alguma hipótese de algum tipo de solução,

com algum tipo de cancela ou algo idêntico. Relativamente ao mercado quinzenal da Guarda, a intenção da autarquia era deslocar as feiras, isso aconteceu de uma forma temporária, e aquilo que questionamos é se existe já alguma decisão ou alguma solução, algum projeto para que se tente passar, como foi indicado, para o vale de São Francisco. E era só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Ouvi com atenção a sua intervenção, mas eu penso que o que estamos aqui a discutir é o regulamento, não são construções, nem... Estamos a discutir outra coisa. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, nós estamos aqui em dúvida. Ou seja, há aqui alguns pontos que, para nós, são um bocadinho duvidosos e não percebemos porque é que eles estão aqui ligados. Página número 5, artigo 2, no ponto (d) tem especificamente... eu até vou ler que é mais simples. Aos feirantes e vendedores ambulantes são exigidos, entre outros, os seguintes deveres. E um deles é, apresentar-se convenientemente limpos e vestidos, de modo adequado ao tipo de venda que exerçam. E a minha questão é, quem é que vai decidir o que é que é convenientemente vestido? Porque isto é uma interpretação muito aleatória, muito subjectiva. E parecem-nos um bocado estranho dar este papel de dizer às pessoas como é que irão vestidas para o seu local de trabalho. Portanto, precisava aqui de um esclarecimento. E há outros que também nos parecem aqui um bocadinho estranhos. Por exemplo, o (d), o (e) que falam em comportar-se com civismo, abster-se de embriaguez e consumos de droga. A questão é, existem muitos casos destes para estar plasmado aqui no regulamento? E com o artigo número (d), nós não vamos aprovar um regulamento que dê espaço para um dos inspetores dizerem a alguém que não está convenientemente vestido ou adequado ao tipo de venda que exerçam, porque nós não sabemos o que é que isto quer dizer. Portanto, neste caso, com esta alínea, teremos que votar contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há mais algum senhor Deputado inscrito. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Em relação a este ponto, tenho pouco a acrescentar. Apenas dizer que é uma opção política passar a feira quinzenal, ainda que

de forma temporária, julgo eu, para o Parque Urbano do Rio Diz. Mas isto vai ao encontro das várias queixas que temos recebido. Eu, pessoalmente, amigos, conhecidos, enfim. Na cidade, o que se fala é na acumulação de lixo depois das feiras quinzenais. E, eu, aqui, aproveito este ponto para dizer que mais importante do que regular, é verdadeiramente efetivar aquilo que é regulado. E, de uma vez por todas, perceber que o Parque Urbano do Rio Diz tem uma grande extensão e tem que ser limpo adequadamente e a tempo por forma a evitar que o lixo prolifere por aquela zona. E que, de facto, depois do mercado, as pessoas possam ver que o lixo abunda e que o lixo se dispersa e que não há forma de limpar em tempo útil. E, depois, finalmente, queria também intervir em relação ao mercado, neste caso, à feira quinzenal no Parque Urbano do Rio Diz, para dizer que parte da infraestrutura do Parque Urbano é, por vezes, danificada pela feira quinzenal. E isso não pode acontecer. Isso é que é essencial precaver para que, de facto, o Parque Urbano não saia, mais uma vez, prejudicado. E, desta feita, nem o próprio Executivo quererá que uma opção política temporária se transforme num profundo dano definitivo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não há mais ninguém inscrito. Se o senhor Presidente da Câmara desejar usar da palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Reitero, em si, os cumprimentos a todos. Apenas esclarecer aqui algumas dúvidas. Dúvidas, mas que não têm nada a ver com este ponto, para que conste, tal como já foi referenciado, e bem, pelo senhor Presidente. O mercado da Estação não é para andarem carros lá dentro. Não há carros lá dentro. É cargas e descargas quando necessário. E têm acessibilidades para isso. Agora, carros lá dentro, não. Como alguém diria há uns anos: *jamais*. Não faz sentido, se fazemos aquela obra que custou quase 600 mil euros, ou 500 e tal mil euros, agora colocar lá carros dentro. Não faz o mínimo sentido. E, por isso, sob esse ponto de vista, está resolvido. É claro que há lá passadeiras, em termos de acessibilidades. Há lá passadeiras. Em frente à Junta de Freguesia da Guarda e à PSP, está lá uma passadeira. E do outro lado também há. Mas naturalmente que os técnicos, se tiverem que fazer o reforço da sinalização, farão. No que diz respeito à área ardida do mercado municipal, já foi referenciado aos técnicos para se fazer um procedimento

para limpar toda aquela área. E no que diz respeito ao parque de estacionamento em frente ao mercado da cidade, aquilo é um espaço público, aberto. Só há uma hipótese de nós podermos ultrapassar isso, é colocarmos parcómetros ou parquímetros, não sei qual é que é o termo mais correto. É a única hipótese, não há cancelas. Aquilo é um espaço público aberto. A única possibilidade é colocarem-se lá uns parquímetros ou uns parcómetros, enfim, para tentar limitar no espaço tudo isso. No que diz respeito ao Vale de São Francisco, como bem devem saber, há uns meses atrás, nós aprovámos o início do procedimento do Plano de Pormenor do Vale de São Francisco. O processo ainda não avançou mais. Não avançou mais porque é preciso fechar este Plano do Cabroeiro, a partir de hoje estará em discussão pública a alteração do Plano de Pormenor da Plataforma Logística, estamos a fechar o PDM e, de facto, os dois técnicos não conseguem chegar a tudo. Para além das ARU e das ORU. E, portanto, a seguir, eles irão dedicar-se, naturalmente, ao Vale de São Francisco, a desenhar o Plano de Pormenor de toda aquela área, digamos, a sul da nossa cidade. Senhora Deputada, e falando aqui com o senhor Vereador, a questão do fardamento, bom, isto é o senso comum. Isto é o que consta já em muitos regulamentos. E este regulamento esteve em discussão pública e ninguém fez qualquer interação em razão da matéria, seja nesta, seja noutras. Mas é apenas o senso comum. E isto é o que existe em muitos regulamentos pelo país. Mas queira crer que é apenas o senso comum, porque é claro que as nossas preocupações são bem outras do que agora querermos saber se a pessoa está com mais ou menos roupa. Mas é o senso comum e deve lá constar porque pode haver, às vezes, algum extremo e, naturalmente, as pessoas podem ter que ser chamadas à razão. Ó senhora Deputada, é senso comum. É senso comum. E, portanto, olhe, é o senso comum que está vertido aqui, o senso comum do que se faz no país, de norte a sul. Depois, sobre a questão do lixo. Ali faz-se o mesmo lixo que já se fazia no sítio anterior, nem mais, nem menos. A seguir, depois de sair o último feirante, lá vão as equipas de limpeza e lá tratam de fazer a limpeza do espaço. Os danos, houve um dano num poste de iluminação pública, que foi referenciado o dano e foi pedido, naturalmente, à operadora pública para poder fazer esse arranjo necessário. Senhor Presidente, era apenas isso que eu queria dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, este ponto, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Proposta de Regulamento de Feiras Municipais e Venda Ambulante - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e nove votos a favor e um voto contra. -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos a favor porque estamos em crer que, quando o senhor Presidente fala em senso comum e as pessoas estarem bem vestidas, está a falar em HCCP e isto já está mais do que, a nível nacional, está mais do que... existem uma série de questões relativamente a isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ou seja, não havia necessidade de estar no regulamento, porque higiene e segurança trabalho, na verdade, prevê que cada área de venda, alimentação, etc., esteja protegida. Ou seja, não há necessidade de estar no regulamento, que é subjetivo, esta decisão de roupas. Está regulamentada, há uma Lei que prevê as vendas, portanto, não há necessidade. Aqui, sim, falamos em critérios rigorosos. No parâmetro (d) não falamos em critérios rigorosos, falamos em subjetividade. Diz que as pessoas devem estar adequadamente vestidas, sem se descrever o que é adequado e quais os critérios. Porque, se formos à Lei, vai definir alimentação, é uma coisa, vendas, etc. Ou seja, aqui não há critério para o adequadamente limpo e vestido. E para nós isso é importante porque pode dar azos a situações que nós não queremos debater aqui.” -----

-----
- **Ponto 2.3 - Proposta de Regulamento dos Cemitérios Municipais da Guarda - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema. Se desejar intervir, era o momento. Não havendo, caso o senhor Presidente da Câmara deseje dizer algo... também não deseja. Então, colocava o ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de Regulamento dos Cemitérios Municipais da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor.” -----

Ponto 2.4 - Projetos de Habitação a Custos Acessíveis das Beiras e Serra da Estrela - aprovação da Minuta do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, o Município da Guarda e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e aprovação da Minuta do Contrato Promessa de Compra e Venda Bilateral - discussão e votação. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? É o momento. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD): “Ora, mais uma vez, boa tarde a todos. Obviamente que não nos vamos opor a que este processo tenha seguimento. Isto já tem sido discutido ao longo de todo este ano, desde que chegou essa informação de que o IHRU e o PRR e as CIM e por aí fora, se ia tudo juntar para estas obras, para arranjar habitação acessível. Portanto, já muito foi discutido, já a Guarda esteve muito atrasada. E a Guarda continua a estar atrasada, mas temos de dar então este apoio para que comece e avance este processo. Fazer só esta questão porque, no meio dos documentos, página 31 dos documentos que foram apresentados, fala aqui de um ponto de situação de projetos de habitação a custos acessíveis. E falava de um protocolo inicial e de uma suposta situação atual. Esta situação atual é realmente qual? Porque diz-nos que a Guarda tem alocado um valor de investimento de 38 milhões, 601 mil, com um número de fogos no número de duzentos e um. É assim, a minha pergunta é bastante concreta. Que garantia é que temos deste valor? Porque só agora é que vamos aprovar a minuta para que seja celebrado esse acordo. Até agora não há nenhum acordo. Mas já andámos até agora a fazer política com este número dos 38 milhões ou dos duzentos fogos, ou dos trezentos e cinquenta fogos, ou dos quatrocentos e cinquenta fogos que nos têm dito. O que me parece, a mim, é que a Guarda começou tarde neste processo. Primeiro disse que não queria. Que não valia a pena, que isto não era bem assim. E agora já quer dar seguimento. Disseram até que não tínhamos a capacidade matemática e material para levar a cabo este investimento. Quero saber qual é que é a opinião atual. Obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não. Não vos quero levar muito mais tempo. Mas dizer-vos que é aqui que se vê, mais ou menos, o governo, desgoverno do PG. Porque nós tínhamos aqui, há um ano e tal, uma proposta de onze fogos e 400 mil euros, agora vêm 38 milhões. E a verdade é que, sinceramente, eu não me acredito sequer dos 485 mil, porque aquilo que temos verificado, nestes dois últimos anos e, portanto, não me querendo repetir, é que aquilo que está inscrito em orçamento, depois, a seguir, não é cumprido. Portanto, quer dizer, não será para cumprir certamente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde. E, para não perdermos muito tempo, só duas coisas. Dissemos aqui, nesta já quase telenovela da habitação, que só íamos a jogo quando alterassem as regras. As regras foram alteradas. Clarissimamente, foram alteradas. Isso é dito por todos os autarcas. Está ali o nosso amigo Ribeiro, que esteve na CIM e disse, foi lá dito que estamos na mesma fase que as outras autarquias. Nem estamos atrasados nem estamos adiantados. Em relação a isso, caro Borges, dissemos também que, sem alterarem as regras, nós não iríamos a jogo porque a habitação era essencialmente responsabilidade do Governo central. Eu vou dizer aqui, olhe, isto está na página 1 de 7 e diz assim, desculpem lá, mas é aqui para o meu amigo Borges: no âmbito dos artigos não sei quantos, na sua atual redação, é à entidade pública promotora da política nacional de habitação a quem cabe, designadamente, adquirir, lotear, urbanizar os terrenos para promoção de empreendimentos habitacionais de interesse social. Qual é esta entidade? Pois, exatamente, é só ver a Lei. Está lá, IHRU. Não é da Câmara. E a Câmara até vai a jogo, em função da mudança, vai a jogo com um número de fogos muito significativo. Quer dizer, eu penso que isto é claro como água, caro Borges. Mas é só vermos aqui o anexo. E, por exemplo, perguntar ali ao amigo Ribeiro, que estava lá no mesmo sítio, onde vemos que nem estamos adiantados nem estamos atrasados. Estamos, como país, atrasadíssimos, deste governo e dos outros todos, em relação à habitação. Não é o PS que está atrasado, não é a cidade da Guarda que está atrasada. O país todo está atrasado e por todos os governos. Desde há muito

tempo que não há uma política de habitação, como todos sabemos. E isso aí não é culpa de ninguém em concreto. É de todos nós.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A sério que não queria intervir mais. Não. A sério que não. Deixe-me dizer, ó senhor Deputado, é assim, como é óbvio, todos nós sabemos que a habitação é um problema a nível nacional e que é um problema da Guarda. Um problema da Guarda. E, se quiser, eu digo-lhe exatamente... (...) deixe-me lá falar. E, se quiser, eu digo exatamente aquilo que eu disse na RádioF. Eu disse, na RádioF, que faltavam habitações para estudantes. Eu disse, na RádioF e aqui, que faltava habitação para captarmos mais pessoas para a Guarda. E, na altura, aquilo que me disseram foi que não era neste programa. Mais, sabe o que é que me disseram? Sabe o que é que me disseram? Disseram-me, na altura, que a Câmara não se deveria estar a colocar como estando a fazer, de alguma forma, estando a ser um monopólio relativamente à habitação. Disseram isto aqui. Disseram isto aqui. Foi dito pelo senhor e foi dito pelo senhor Presidente. E, neste momento, quer dizer, passam de onze para quatrocentas e tal. Quer dizer, eu pergunto, que mais monopólio pode ser do que este? Mas nós, como é óbvio, vamos votar a favor, porque fomos nós que vos chamámos à atenção. Fomos nós que vos chamámos à atenção. Ainda bem... ainda bem...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, deixem falar o senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “... sinceramente, gostaria eu de vos ter chamado também à atenção para continuarem a apostar na cultura e não terem deixado algumas candidaturas ir abaixo, nomeadamente. Gostaria de uma série de coisas de vos chamar à atenção, de chamar à atenção para se candidatarem, por exemplo, à questão dos nómadas digitais, ao qual se candidatou Manteigas e vocês não se candidataram. Paciência. A esta, eu chamei-vos à atenção. E ainda bem que vocês vão a mais 38 milhões. Estaremos cá todos para ver se são ou não concretizados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado... Senhor Deputado José Valbom... Senhor Deputado. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde, mais uma vez. Au acho que em relação ao objetivo da habitação, estamos todos no mesmo barco. Todos nós queremos

o melhor para a Guarda, todos nós queremos que a Guarda tenha habitação, porque é a habitação que faz com que as pessoas que aqui se querem fixar, possam aqui, de facto, fixar-se e possam aqui almejar ter uma vida boa, uma vida com qualidade na Guarda. Agora, a questão é esta. Independentemente de o programa ser bom ou mau, tem os seus méritos e os seus deméritos, certamente que sim. Não é o Executivo que faz tudo mal, não é o Governo que faz tudo bem. A questão é esta, e é o que me parece a mim, o Governo criou um plano, claro, baseado no PRR. A Câmara da Guarda tem o dever de estar preparada para esta realidade. Esta e outras. Quer dizer, a Câmara da Guarda tem o dever de apresentar a sua melhor versão a todas as candidaturas possíveis e àquelas que achar pertinentes. E o que aconteceu foi uma primeira abordagem desastrosa e a verdade é que aqui, às vezes, é assim, temos que ter humildade também no tratamento dos assuntos e no tratamento daquilo que, de facto, aconteceu. Claro que os senhores querem tapar o sol com a peneira, querem tapar um erro que cometeram e querem dizer que agora vão corrigi-lo. Pode ser, pode haver agora vontade de o corrigir. Mas a verdade é que houve um erro inicial. Houve um erro que foi cometido, um erro de abordagem. E, neste momento, nós estamos a ver é a Guarda a alinhar-se com aquilo que foi aqui defendido pelas outras forças partidárias e políticas nesta Assembleia. Estamos a ver o Executivo Municipal, neste caso, a alinhar-se com aquilo que os outros partidos aqui defenderam. E, portanto, aos senhores ficava-lhes muito bem reconhecerem esse erro e, de facto, trabalharem pela Guarda nesta nova base entendimento que agora dizem ter. Mas a realidade, o tempo cá estará para dizer se os senhores têm ou não razão. A verdade é que começaram tarde, candidataram onze fogos e nós não podemos confiar nos números que nos apresentam neste momento. Os senhores dizem que é uma situação atual em que são os grandes vencedores. Todos os Municípios da CIM Beiras e Serra da Estrela abdicam de verba para dar à Guarda, quando, na verdade, começaram com verbas muito superiores às da Guarda e, de facto, esta é a única negociação possível. Os outros municípios têm que abdicar do dinheiro para a Guarda poder ficar com aquilo que, no início, não se candidatou. Ninguém está em crer, nem o PG aqui na Guarda, nem o Executivo da Guarda tem mais força do que uma dinâmica de conjunto. Não é por a Guarda dizer alto lá e pôr um travão, que todos os outros municípios se vão ajoelhar e dar à Guarda aquilo que ela não teve porque falhou no momento inicial. E, portanto, os senhores, de uma vez por todas, reconheçam

que cometeram um erro no início. E um erro que a Guarda, esta Assembleia e todos os cidadãos querem ver resolvido, para que, de facto, daqui a quatro, cinco, seis anos, ou até menos, possamos ter uma oferta de habitação acessível, digna, para os nossos cidadãos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos reiterados. Vamos lá, então, recordar aqui algumas questões. Relembrar que todo este processo começou em janeiro de 2023 com o protocolo assinado entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Estamos em janeiro de 2023. Recordam-se de um folheto que andaram por aí a espalhar nas caixas de correio? Foi o folheto. O folheto. Era verde e mais umas cores lá pelo meio. Pois bem, naquele tempo, eram os custos do projeto que os Municípios tinham que suportar, eram os custos de fiscalização que os Municípios tinham que suportar, a gestão e a manutenção futura que os Municípios tinham que suportar. E, perante isto, nós dissemos não. E, felizmente, várias vezes, seja na nossa CIM, seja pelo país, porque este protocolo não foi assinado de norte a sul do país. Meia dúzia de CIM, se tanto, e Áreas Metropolitanas que foi assinado. E, graças a essas vozes, por volta do mês de abril, maio, sensivelmente, eu já falei nisto na Assembleia Municipal de junho, salvo erro, as regras alteraram, e bem, e o PRR passa a suportar tudo isto. Há apenas a questão da gestão de todo o processo que são os Municípios que têm que assumir. A gestão processual, que custa dinheiro e que leva tempo. E durante este tempo, houve um grande processo negocial, seja ao nível técnico, seja ao nível político... olhe, ainda agora estava aqui a trocar mensagens com o técnico que está adstrito a este processo. E há pouco, peço desculpa, tive que sair a correr, tinha uma chamada do IHRU para resolver mais um problema. É assim, é de dia e de noite. Aliás, honra seja feita ao Conselho Diretivo e a alguns colaboradores do IHRU, que é de dia e de noite, sete dias por semana, que estão a trabalhar neste processo. Um grande agradecimento que aqui faço publicamente ao trabalho deles. Bom, e estamos todos absolutamente convocados para executar o PRR e para debelar o problema da habitação no nosso país e aproveitar

esta grande oportunidade. Vamos lá aos números. Porque há aí muita confusão. Falam, falam, mas não estudam a lição. Mas lá vou eu dar mais uma lição. Eu não sabia nada disto, aprendi. E aprendi com os técnicos. E só não aprende quem não quer. Bom, sobre o aviso da habitação acessível do PRR, que é este protocolo da CIM e do IHRU, estamos a falar de um potencial investimento de cerca de 40 milhões de euros no nosso Município, cerca de trezentos e cinquenta fogos. É esta a possibilidade. É a negociação que nós estamos a fazer e os projetos que já lá estão para aprovação. É que os projetos até já lá estão todos, os projetos de investimento estão todos lá. Os projetos de investimento, não são os projetos de execução. Os projetos de investimento estão todos para decisão no IHRU. Os nossos, os da região e os do país. Estão todos. Mas há um outro aviso... e, perdão, a habitação acessível é para quê? A habitação acessível a custos controlados, com rendas mais baixas e que servirá para as empresas poderem captar mão de obra, para os jovens se poderem ali instalar, terem ali um alojamento de baixo custo ou de mais baixo custo, para residência de estudantes também, para os idosos. Enfim, serve para tudo isso. Mas há um outro aviso que é da habitação social. É aquela Estratégia Local de Habitação que nós aqui aprovámos, no passado mês de setembro, na última Assembleia Municipal, é outro aviso. E o objetivo da habitação social, como bem sabemos, é outro completamente diferente. Estamos a falar em cerca de catorze milhões de euros em cento e cinquenta fogos. Estamos a falar do Bairro das Lameirinhas, que estamos à espera da validação do projeto de execução final, por parte do IHRU, para lançarmos o concurso de seis vírgula não sei quantos milhões de euros. Aquelas casas que nós adquirimos do Centro Histórico, as do Bairro 25 de Abril, algumas escolas espalhadas pelas aldeias e a reabilitação dos quatro prédios, que são mais cinquenta e dois fogos, os prédios que já existem na Avenida da Igreja, na Rua dos Amores e no Rio Diz, do Município. É disto que estamos a falar. Dois avisos distintos para objetivos bem distintos, bem diferentes. E recordar, também, aquilo que aprovámos na Estratégia Local de Habitação, em setembro, que constam lá fogos habitacionais em vinte e três freguesias. Algumas freguesias que fizeram também essa apresentação consta da Estratégia Local. Tal como algumas IPSS e a Diocese da Guarda também. Se quiserem que eu repita estes números, eu volto a repetir. São números densos, são maçudos, mas importa referir que, de facto, são os números bem concretos e definidos e os projetos de investimento já estão todos para aprovação. Bom, falou-se aqui do atraso. Só para

terem noção, não há um único acordo assinado, até agora, na CIM Beiras e Serra da Estrela. Um! Um! Estiveram para ser assinados no passado dia 19. Eu também lá ia assinar, mesmo que não tivesse aprovado, com as consequências que eu poderia ter que assumir. Esteve para ser assinado no dia 19, mas, por força das circunstâncias do Governo central, algumas alterações que tiveram que existir em termos de agenda, foi adiada a data da assinatura para lá irmos assinar os primeiros. E vejam só. Em toda esta resenha... esta já não está atualizada. Já há outra, entretanto, porque há municípios que conseguem ir mais além, mas há municípios que ficam mais aquém. É evolução própria, em termos de urbanismo da cidade, daquilo que está disponível no mercado. Lotes completos, prédios completos, enfim. E a dinâmica continua. E, aqui, aquilo que está entre o balanço que vos foi apresentado, é uma diferença, no cômputo geral dos quinze Municípios da CIM, a diferença são quarenta e nove fogos. Um diferencial de 28 milhões de euros. Mas isto é coberto assim que se consiga fazer tudo isto. E por isso é que estamos todos convocados para executar o PRR depressa e bem. Se bem que o povo diz: depressa e bem, não há quem. É verdade, obrigado, senhora Deputada. Mas estamos todos convocados. Não há um único Município, na CIM Beiras e Serra da Estrela, que tenha assinado até agora. E mesmo nas CIM à volta, meia dúzia deles assinaram até agora, porque, de facto, é um processo muito denso e muito massudo e o IHRU não está a conseguir dar resposta. E, por isso, de janeiro até agora, infelizmente o digo, infelizmente o digo, não perdemos tempo nenhum. Absolutamente nenhum. Ganhámos a fiscalização, os projetos de execução, a manutenção futura e ganhámos a maturidade a todos estes projetos. Nós estamos a fazer, ou a finalizar, os estudos prévios de muitos deles. O estudo prévio, seja da habitação social, seja da habitação acessível, estamos a fazer os estudos prévios. Estão prestes a terminar, porque é um baixo custo. Mas para lançarmos outros concursos... aliás, ainda há pouco, havia aqui uma técnica que me estava a fazer aqui perguntas, e bem, por causa de um concurso que temos que abrir urgente, de trezentos e tal mil euros, para fazer projetos para a área social, para o 1º Direito. Isto são as dinâmicas, isto é diário. Temos que andar todos muito a correr, o poder político e os técnicos do município para podermos lançar estes concursos. Mas para isto acontecer, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, também tem que haver orçamento. Parece que nos estamos a esquecer disto tudo. Fala-se, fala-se... E o orçamento? É como há pouco na variante da

“Ti Joaquina”, também é preciso orçamento para ela ser feita, com o reforço da verba que nós colocamos. Tal como aqui também reforçámos as verbas, de uma forma muito objetiva, perante os projetos de investimento que nós colocámos para o IHRU. Sem orçamento, pode nada se poder fazer. E por isso nós pedimos que estas minutas possam ser naturalmente aprovadas, para nós podermos dar continuidade a estes projetos. São projetos ambiciosos. Não é só na Guarda, mas nos Municípios maiores, na Guarda, na Covilhã, no Fundão, em Seia, enfim. É ambicioso, mas sem ambição... havia um político que dizia que a política sem ambição era uma chatice. Não era bem assim, era parecido. Mas, de facto, nós temos que estar muito bem cientes do caminho que nós estamos a planear. E tudo faremos, aquilo que podemos, aquilo que sabemos e aquilo que deixam, para podermos executar estes programas e por isso pedimos a vossa aprovação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Deputado, preciso de pôr à votação e preciso que se sente, se fizer o favor.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.4 - Projetos de Habitação a Custos Acessíveis das Beiras e Serra da Estrela - aprovação da Minuta do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, o Município da Guarda e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e aprovação da Minuta do Contrato Promessa de Compra e Venda Bilateral - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor.” -----

Ponto 2.5 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação das Minutas do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Cavadoude, Ramela, Valhelhas e Videmonte - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O ponto 2.5 e o ponto 2.6 são muito similares. Ponto 2.5 é proposta de atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para obras e aprovação das minutas do contrato interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Cavadoude, Ramela, Valhelhas e Videmonte e o ponto 2.6 é com as Juntas de Freguesia de Fernão Joanes, Jarmelo São Pedro e Panóias de Cima.

Penso que não há inconveniente nenhum em se discutirem os dois em conjunto e depois a votação terá que ser, obviamente, em separado. Alguma senhora Deputada ou algum o senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faça favor. Já vos dou a palavra. Obrigado.” -----

- Gabriel Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Ramela (Independente): “Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, cumprimentá-lo, e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes. Senhor Presidente, caros Vereadores, caros Deputados da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta. Compete às freguesias, através da proximidade com a sua população, zelar pelos seus interesses através da criação de novas estruturas ou requalificação de infraestruturas existentes, melhorando ou potenciando a qualidade de vida dos seus residentes, ou mesmo criando condições para que novos residentes ali se fixem, evitando a perda de população para os grandes centros. A Freguesia da Ramela, com a proximidade da cidade da Guarda, pretende criar condições para que os filhos da terra ali se fixem ou novos habitantes nos procurem pelas condições criadas. Por isso mesmo, e muito para além do cumprimento do programa eleitoral por mim apresentado, foi solicitado o acordo interadministrativo para a requalificação do espaço desportivo existente, pois é através destes acordos que muitas das obras das nossas freguesias são efetuadas. Foi com muito agrado que vi aprovado, por unanimidade, na reunião, de 29 de novembro, de Câmara, este mesmo acordo. No entanto, foi nesse mesmo edital que me apercebi, tal como na reunião de 14 de dezembro, e que nos suscitou algumas questões e preocupação, ao ver o orçamento, para o ano de 2024, reprovado por maioria. Pedimos, no entanto, a aprovação desta proposta. Mas esclareça-me, senhor Presidente, sem orçamento aprovado para 2024, vamos conseguir fazer esta obra? E os acordos que já foram aprovados nesta Assembleia, mas que ainda não foram assinados ou executados? E outras obras que foram solicitadas, onde havia abertura para apoio na sua execução com o reforço de rubricas no orçamento do Município para 2024? Obrigado. Boas Festas.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, senhor Presidente de Junta. Senhor Deputado João Vaz, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, boa tarde. O senhor Presidente da Câmara, de manhã, disse que alguns destes projetos poderiam ficar em causa, nomeadamente porque o orçamento, para esta rubrica, era de setecentos e cinquenta mil euros. E, ou se enganou, ou está aqui algum tipo de erro, porque o documento que nós vamos votar agora faz aqui, no cabimento orçamental, um resumo perfeito de que realmente havia setecentos mil euros no orçamento inicial, que foi aprovado. Depois houve várias retificações do orçamento, várias alterações modificativas do orçamento, em duas delas foram incrementadas verbas a esta rubrica, à rubrica de acordos de cooperação com as Freguesias, estando, neste momento, essa rubrica, com um milhão e cinquenta euros. Um milhão e cinquenta euros é superior ao milhão que estava no orçamento que o senhor Presidente da Câmara queria aprovar. Portanto, na verdade, o facto de ter que governar com o orçamento deste ano, faz com que hajam mais cinquenta mil euros orçamentados para estes projetos para as Juntas e não menos dinheiro. Portanto, não vejo onde é que alguma coisa possa estar em causa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia. Faça favor.” -----

- **João Loução, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs da Ribeira (Independente):** “Boa tarde, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. E, realmente, vou ter que falar novamente sobre o orçamento. Após este orçamento chumbado, venho demonstrar o meu desagrado e uma grande preocupação com a minha Freguesia, Avelãs da Ribeira. E de certeza que não sou o único. Quero questionar o senhor Presidente sobre estas verbas atribuídas para a resolução dos estragos causados pelas intempéries. Estamos nós há tanto tempo à espera e será que agora foi tudo por água abaixo? Apesar de não ter agora sido contemplado sobre estes acordos, o meu desejo era realizar o acordo este ano. Como é que ficamos, senhor Presidente? E o senhor Presidente também sabe bem que o nosso Centro de Dia, em Avelãs da Ribeira, está por um fio para pedirmos a licença de habitação. Será que não vamos ter apoio, se não está lá mencionado? Preciso de respostas, uma vez que eu também tenho que as dar. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Jarmelo São Pedro.” -----

- **António Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Jarmelo São Pedro (Independente):** “Boa tarde. Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Senhor Presidente, uma vez que foi reprovado o orçamento de 2024, agradecia que me tirasse uma dúvida que me suscitou alguma preocupação. Na reunião a 7 de dezembro, foi aprovado, por unanimidade, os acordos de cooperação, estando incluído nele Jarmelo São Pedro. A pergunta que lhe faço e que gostaria que me dissesse é a seguinte. Na verba há ou está dotada de valor suficiente para todos os acordos que estão assinados? Ou melhor, que foram dotados nessa rubrica, está suficiente para a aprovação, por unanimidade, de todos esses acordos? Se sim, diga-me quando se pode proceder à assinatura, porque há, na verdade, concursos públicos que têm de ser feitos. São processos morosos e as obras têm de ser concluídas até ao final do ano de 2024. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente de Junta. Senhor Presidente de Junta de João Antão. Já lhe dou palavra.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Tinha projetos e ambições de assinar um acordo de execução para a Junta de Freguesia de João Antão, com a pavimentação do caminho do Arraçaio até à Benespera e quero saber em que ponto é que vai ficar este acordo de execução. E segundo, quanto às extensões de ramais das anexas de Lameirinhos, Benavente, Sobreira, uma percentagem de ligação da Sobreira, da Urgueira e Vasco Neto, e como dão cubicadas no orçamento, como é que vão ficar estas intervenções? Também, caso estas intervenções fiquem em falta, quem é que vai ter responsabilidades? E aqui também falo para as bancadas que chumbaram o orçamento. Não se esqueçam que têm membros nas freguesias que votaram em vocês. E muitas dessas pessoas precisam destas ligações. Acho que toda a gente, aqui, quando abre a torneira, todos os dias de manhã, tem água em casa. Na minha Freguesia há pessoas que não têm água, nem nos fontanários públicos. E estas ligações de ramais preponderantes. Eu voluntario-me semanalmente, em conversa com os técnicos, para distribuir garrações de água às pessoas, porque as pessoas não têm água. Por isso, deixo-lhe a pergunta. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhores Presidentes, é assim. Com vocês todos, com vocês todos, fica aqui o compromisso do Partido Socialista com vocês todos... que basta o senhor Presidente da Câmara levar isto a uma reunião de Câmara, o que quer que seja, nós aprovaremos. Portanto, compromisso com todos os senhores Presidentes da Junta. Com todos. Aqui fica o compromisso do Partido Socialista. E há uma coisa que eu vos digo, senhores Presidentes, apesar daquilo que o Deputado João Vaz aqui veio dizer, e que é verdade, é que em 2023, com todos os acréscimos que foram sendo feitos ao orçamento, as verbas a transferir para as Juntas, atingiram, em 2023, qualquer coisa como um milhão e cinquenta mil euros, penso eu. Aquilo que estava previsto para 2024 era um valor na ordem de um milhão. Ok? Um acréscimo relativamente àquilo que era a previsão inicial, mas uma diminuição relativamente àquilo que realmente foi efetuado. Mas deixar-vos aqui a certeza. Aquilo que o senhor Presidente da Câmara há pouco fez, que veio para aqui de uma forma... a dizer: «meus senhores, eu, neste momento, não tenho orçamento, nada vai poder ser feito nas freguesias», não é... não corresponde, para não tornar a dizer, é assim, não corresponde totalmente à verdade. Porque, aquilo que eu vos digo, senhores Presidentes, é assim, podem contar com o Partido Socialista. Qualquer verba a transferir... qualquer verba a transferir, no âmbito que esta proposta aqui vem a ser feita, e por isso nós iremos votar favoravelmente, podem contar connosco, como até agora. E, portanto, não há problemas nenhuns. Aquilo que o senhor Presidente deixou de poder fazer, é poder fazer pouco de nós. De nós que estamos aqui na Assembleia Municipal. Aquilo que o senhor Presidente neste momento não tem, é de continuar com a arrogância de quem é minoritário, de quem é minoritário e quer ser maioritário. Foi isto que os partidos da oposição quiseram dar de sinal. E, portanto, dizer-vos assim, claramente, senhores Presidentes, a resposta, que vocês estão a colocar ao senhor Presidente, é assim: não há problema nenhum, porque nós, Partido Socialista, (não sei como é com o PSD) mas nós, Partido Socialista, qualquer acordo interadministrativo entre a Câmara e a Junta, seja ela qual for, nós votaremos favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... Peço-lhe desculpa, o senhor Deputado João Vaz já tinha pedido a palavra. Só um bocadinho.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “É assim, eu acho que estamos aqui a misturar, primeiro, algumas coisas. Estes projetos que estamos a debater hoje, não estão, de forma nenhuma, em causa. Têm cabimento orçamental, está lá explicado no documento. Portanto, estes projetos que serão, espero eu também, aprovados hoje, não terão nenhum problema a nível de garantias. Espero eu. Aqui, o único ponto que eu levantei foi o seguinte: não tendo sido aprovado o orçamento o Executivo camarário terá que governar com o orçamento do ano anterior. Um milhão e cinquenta euros é superior a um milhão de euros. É matemática. Portanto... um milhão e cinquenta mil euros, peço desculpa. Mas um milhão e cinquenta também é superior a um milhão. Um milhão e cinquenta mil euros é superior a um milhão de euros, portanto, terá disponibilidade para fazer mais projetos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente de Junta. Peço um pouco de silêncio.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde, mais uma vez, senhor Presidente. Senhor Deputado Miguel, antes de mais, digolhe, agradeço que esteja connosco, mas nós não precisamos do vosso aval. Nós já fomos eleitos e queremos lá as obras. Não se esqueçam disso. E depois, se essas obras não forem feitas, não se esqueçam que quando andarem nas Juntas de Freguesia em campanha eleitoral, nós também não nos vamos esquecer, nem as pessoas. Não se esqueçam.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos. Cumprimento-o e, na pessoa do senhor Presidente, sintam-se todos cumprimentados. Eu penso que este papão tem que ser desmistificado. O orçamento existe à mesma. O dinheiro entra e vai entrar nos cofres da Câmara. Agora, a questão é, imaginem um vencimento em que vos pagam no início do ano o vosso ordenado e outra coisa é terem-no todos os meses, como vocês têm e como todos temos. Agora o dinheiro está, o dinheiro vai entrar. A única diferença é que, cada rubrica que tenha que ser acrescentada, vai ter que ir a reunião de Câmara. E aqui e muito bem. Mas ninguém disse que não eram aprovadas as coisas e o PSD está ao lado dos fornecedores, dos Presidentes de Junta, de toda a gente. Agora, o dinheiro está lá, o dinheiro vai entrar. Tem que haver é a regra para não haver esbanjamento de dinheiro, que é mesmo assim, e não ser ao critério do senhor

Presidente mandar para aqui ou para além conforme lhe apetece, pura e simplesmente. O dinheiro vai entrar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhores Presidentes, senhores Deputados e Senhores Presidentes, não haverá é mais dinheiro para mais festas. Isso, aí, consigo-vos garantir. Não haverá é dinheiro para outras festas que queiram fazer.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Se me são licença. Meus amigos, nós temos dois caminhos. Podemos ceder à tentação do medo ou podemos acreditar na verdade. Obviamente que o senhor Presidente sente-se acossado pelo facto de termos chumbado o orçamento. E é natural que, junto de vós, crie esta mistificação que não vai haver dinheiro, não vão fazer obras. Quer dizer, coloca o ónus em cima das outras bancadas parlamentares, quando não há razão nenhuma para isso. Tudo depende da vontade do senhor Presidente. Se ele quiser, toda e qualquer verba inscrita em orçamento e se não estiver inscrita em orçamento, se houver necessidade de se abrir uma rubrica e inscrever verba para ser atribuída às Juntas, o PSD está, não é a cem, é a mil por cento ao lado para votar a favor, porque entende que estes investimentos são importantíssimos para as vossas freguesias. Portanto, não há razão rigorosamente nenhuma para terem medo. As obras que estão previstas irão ser feitas. As verbas a que vocês têm direito irão ser transferidas. E o PSD estará sempre, sempre, sempre ao vosso lado para vos ajudar a construir e a dinamizar o vosso trabalho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, estava inscrito, já tinha pedido a palavra? Faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, boa tarde mais uma vez. Desculpem fazer-vos perder tempo. Mas parece que, de manhã, quase que adivinhei que os apontamentos do nosso amigo Calheiros iriam ser necessários. Eu penso que o nosso amigo Júlio e Né, deviam ler os apontamentos que ele vai fazer, porque, efetivamente, ele disse que era diferente. Se está a dizer que é igual, eu cá para mim acredito no Calheiros, neste ponto. Segundo ponto, eu entendo que efetivamente os partidos, que são fundamentais à democracia, se julguem os donos disto tudo. Mas há uma coisa simples. Houve umas

eleições. E o povo votou, decidiu e nós vamos cumprir o mandato do povo. Pode ser desagradável vocês acatarem isto até ao fim. Mas não há outra solução, porque nós não vamos fazer o programa eleitoral do PSD ou do PS. Não podemos por dever de consciência. Não é que não esteja bonito. Tudo bem. Mas não podemos por um dever de consciência, porque, obviamente, estávamos a trair o povo. E nós, eu tenho sessenta e três anos, não vou por aí. Eu não aceito fazer o programa dos outros. Aceito contributos que são necessários. E até já vos disse e disse em muitos lados, eu sei contar até sete. E quando conto do três para a frente, conto Vereadores de outros partidos, todos da Guarda, todos legítimos. Agora, há aí mais um assunto. É que viu-se aqui, já hoje, por um partido, duas vezes a mesma ameaça. Eu entendo que quem governou na cidade durante trinta e sete anos, entendem que devem mandar nisto tudo. Mas não é, a democracia não é assim. Duas vezes que houve uma ameaça expressa do PS, do nosso amigo Borges, para ser clarinho como água. O nosso amigo Borges falou como sendo o Vereador do PS. Pode ser. Mas falou também como sendo o Presidente da Câmara da Guarda. Ainda não é. Até o desafio a ser candidato daqui a dois anos. Hoje não é ele. Oh pá, por muito que custe ao PS, não é ele. Desculpem lá, porque as eleições são isso. As eleições têm regras. E existem ou não existem mandatos? Quando nós nos candidatámos e vocês também, não nos candidatámos para quatro anos? Que vocês querem avaliar e eu também. Eu também vou votar daqui a dois anos. E não passo cheques em branco a ninguém, nem aos meus. Mas daqui a dois anos a gente vê-se lá, com quem quiser. Eu penso que isto é fundamental entendermo-nos sobre isso. O Presidente atual acatou, no essencial, as propostas mais importantes do PSD, do PS, das Juventudes, do Bloco de Esquerda. Isso é factualmente verdade. Para eu não dizer que é mentira o que estão a dizer os outros, é factualmente verdade. E temos que nos entender em relação a isso. Os partidos que aqui estão têm que dizer, com clareza, se estão dispostos a aceitar a regras da democracia, os mandatos, e dizerem aquilo que dizem em Lisboa, que quem ganha governa. É o que vocês vão dizer daqui a dois meses, ou três. Nós não, não estamos nesse jogo. Mas, a democracia tem duas regras, tem dois pesos, tem duas medidas. Quando vocês pensam, e são todos democratas que eu sei que são, quando se está a pensar assim: vamos lá respeitar a democracia. Vocês estavam a imaginar a dizer assim: deixá-los andar que, a partir do meio, a gente já lhe faz a folha. Foi isso que começaram a pensar desde o princípio? É isso que querem? Digam à

população: não, nós estamos aqui para obstaculizar. Nós estamos aqui, PSD e PS, para fazer uma oposição contranatura, uma união de contras. No fundo, fizeram, arquitetaram uma união de contras que não são capazes de gerar uma alternativa. Devia ser assim. Porque nos partidos do PS e do PSD, já ouvi eu cinquenta vezes, quando se deita um Governo abaixo, já devia haver uma alternativa. Vocês são capazes, os dois, de fazer um governo? Querem governar a cidade? Juntem-se! Qual é que é o Presidente? É o Doutor Carlos ou é a Doutora Adelaide, a minha amiga? Quem é? Uns governam nos dias da semana, como eu disse há bocado, e ela governa nos fins de semana? Como é que vamos resolver isto? O que vamos responder à população da cidade? Quer dizer, eu penso que nós temos que nos interajudar, mas vocês falaram aqui como sendo presidentes. Eu vi. eu vi. Eu entendo que vocês gostassem de ser. Mas houve resultados eleitorais, nós não os falsificámos. Se não os falsificámos, então, o que é que vamos fazer? Vamos arranjar algum acordo, ou vamos andar aqui à porrada uns com os outros? E quando andarmos à porrada e se fizermos muitas vezes o papel degradante que estamos a fazer hoje, os que estão fora a ver-nos o que é que estão a pensar? Não têm mais que fazer! Não têm mais que fazer! Estamos a dar argumentos aos populistas. Porque é que o CHEGA vai ter dezassete ou mais por cento nas próximas eleições? Porque os dois partidos moderados, em quem eu voto sempre, ou voto no PSD ou voto no PS, já votei nos dois, não estão a ir a jogo de uma forma séria. Não estão a ir a jogo de uma forma séria. Aqui, na Guarda, não estão. Ataquem, façam o que quiserem, mas é clarinho como a água. O nosso amigo Calheiros disse, de uma forma muito simples, o documento fundamental para governar é o orçamento. Quem tem dúvidas sobre isso? Alguém tem dúvidas que é um documento fundamental? Como é que vocês querem que nós cheguemos a um sítio qualquer se nos tiram meios para chegar? É um bocado como se eu disser ao meu filho: Ó pá, estuda muito ou usa o capacete e nem lhe compro livros, nem lhe compro capacetes. É o que vocês estão a fazer. Sabem porquê? Porque querem que nós entremos para o vosso bolso. Sou velho demais e pesado demais. Não entramos para o bolso de ninguém. Aceitamos, de uma forma democrática, o apoio de toda a gente. Todas as pessoas que aqui estão serão bem-intencionadas, mas não venham aqui a dar-nos lições de moral, nem a querer mandar, nem a falar pelo Presidente. O Presidente ainda é o Sérgio Costa. Daqui a dois anos, vamos ver. Aqueles que votaram contra, candidatem-se daqui a dois anos. Está tudo resolvido. Nós já temos um

candidato, é o nosso. O Sérgio Costa é candidato. Não vamos fugir ao jogo. Vocês candidatem o Doutor Carlos ou candidatem a Doutora Adelaide e vemo-nos lá. Nós já temos assunto resolvido. Querem? Aceitam? Vamos a isso? Se vamos a isso, vamos!”

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos, mais uma vez. Gostava de fazer aqui dois reparos, acima de tudo. Há aqui uma ideia que ainda não foi falada hoje. Estamos aqui a falar dos contributos da oposição e eu já lá irei, mas irei começar por dizer o seguinte. A Guarda, quando foi às urnas, elegeu sete Vereadores. Três são do PSD, um é do PS, três são do PG. Esta situação devia ter sido interpretada ao fundo, ao limite pelo senhor Presidente de Câmara, que tem tido uma postura extremamente desinteressada nessa mesma maioria, que existe no Executivo, da oposição. O senhor Presidente de Câmara tem governado a Câmara da Guarda como se houvesse um cinco-dois ou um seis-um. E a verdade é que isso também contribuiu para este desfecho final. Mas o mais importante de tudo, que eu ainda não vi aqui hoje ser discutido, é o fundo do orçamento. Nós estamos aqui a falar, o orçamento não é um jogo de propostas. Não há nenhum partido da oposição que tenha que aceitar um documento que é mau, só porque tem lá três ou quatro propostas e depois são propostas sinalizadas com uma verba baixa. Querem melhor exemplo disso? Como é que é possível haver inclusão, por exemplo, do anterior Solar dos Sabores, que agora mudou de nome, quando lá estão cem mil euros de verba plasmada? Tenho aqui mais: Centro de Investigação do Envelhecimento - cento e cinquenta mil euros; Cidade Desportiva - cem mil euros; Elevador Panorâmico – cento e cinquenta mil euros; Centro Escolar da Cidade - cem mil euros; Residência de Estudantes – cem mil euros; Solar dos Sabores, como eu disse há pouco, cem mil euros; Requalificação dos Espaços Desportivos - duzentos e cinquenta mil euros; Centro de Arte Contemporânea - cem mil euros; Eixo Central da Cidade – cento e cinquenta mil euros; Praça Velha, Centro Histórico - cem mil euros. O senhor Presidente chega aqui, no terceiro ano, e apresenta cem mil euros para o Centro Histórico e o PS e o PSD têm o dever de aprovar este orçamento? Um orçamento que não dignifica o Centro Histórico da nossa cidade? Mas digo-lhe mais: Avenida de São Miguel - cinquenta mil euros previstos; Avenida do Bonfim - cinquenta mil euros; Parque Biológico da Maunça - cem mil euros; Estrada Verde - cento e cinquenta mil euros; habitação - quinhentos mil euros para comprar, quinhentos mil euros para construir. Era

isto que lá estava no orçamento. Requalificar o Estádio Municipal, depois fala aqui de tudo isto, destas necessidades. Coloca aqui parques urbanos, cinquenta mil euros. E, depois, mais importante de tudo, as promessas deste Executivo. Onde é que está a Praça da Liberdade? Onde é que estão as verbas para a Praça da Liberdade que prometeram na campanha eleitoral? Onde é que estão as verbas para os projetos que prometeram e que estavam elencados na vossa governação? E nós dissemos muito bem que nós não tínhamos, nós poderíamos muito bem não votar a favor deste orçamento porque era um orçamento fraco. E este é o problema de base. É um orçamento que não projeta a Guarda, que não traz investimento à Guarda, que não traz investimento estratégico reprodutivo à Guarda. O papel do senhor Presidente de agora em diante, e eu tenho a certeza absoluta que o PSD e o PS vão aprovar certamente um orçamento que tenha investimentos estratégicos para a Guarda. Estratégia é o que se precisa, não é andar aqui a trocar galhardetes e propostas. O senhor Presidente pode pôr cem propostas no orçamento. Se as dotar todas com verbas absolutamente irrisórias, o que é que isso significa? Significa que não planeou lá atrás ou que não está disposto, no ano que vem, a investir, de forma significativa, naquilo que sinalizou. Eu sei que no orçamento havia verbas e os senhores têm lá pontos positivos no orçamento. O orçamento, em si, não tem só pontos negativos. Tem pontos positivos. Mas é óbvio que a oposição não vai, só por si, aceitar um orçamento que, estrategicamente, não é bom. E foi por isso a rejeição. E há a possibilidade de o senhor Presidente apresentar um novo orçamento estratégico, com investimentos e com obra planeada que a oposição possa aprovar. Porque a oposição não existe, não está em nenhum lado na Lei que é dever ou competência da oposição aprovar um orçamento, só porque o orçamento existe. O senhor Presidente tem que perceber, de uma vez por todas, que tem que apresentar um orçamento com qualidade à Guarda, porque a Guarda merece um orçamento de qualidade. Não merece um orçamento fraco e sem planeamento. Este é o primeiro ponto. Segundo ponto, seguramente que, se isso acontecer, em fevereiro, em março, o mais brevemente possível, o PS e o PSD aprovarão o orçamento. Acontece assim em muitos municípios. E uma palavra para o Presidentes de Junta. O maior culpado do vosso medo, o maior culpado das vossas inseguranças é este senhor que aqui está. Este senhor é o maior culpado das vossas inseguranças, porque desde o primeiro dia em que assumiu a Câmara Municipal, devia ter-se preocupado, primeiramente, em criar as pontes

necessárias com todos nós que aqui estamos nesta sala e com as pessoas que lá estão fora, para... não senhor. Não senhor. É a primeira vez, mas isso já está plasmado na Lei.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “O senhor Presidente tem razão quando diz que foi a primeira vez que chamou os partidos, mas curiosamente isso já está plasmado na Lei. Fê-lo muito bem, devia fê-lo feito mais cedo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o seu colega de bancada, Luciano Calheiros, pediu também a palavra. Tem um minuto e cinquenta e quatro.” ----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Termino a minha intervenção dizendo, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não vou ceder tempo nenhum a ninguém.” –

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “... o PS e o PSD aprovarão um orçamento se o orçamento for bom, se for digno para a Guarda e se tiver investimento para a Guarda. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó Deputado Valbom, não me recordo de ter estado aqui a fazer ameaças a ninguém, mas tudo bem. Tudo bem, senhor Deputado. Sinta-se ameaçado. Vinha apenas aqui clarificar dois aspetos. O senhor Presidente veio para as rádios e para a comunicação social a queixar-se, dizendo que os Deputados da oposição estariam a fazer campanha eleitoral e, portanto, até punham a possibilidade de aprovar o orçamento em fevereiro, março, porque era altura de campanha eleitoral. Olhe, fui eu que disse isso na Rádio F e, eu, na altura, disse março, abril. Não me recordei, sequer, de campanha eleitoral nenhuma. Portanto, senhor Presidente, esteja completamente descansado. Relativamente a outra questão, e porque hoje de manhã foi dito aqui que o Partido Socialista tinha pedido eleições antecipadas, eu, normalmente, as reuniões gosto de as ter no recato. Essas sim, senhor Presidente, no recato. Mas então, eu quero contar exatamente o que é que aconteceu na reunião...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem trinta e três segundos e não vou dar tempo a ninguém. Trinta e três segundos e não vou dar tempo a ninguém.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Relativamente a isso, deixe-me dizer que tive oportunidade de dizer duas vezes ao senhor Presidente, pessoalmente, senhor Presidente, pessoalmente: eu acho que o senhor Presidente deve refletir e deve refletir se tem condições para continuar à frente dos destinos da Guarda. Disse-lhe duas vezes, pessoalmente, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Luciano Calheiros. Peço-lhe o seu poder de síntese.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Só para dizer o seguinte, vamos lá ver se nos entendemos de uma vez por todas. O que eu disse, de manhã, eu referi-me ao orçamento mais nas consequências, não foi propriamente... ó Valbom, calma aí. O que eu quis dizer foi o seguinte. Em reunião do Executivo, chumbaram o orçamento com o direito que lhes assiste e com os fundamentos que eles evidenciaram. Isso é claro e, portanto, é um direito que eles têm. Nem o orçamento é uma vaca sagrada e, portanto, não deixa de haver possibilidades de governação, como é evidente. E isso todos sabemos que há outros municípios também onde o orçamento é chumbado. Agora, eu referi-me apenas, e não quero ser mal interpretado, às consequências que podem advir de sucessivos chumbos. Ou seja, se nós estivermos aqui um ano ou dois anos sem orçamento, enfim... eu não estou a atribuir culpas a ninguém, eu estou a dizer que isso pode acontecer. É bom que isso não aconteça, mas é preciso haver flexibilidade do senhor Presidente da Câmara também, e eu já lhe disse e já disse a outras pessoas, é preciso haver cedências porque nós estamos aqui também para colaborar e não estamos aqui a fazer finca pé de coisa nenhuma. E, portanto, se houver conformação, se houver conformação, eu estou em crer que tudo poderá correr bem no ano de 2024. Porque, caso contrário, foi o que eu disse e por isso é que citei o senhor Presidente da Assembleia, caso contrário, a IGF, o senhor Presidente da Câmara vai ter que reportar qual é o motivo justificativo para que isto esteja a acontecer. Porque, em última instância, a IGF pode optar por uma dissolução do órgão. Foi isso que eu disse. Isso não é um desejo meu, atenção. Eu sei muito bem as responsabilidades e eu já estou no poder local há muitos anos e, portanto, já passei por muita coisa e não desejo aqui dissolução de coisa nenhuma. Eu sou pelo cumprimento dos atos eleitorais. Não é isso. Nem eu, nem ninguém, nem a bancada do PSD. Agora, cada um tem que ser responsável pelos

atos que comete e estamos a ser. O que eu quis dizer foi as consequências, ó Valbom, não é outra interpretação, sob o ponto de vista legal, através da Lei 27/96, está lá isso plasmado. E por isso é que em última instância...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que termine.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “É rápido. Em última instância ou era a dissolução do órgão, coisa que eu não desejo, ou, então, podiam recorrer até, a IGF, ao Tribunal de Círculo, como é evidente, para a dissolução dos órgãos municipais, coisa que ninguém deseja. Mas é preciso que haja responsabilidade de todas as partes. Não é imputar responsabilidades apenas ao executivo que tomou a atitude que tomou, certo? E com responsabilidade, naturalmente. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se há mais algum senhor Deputado inscrito. Penso que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos reiterados. Eu já não assistia a tantos episódios de demagogia há muito tempo. Acreditem, senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. E é por isso, como dizia há pouco, penso que era o Deputado José Valbom, quem assiste lá em casa pergunta se nós não temos mais nada o que fazer a não ser estar aqui a fazer este triste papel para o desenvolvimento da nossa cidade. Eu lamento ter de dizer isto, mas tenho que o dizer porque é o meu sentimento. E como a mim ninguém me amordaça a boca, eu falo aquilo que me vai na alma e na consciência. Eu só devo obediência à minha consciência e aos cidadãos eleitores. Não devo obediência a mais ninguém. Eu tenho que dizer isto, é um lamento, é um desabafo. Sobre, de uma forma genérica, aquilo que foi aqui falado. O Deputado João Vaz falou aí nos números, nas rubricas. Só vou recordar aqui duas coisas. É normal, porque não tem os dados todos ou então não lhe transmitiram os dados todos. Nessa mesma rubrica, consta os acordos dos equipamentos de proteção civil, nessa mesma rubrica, deste ano. E vamos ver se se executa, se não se executa tudo. Estamos a trabalhar a caminhar nesse sentido. Houve uma série de acordos que transitaram para o próximo ano, só aí são quatrocentos e cinquenta mil euros. E, portanto, as contas não é como o senhor Deputado, bem-

intencionado, quis referenciar. Não estava munido dos dados todos, mas, portanto, há aqui estes outros dados que devemos acrescentar. Sobre aquilo que aqui é referido, os acordos de cooperação ficam em causa com o chumbo do orçamento. As outras obras, as verbas das intempéries, os acordos, os apoios ao Centro de Dia das Avelãs da Ribeira, é um apoio extraordinário. Já agora, eu devo dizer uma coisa. Se não me falha a memória, todos os apoios, sejam ordinários ou extraordinários, aprovados até hoje, neste mandato, na Câmara da Guarda, salvo erro, foram aprovados todos por unanimidade. Todos. Portanto, não percebo onde é que há aqui a dizer que há falta de transparência, que há isto, que há aquilo, que há aqueloutro. Primeiro, de manhã, apoia-se por unanimidade e, depois, à tarde, vem-se falar mal dos apoios que são dados ao meu belo prazer e consoante uma caneta. O que vale é que eu uso uma caneta preta e não azul como noutros tempos. Se há verba disponível para todos os acordos ou não, as condutas de água como ficam? Caro Presidente da Junta de Freguesia de João Antão, o reforço da verba foi chumbado. Estamos a acabar Balsemão, vamos ver as outras como é que ficam. E isto para responder a todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, vamos ver como é que isto fica. Naturalmente que nós continuamos a fazer as nossas reflexões internas e a percebermos este modus operandi e veremos como é que tudo isto se vai desenrolar ao longo do ano 2024. É este lamento e mais do que isto eu não vos consigo dizer, por agora. Porque o orçamento foi chumbado, tal qual nós o desenhámos. Mas podemos dizer aqui mais algumas coisas. Então, ouvimos aqui dizer que basta ir a reunião de Câmara e se aprova. Primeiro, chumba-se orçamento à primeira, chumba-se o orçamento à segunda, à terceira chumba-se a revisão das rubricas orçamentais. E depois vem-se para aqui dizer, com demagogia, se for das Juntas de Freguesia nós aprovamos. Uns e outros, nós aprovamos. Estão a querer piscar o olho. Estão a querer piscar o olho, é humano. Convenhamos que é humano. Mas é demagógico. É humano, mas é demagógico. E acho que a política não deve ser feita desta forma. Ouvimos aqui também que os partidos quiseram dar um sinal. Então, mas que sinal é este? É o sinal do chumbo. Do chumbo, simplesmente porque querem governar a Câmara quando não o podem fazer, porque há um Executivo eleito, tal como já disse, e bem, o Deputado José Valbom. E por isso é que eu vou citar aqui uma expressão que não é minha, mas que se aplica muito neste caso: duas minorias não podem fazer uma maioria. Há regras na democracia, porque vivemos em democracia. E

por isso, duas minorias jamais farão uma maioria. E nós tivemos o cuidado... ó senhor Deputado, não foi a primeira vez. Já foi o terceiro ano consecutivo que pedimos contributos aos partidos políticos, às forças políticas, seja do Executivo, seja da Assembleia Municipal. Pedimos os contributos, humildemente. E até os integramos tanto. Porque depois dizem também que não haverá dinheiro para festas, não vai haver Cidade Natal, não vai haver o Carnaval, não vai haver os Santos Populares, não vai haver a Feira farta. Não vai haver nada. O poder Executivo está no Município e somos nós os Vereadores com pelouros. Somos nós os Vereadores com pelouros. Veremos o que é que o orçamento dirá, porque já percebemos que vamos ter forças de bloqueio. As forças de bloqueio ao desenvolvimento da nossa terra. Foi aquilo que nós, em suma, em resumo, aqui ouvimos. Propostas fracas, orçamento fraco. Agora já percebemos que estão a querer tapar o sol com a peneira. Estão a querer justificar o injustificável. Bem ouvimos de manhã e estamos a ouvir agora. Mas eu já lá vou falar em alguns números. Só vou citar dois ou três casos. Fala-se aqui nos números, mas eu vou dar uma lição. Eu também não sabia e aprendi, há dez anos atrás, como é que se lê um orçamento. Aprendi com os técnicos. Vamos citar aqui. Avenida de São Miguel. Disse aqui foi cinquenta mil euros. Muito bem. Financiamento definido, cinquenta mil. Financiamento não definido para o ano quatrocentos e cinquenta mil. 2025 - um milhão. 2026 - um milhão. Total de dois milhões e meio de euros. Vamos continuar. Porque depois há os prazos dos concursos da empreitada, da avaliação das propostas, dos Tribunais de Contas. Isso não importa dizer, mas, como não sabem, mandam assim estas coisas para o ar. Eixo Rodoviário Estruturante do Bonfim, exatamente da mesma forma. Falaram em cinquenta mil euros. Pois bem, mas cinquenta mil é o definido. Mais quatrocentos e cinquenta não definido, porque nem os concursos foram lançados ainda. 2025 - um milhão. 2026 mais um milhão. Total - dois milhões e meio de euros. Mas vamos a outro. Museu dos Sabores da Serra da Estrela, as tais casas da Praça Velha, duzentos e cinquenta mil euros de financiamento definido. Mas depois, está cá previsto mais um milhão e meio de euros não definido e para 2025 mais quinhentos mil euros. Total - dois milhões, duzentos e cinquenta mil euros. Estes são os números e que eu já pedi de manhã para que o senhor Presidente da Assembleia faça chegar às senhoras e aos senhores Deputados. E por isso, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, tal como referi, nós continuaremos a trabalhar de uma forma incansável para podermos governar

sem orçamento, cujas regras é uma nuvem no ar. Mas eu devo dizer aqui, senhor Presidente da Assembleia, senhores Presidentes de Junta de Freguesia e senhores Deputados, aquilo que aconteceu de grave, na Câmara da Guarda, nas últimas semanas. As contas da Câmara Municipal da Guarda estiveram à beira de ser penhoradas. Sabem o que isso quer dizer, não sabem? Contas penhoradas? Quer dizer que não podemos mexer um cêntimo nas contas. A Câmara da Guarda foi notificada, em 15/06/2021, por um agente de execução para pagar uma dívida da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, contraída no ano 2006. Cento e três mil euros. 15 de junho de 2021, cento e três mil euros. A Câmara da Guarda, nada responde. Nova interação em agosto de 2021, Câmara da Guarda nada responde. Chegamos nós à governação e recebemos uma notificação no dia 4 de novembro de 2021, nós tomámos posse no dia 16 de outubro de 2021. No dia 4 de novembro, recebemos uma notificação que diz algo do género: «não tendo Vossa Excelência contestado a existência do crédito resultante da notificação de penhora, considera-se que reconheceram a existência deste, conforme ali indicado, pelo que, no prazo de dez dias, devem proceder ao pagamento de cento e três mil euros. Cento e três efetivos, depois há o resto das alcavalas, os juros disto, daquilo, e daqueloutro, as custas disto, essa coisa toda. Recorremos, naturalmente. Processo em tribunal. Na primeira instância, a Câmara da Guarda ganhou o processo. Na segunda instância e já com trânsito em julgado, porque não admite, segundo o consultor jurídico, já não há mais recurso, a Câmara da Guarda é condenada a pagar duzentos e trinta e sete mil euros e que tivemos que pagar, por estes erros que eu acabei de referir, desta forma de governação, seja na Câmara, seja numa Junta de Freguesia, e tivemos que pagar, nas últimas semanas, sob pena de termos as contas todas da Câmara penhoradas. É assim, ou foi assim que se fez governança ou governo nesta terra. Eu lamento ter de dizer isto. Mas este montante de quase duzentos e quarenta mil euros que a Câmara da Guarda teve que pagar, nas últimas semanas, já durante o mês de dezembro, é mais ou menos o mesmo valor dos acordos de cooperação que nós acabámos ou que a seguir iremos aprovar para as Juntas de Freguesia. A diferença é pouca. Este é o estado da arte. É mais uma má notícia para o orçamento do próximo ano. Naturalmente, eu tinha que vos dizer, com toda a clareza, aquilo que foi feito, aquilo que aconteceu e que, naturalmente, mais alguns investimentos podem ficar em causa, perante aquilo que aconteceu neste processo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Ó senhor Presidente, só se for para fazer alguma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, porque não há mais... Só para alguma pergunta, algum pedido de esclarecimento. Peço silêncio, por favor.” -----

- **Luís Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):**
“Não é uma, são várias perguntas que tenho a colocar, perante esta bomba. Para nós é uma bomba. E se de manhã estive aqui a enaltecer quem semeia o bom nome da Aldeia Viçosa por aí, lamento agora ouvir isto. É mais daquilo que vivemos em 2013, o pesadelo das dívidas do antigo antecessor. E senhor Presidente, a questão que eu coloco agora é a seguinte, a Câmara da Guarda vai também pagar a dívida do Albino Teixeira, da MEO, do Ministério Público, da Dualcil, da Segurança Social (dívida que estamos a pagar há oito anos). Isto é muito grave. Nós todos os anos pagamos seis mil euros de dívidas. Já vamos com sessenta mil euros de dívidas pagas, por culpa do antecessor. É a segunda vez que eu venho aqui com esta vergonha. A última vez, vim pedir ao Executivo liderado pelo Doutor Álvaro Amaro para nos salvar da penhora do Salão Cultural, onde alguns estiveram a comer lagaradas não há muito tempo. E vocês salvaram essa dívida. Lamento agora o que está a acontecer. Se bem que, por outro lado, ficamos com uma dívida paga, temos que tirar esse bom proveito da coisa. Portanto, lamento esta chafurdice. Está mal. A pergunta que eu tenho a colocar é, senhor Presidente, irá alguma coisa ficar por fazer na Aldeia Viçosa, por causa disto? É a questão que eu tenho a colocar. Aproveito o momento, e agora para desanuviar um bocadinho, para convidar todos os presentes a virem ao nosso Magusto da Velha. Também é importante, é uma tradição única no mundo e prometo oferecer, a cada um de vocês, um “Quinta do Ministro”. Mas, já agora, e para terminar, agora que vejo o meu amigo Doutor Virgílio Bento, será altura de perguntar, senhor Presidente, porque é que o PAEL pagou as dívidas todas em 2013 e não pagou estas dívidas? Será altura de perguntar isso. Por aqui me fico.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito graficamente, senhor Presidente. Senhor Presidente de Junta de Freguesia...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedia um pouco silêncio.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sobre se outros investimentos podem ficar em causa. Podem. Senhor Presidente, nomeadamente na sua Junta de Freguesia. Se a Câmara da Guarda, porque alguém se esqueceu de responder, em tempo útil... foi mesmo esquecimento, falta de resposta. De manhã, lembra-se a propósito do PDM, que alguém se esqueceu de uma comunicação perdida? O mês de junho de 2021 deve ter sido duro para alguns. Deve ter sido muito duro. Esqueceram-se da comunicação do PDM, da APA, caiu o processo da revisão. E esqueceram-se de reclamar sobre esta intenção de execução. Deve ter sido mesmo muito difícil, na governação, em 2021, concretamente no mês de junho. Mas, meu caro Presente de Junta de Freguesia, é claro que eu não poderia responder de outra forma. É claro que há investimentos que podem ficar em causa, nomeadamente na sua Freguesia, porque são duzentos e quarenta mil euros que já foram direitinhos para pagar as dívidas da vossa Freguesia, porque alguém se esqueceu de reclamar. Primeiro porque alguém não as pagou e depois porque alguém se esqueceu de as reclamar. Sobre a questão do PAEL, e eu até respondo pelo senhor Deputado Virgílio Bento. O PAEL, a Câmara da Guarda submeteu o PAEL e outros programas da dívida que estava reconhecida pelo próprio Município. Ora, essas dívidas foram contraídas, certamente à época, pela própria Junta de Freguesia, naquele tempo, com contratos, enfim. Porque o código da contratação pública, naquele tempo, era diferente porque só em 2008 é que saiu o decreto-Lei 18/2008 que instituiu as novas regras na contratação pública. E quer o PAEL, quer o outro programa para pagar as dívidas das autarquias locais, só lá podiam ser colocados os valores que eram reconhecidos pelo Município. E foi isto que foi feito nesse tempo. Seja na Câmara da Guarda, seja noutras câmaras quaisquer do país. Respondi certo, não respondi, senhor Deputado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, neste momento era...” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Eu acho que é preciso dar alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a Câmara tinha um problema. Não era o problema da dívida global, mas era o problema da dívida a curto prazo, que era excessiva. E, portanto, no fundo, o que havia para equilibrar era passar a dívida de curto prazo a dívida a médio e longo prazo. Foi isso que se fez no PAEL. As dívidas que foram imputadas ao PAEL, foram as dívidas

da Câmara, não foram as dívidas da Junta. Logicamente, se a Câmara tinha uma dívida para uma Junta, essa dívida tinha que estar no PAEL. As dívidas da Junta não constam do PAEL. O dinheirinho veio, ficou guardadinho na tesouraria, para a primeira coisa que Doutor Álvaro Amaro fez, foi pegar nesse dinheiro e distribuir a Vossas Excelências. Pergunte ao Doutor Álvaro Amaro, que elogiou aqui, o que é que ele fez a esse dinheiro. Porque o dinheirinho ficou lá todo na tesouraria.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se me permitem.... Se me permitem e dado que já são 18h10, senhores Deputados... Senhores Deputados... 18h10, íamos colocar... até à meia-noite, temos tempo. É até à meia-noite. Mas é para fazer alguma pergunta? Não. Senhores deputados, vou pôr à votação o ponto 2.5.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.5 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação das Minutas do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Cavadoze, Ramela, Valhelhas e Videmonte - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

Ponto 2.6 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação das Minutas do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Fernão Joanes, Jarmelo São Pedro e Panóias de Cima - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, espere aí um bocadinho... não há nada a fazer!” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.6 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação das Minutas do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Fernão Joanes, Jarmelo São Pedro e Panóias de Cima - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

- **David Barbeira, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleiro (PSD):** “Ora, boa tarde Presidente e boa tarde aos restantes. Eu tenho pena, neste ponto, só ter visto

estas freguesias. Há muitas mais freguesias que também merecem receber. E quero dizer ao senhor Presidente da Câmara para fazer todas as freguesias iguais. Não haver umas de primeira, nem de segunda. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, para que não restem dúvidas e esteja aqui algum Presidente de Junta, que me tenha feito chegar o pedido de um acordo de cooperação, até hoje, que não tenha vindo para a Assembleia Municipal. Há aqui algum? Muito obrigado. Muito obrigado, pela verdade. Senhor Presidente de Junta de Freguesia, quando os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos eles, onde o senhor se inclui, faz chegar à Câmara o pedido de acordo cooperação, é analisado pela autarquia e depois é remetido para a Câmara e para a Assembleia. A sua Junta de Freguesia não é mais, nem é menos do que todas as outras. É tratada exatamente da mesma forma, com a mesma equidade. Tal como foram consideradas estas, tal como na Assembleia Municipal de setembro e outras no passado. É exatamente com a mesma equidade, senhor Presidente, nem mais, nem menos. Se tinha dúvidas, aqui tem a explicação. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.8 - Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2024 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, mais uma vez, boa tarde a todos. Quero dizer que o PSD se vai abster neste ponto, por precaução, não querendo, de hoje a amanhã, ser acusado de cumplicidade ou clientelismo, por um lado, nem tão pouco acusado de entrave ao bom funcionamento da Autarquia, por outro. Se bem se recordam e relativamente aos concursos para Chefe divisão, achámos coincidência a mais terem saído como vencedores alguns elementos integrantes das listas de candidatura do PG. O PSD, de forma clara e frontal, colocou essa questão ao senhor Presidente da Câmara e até hoje não obteve qualquer resposta. Não respondeu a esta questão, tal como não tem respondido a muitas outras. O silêncio pode indicar muita coisa. Depois, foi o caso (isto em concursos que estamos a falar) da esposa do senhor Presidente. Lembram-se?

A JSD disse que ela estava num concurso, imediatamente o senhor Presidente anulou o dito concurso e veio a público aclamar transparência e lisura. Uma transparência de tal ordem que se esqueceu de dizer que havia mais concursos onde a senhora estava candidata. Ora, o PSD, partido atento, veio a público dizer que a senhora afinal era candidata noutros concursos, o que obrigou o senhor Presidente da Câmara a dizer que a sua mulher iria retirar as várias candidaturas, vindo a público vitimizar-se, desta vez por perseguição. Nunca o PSD disse que havia qualquer ilegalidade. Apenas constatou um facto. Já a anulação repentina de um concurso e a retirada imediata das candidaturas a outros, podem sugerir que havia intenções de prevaricação. Por um lado e depois deste caso, foram muitas as informações que nos começaram a fazer chegar relativamente a concursos, candidatos, ligações familiares à candidatura do PG, informações essas que validámos uma a uma e que demos como fidedignas. Vamos acompanhar atentamente. Por outro lado, o PSD, como partido responsável, reconhece que, com a transferência de competências, nomeadamente na área da educação, há necessidade de contratar mais gente. Realçando que não achamos correto o recurso constante a medidas do IEFP para suprir necessidades efetivas de pessoal. E, senhor Presidente, não é preciso recorrer a empresas externas para realizar concursos. Todos sabemos que quando um político quer asneiar um bocadinho, perdoem-me a expressão, se suporta de um suporte técnico para encapotar a asneira. Tal como sabemos que os técnicos cumprem as indicações que lhes derem, criando critérios ou adaptando variáveis. Ao recorrer a empresas externas, está também a passar um atestado de incapacidade a muitos dos excelentes colaboradores desta autarquia, daqueles que ainda não pediram mobilidade ou a quem ela foi negada. Se fizer os concursos com a prata da casa, vai também poupar bastante dinheiro dos nossos impostos, que pode servir para ajudar a suportar candidaturas, por exemplo. E por falar em dinheiro e na forma como nos parece pouco racional que o senhor o gasta em boletins municipais de baixa qualidade, que são mais órgãos de propaganda pessoal, com mais fotografias do Presidente do que páginas ou eventos de Natal que somados ultrapassam meio milhão de euros. Meio milhão. Quase setecentos ordenados mínimos. Isto são apenas exemplos de dinheiro que nós cremos mal gasto, julgamos mal gasto e que poderiam ter outro cuidado. E por falar em dinheiro mal gasto, esperamos que não tenha o descaramento de andar a delapidar as poupanças que o PSD deixou nos cofres da Câmara e que tenha

depois o atrevimento de vir a esta Assembleia pedir para fazer empréstimos. É que já hoje, por duas vezes, ouvi aí empréstimos por trás. Assim, temendo que surjam mais irregularidades e, em simultâneo, reconhecendo as efetivas necessidades de pessoal, decidi o PSD abster-se. Para terminar, senhor Presidente, não veja esta abstenção como o benefício da dúvida, porque deste lado já ninguém acredita em si. E, como é Natal, fiquem descansados que ninguém do PSD vai pedir eleições. A não ser que a Lei assim o obrigue, tal como disse o nosso companheiro Luciano Calheiros, ou que num momento de lucidez e dignidade, o Presidente decida sair pelo seu próprio pé, por indecente e má figura. Se tal acontecer, estamos preparados. Um bom Natal para todos.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já lhe dou a palavra. Temos ainda pontos importantes para deliberar. E os pontos importantes que estão a seguir mexem com os nossos munícipes. Repito, mexem com os nossos munícipes. Portanto, faço aqui um apelo a que mantenhamos o quórum, para não termos que vir cá amanhã ou domingo. É que, por mim, vimos domingo. Por mim, vimos domingo. Portanto, é esse apelo que eu faço, que se mantenham na sala a ver se vamos conseguir ter quórum, porque, daqui a pouco, não temos quórum. E embora muitos não gostem que eu diga, mas estamos a ser pagos para aqui estar. É bom que isto seja dito. Senhor deputado, tem a palavra. Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, eu digo-lhe uma coisa. A mim dava-me mais jeito mesmo amanhã, se puder ser. Agora mais sério, foi só para descomprimir. Agora mais sério, é assim. Relativamente ao mapa de pessoal, o Partido Socialista também se vai abster. E vai-se abster, precisamente porque sabemos que esta é a área onde o Município mais tem falhado. Nós, em 2021, vimos aprovado um organograma onde deixava a Câmara de ter Chefe de Departamento para passar a ter Chefes de Divisão. Foi o senhor Presidente que decidiu e nós votámos favoravelmente. E aquilo que se verifica, neste momento, é que existem uma série de Chefias de Divisão por preencher. Por outro lado, também ao nível dos trabalhadores foram abertos uma série de concursos. Sei que provavelmente existem pessoas que tinham anseios em que pudessem ficar bem classificados nesses concursos. O senhor Presidente, aqui há uns tempos, vem-nos dizer que se metia o período de férias e, portanto, que não havia júris disponíveis, coisas deste género. E também, no recato da última reunião, o senhor

Presidente me disse que provavelmente teriam que contratar uma empresa privada para realizar os concursos por causa da questão das férias ainda dos júris. E, neste sentido, nós mais não temos que nos abster. E é aqui que se nota a estratégia ou a falta dela. É aqui. É aqui que, depois, a seguir, os orçamentos se aprovam ou não se aprovam. Porque é aqui que, desde 2021 até agora, continuamos na mesma. Nada aconteceu. E, portanto, quando nada acontece, as coisas têm que... nós temos que tomar uma atitude, senhor Presidente. E foi essa atitude que o Partido Socialista tomou. E uma das razões que lhe explicámos, que lhe explicámos no recato da reunião, foi a questão dos recursos humanos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Tenho uma questão. Se me puderem esclarecer antes da votação, perfeito. Que é, qual a razão de faltarem tantos Chefes de Divisão? Nós vamo-nos abster, independentemente da resposta, porque isto, para nós, era altura de contratar pessoas que o Executivo continua a preferir manter com contratos CEI ou contratação em outsourcing. Tenho pena de ver que temos vinte e sete contratos CEI e CEI+ em três meses, apesar de ser na altura de garantir que realmente tem trabalhadores e trabalhadoras suficientes, para depois não passar um ano a dizer que faltam recursos humanos. Temos de garantir a curto prazo, percebo perfeitamente. Mas o longo prazo era agora e não foi previsto. Portanto, vamo-nos abster.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja falar?” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, toda a Assembleia e todos os que nos estão a ouvir. Nós vamo-nos abster, como já dissemos, neste ponto. Mas eu não queria deixar de alertar todos para o facto de ter ido falar com a nova Veterinária do Canil/Gatil, peço desculpa, e que ela disse que não conseguia trabalhar sem serem contratados mais quatro ou cinco tratadores. Portanto, eu deixo este alerta para o senhor Presidente agir como entender.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não há mais nenhuma senhora Deputada ou senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre o aqui referido. Bem, sobre a demagogia e a baixeza política, não vou responder a isso. Estamos na Guarda. Não estamos em qualquer outro concelho, onde, se calhar, as coisas são tratadas de outra forma. Aqui são tratadas com transparência, lisura e legalidade. Alguns podem não estar habituados a isso, mas isto aqui não é o espelho de outros concelhos. Aqui foi falado sobre as Chefias de Divisão e eu aqui tenho que sair em defesa dos senhores Chefes de Divisão. Os Chefes de Divisão que ganharam, que estavam nas listas do PG. O senhor Engenheiro Rui Melo estava na lista do PG. Foi concorrente único a Chefe de Divisão, vejam só. Verdade? Está ali a Cláudia, que não fazia parte das listas do PG. O Doutor Alfredo Madeira não fazia parte, já era Chefe de Divisão anteriormente. O Sérgio Cruz e outros mais. De repente, quem for do PG, é para pôr um “x” em cima. É isto que está aqui a tentar querer dizer. De facto, tanta demagogia. E eu lamento que o grupo parlamentar do Partido Social Democrata chegue a este nível, um partido que foi oito anos de governo nesta casa e está-se a comportar como um partido absolutamente extremista. Lamento mesmo, aquilo que aqui foi dito. E depois tenta atacar pessoalmente o Presidente da Câmara. Agradeço muito, eu já o disse publicamente, ao ter feito, de livre e espontânea vontade, contra a minha vontade. Infelizmente, no passado, outros não o fizeram quando quiseram contratar os serviços de familiares. E mais não devo dizer, por agora. Outros não tiveram essa coragem. Mas é bom que se diga aqui nesta casa. O dinheiro que o PSD deixou para trás - olhe, na altura, eu era Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, remonta ao ano de 2017. Lá tive que passar um cheque. Tinha muitos milhões. O cheque dos SMAS para a Câmara, que eram quase oito milhões de euros. Foi assim que lá ficou o mealheiro. Depois lá se gastou algum, naquele tempo, por causa de uma coisa, que agora não importa recordar, por agora. Mas posso recordar. Mas o dinheiro é daí que advém. Vem do SMAS. É bom que se diga. Mas há dúvidas em relação a essa matéria? Não quero discutir se os SMAS, se fizeram bem, se fizeram mal em extingui-lo. Já sabem a minha opinião sobre essa matéria. Por isso é que nós aprovámos

aqui já a constituição dos Serviços Intermunicipalizados. Mas, vejam só, é o dinheiro, mas as dívidas também lá estão. Esta coisa da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, permita-me, senhor Presidente, são menos duzentos e quarenta mil euros. Porquê? Porque não se respondeu a tempo e horas a um agente de execução. E depois as instâncias do Tribunal ordenaram a que Câmara da Guarda: ou pagas ou não mexes nas contas. Foi isto que aconteceu. Foi esta a herança. Boa ou má, não interessa agora. Mas foi esta a herança que nós recebemos. Aqui foi falada a questão do organograma. Foi aqui apresentado e foi aprovado. Foi um estudo, um bom estudo. Custou dinheiro, da Deloitte, mas foi um bom estudo que foi aqui apresentado, no final de 2021, início de 2022, que foi apresentado. As Chefias por preencher. Pois bem, olhe, infelizmente, os concursos tiveram que ser anulados e outras pessoas tiveram que sair por doença. E peço que preservem absolutamente a posição das pessoas. Respeitem a dignidade das pessoas. Porque na política, para nós, Executivo, e certamente eu falo pelo grupo parlamentar do PG também, não vale tudo. Se para outros vale, lamento dizer, é por essas e por outras que acontece aquilo que, há pouco, o Deputado José Valbom bem referiu. Pessoas com anseio de serem bem classificadas. Eu isso nem comento, nem devo comentar sequer. Classificações dos concursos. Olhe, nem quero saber disso para nada. O que é facto é que já entraram, entretanto, algumas pessoas pelos concursos. Já estão a trabalhar, verdade senhor vereador? Umas por mobilidade e outras por concurso. Já entraram dois e já vão entrar mais dois colaboradores por estes concursos. Ainda bem, venham eles. São os primeiros classificados, segundo as regras que foram ditadas. E claro, nós assumimos, aliás, houve alguém que, nesta sala, ou foi aqui ou foi na reunião de Câmara, já não sei, que chegou a propor: contrate uma empresa para despachar o assunto. Então e nós assumimos isso e foi contratada uma empresa. O contrato já está assinado, já está a trabalhar. Porque houve três meses que os concursos, com respeito que temos, naturalmente, pelas férias dos colaboradores, ficaram parados. Ora estava um, ora estava outro, ora estava outro. Entretanto, houve uma jurista que saiu por razões pessoais e foi morar para o Porto. Pediu mobilidade para o Porto, por razões pessoais. E, naturalmente, as equipas ficaram desfalcadas, entre outras pessoas. Bom, mas espero que o processo ande com toda a celeridade. Foi contratada uma empresa e esperamos que, nos próximos meses, este processo, que é absolutamente necessário que chegue ao final, pelas mais diversas razões, possa ser

efetivamente concluído. Bom, aqui alguém disse que chumbaram o orçamento por causa dos recursos humanos. Foi isto que ouvimos aqui há pouco. Chumbaram o orçamento, não disseram por estas palavras, mas deixaram no ar. Então, mas agora já vale tudo para chumbar o orçamento? Por estes concursos estarem atrasados? Mas depois fala-se com a médica veterinária, que precisa de mais colaboradores. É verdade, não é só no CRO. Olhe, no CRO também estavam lá as rubricas no orçamento que Vossas Excelências também chumbaram. É no CRO, é nos jardins, espaços verdes, é nos serviços administrativos, é nos piquetes de águas. É preciso gente em todo o lado. E sabem porquê? Segundo este mapa que eu aqui tenho dos serviços técnicos, que muito agradeço terem-me feito chegar, nos últimos dez anos, saíram cerca de duzentos e vinte colaboradores da Autarquia, pelas mais diversas razões. Duzentos e vinte colaboradores. Aposentações, infelizmente alguns falecidos, rescisões de contrato, mobilidade. Cerca de duzentos e vinte. E este número não está atualizado porque é superior. Porque aqui não se conta as saídas, nem das empresas municipais, nem dos SMAS. Portanto, rapidamente aqui chegamos às duzentas e trinta, pelo menos, saídas nos últimos dez anos. Ora, nos mesmos dez anos, entraram noventa e cinco. Duzentos e trinta, considerando esse número. Noventa e cinco, menos de metade. E é claro que isto aqui é um desfalque em termos de trabalhadores. Mas, mais grave ainda, nos próximos cinco anos, há a previsão de saída da Autarquia, só pela idade da reforma, não contamos com outros fatores, cerca de duzentos colaboradores. Nos próximos cinco anos. Estamos, por isso, perante um grande desafio, para esta gestão e para a gestão dos próximos anos, que é absorver trabalhadores, contratar trabalhadores para serem formados e terem o know-how necessário que é transmitido pelos antigos colaboradores, para não se perder esse know-how, para não se perder esse conhecimento nos mais diversos serviços da Autarquia. E por isso foram abertos sessenta e cinco concursos para cento e vinte e duas vagas. Já entraram as que eu referi e estão prestes, no início de janeiro, se correr bem, entram mais colaboradores. E este é o estado da arte para um quadro de pessoal que nunca vai estar estabilizado, certamente. Ainda para mais, por essas razões que eu acabei de referenciar. E, naturalmente, esperamos, daqui a alguns meses, estarmos a fazer aqui uma retificação em baixa, permitam-me a expressão, do mapa de pessoal, quando a APAL começar a funcionar, porque, naturalmente, há serviços que transitam para a APAL. E por isso,

naturalmente, nós tivemos que, depois de fazermos as nossas reflexões com senhores Chefes de Divisão, com o Executivo Municipal, propor a aprovação deste quadro de pessoal à Autarquia, para que nós possamos dar seguimento, naturalmente, porque depois destes concursos, outros podem ter que ser abertos em função das necessidades que vão surgindo e que são manifestadas, quer pelos Chefes de Divisão, quer por todos os Membros do Executivo com pelouros. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Deputado, peço-lhe o favor de se sentar. Vou colocar à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2024 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e dois votos a favor e vinte e três abstenções. –

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu vou ser muito sintético. A minha abstenção é motivada no motivo que eu vou passar a justificar. Na semana passada, presenciei a chegada de dois senhores, dois indivíduos espanhóis que se dirigiram ao segurança e perguntaram se aqui é que era o *Ayuntamiento*. Ele disse-lhe que sim, que era a Câmara Municipal. E eles disseram ao que vinham. Pretendiam criar uma firma, uma empresa. São empresários. Queriam, na Guarda, criar uma empresa. Claro que o segurança encaminhou, como normalmente, carregou na senhazinha, deu-lhes um papelinho e os senhores esperaram na fila para se dirigirem ao guichê respetivo. Eu garanto que se fosse na Covilhã ou no Fundão, no mínimo, havia um técnico que ia logo receber e encaminhá-lo para onde deveria ser encaminhado. Nós não podemos receber os empresários, quem quer investir, desta maneira. Faz falta, neste organigrama, uma divisão de desenvolvimento económico, dotada com capacidade técnica para efetivamente conduzir... e não só, não só conduzir mas criar lobby no sentido... nós não nos basta ter um Espaço Empresa no segundo piso, que não sei se toda a gente sabe que existe e o desempenho que resulta dessa atividade, sinceramente, não sei qual é. Mas garanto que, portanto, no meu ponto de vista, é muito necessário que se crie, quer uma divisão, um departamento, o que quer que seja, na área do desenvolvimento económico. É o desenvolvimento económico que cria riqueza, que possibilita que nos paguem melhores salários, que nos possibilita ter melhor saúde, ter melhor educação,

enfim, sermos um país melhor e mais rico. Nós, na Câmara da Guarda, nem sequer temos um pelouro ligado à economia. Há tempos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, a sua palavra era para uma declaração de voto. Não faz sentido. Peço-lhe imensa desculpa. Tinha feito a intervenção no ponto. Agora vinha aqui dizer votei a favor ou votei contra ou votei assim por esta razão. Agora, não é estar aqui... então tinha-se escrito durante o tempo. Peço desculpa.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Pronto, eu penso que a situação está esclarecida. Há necessidade de rever o mapa de pessoal nesse sentido, na minha perspetiva.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, como eu considero que isto foi um pedido de esclarecimento, dizer duas ou três notas muito breves. Primeiro, senhor Deputado, não está aqui nessa qualidade, como funcionário, mas é. E eu agradecia que, a si e a todos os funcionários, quando acontece uma coisa dessas, que façam chegar imediatamente ao gabinete da Presidência o que aconteceu. Porque só aí é que nós podemos atalhar o caminho. Primeiro ponto. Segundo ponto, existe uma divisão de economia e turismo que é a DET. A senhora Chefe de Divisão está aqui presente e o Chefe de Divisão dos serviços administrativos também aqui está. E, portanto, Doutora Cláudia, Doutor Sérgio Cruz, falem com os funcionários na entrada da casa, peço-vos isso, aqui publicamente, (mas se fosse no gabinete era exatamente da mesma forma), para o modus operandi e que, naturalmente, subam ao espaço da empresa, enquanto ele estiver no segundo andar, porque está lá perdido. Isso e outras coisas se falarão sobre essa matéria no futuro. Mas que possam imediatamente fazer a correção deste processo. Porque, senhor Deputado, a Covilhã não é tão boa nem é tão má como a Guarda. Nós tratamos todos por igual. Nós não podemos continuar a dizer que os outros é que são bons e nós é que somos maus. Faça-nos um favor, não faça isso. Eleve a autoestima da Guarda, senhor Deputado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Temos agora... Mas ó senhor Deputado, desculpe lá. O senhor Presidente da Câmara ofendeu-o na honra? É o único fundamento regimental para voltar a falar.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “No meu ponto de vista, chamou-me um desertor e eu sou pela Guarda. Isto, para mim, é uma ofensa. Eu sempre pugnei... eu sou empresário também. Eu vivo esta realidade de ser empresário e fui confrontado com essa situação. E, agora, relativamente à Guarda e à Covilhã, nós temos que constatar que efetivamente o desenvolvimento passa por aqui e para na Covilhã e no Fundão. Esta é a realidade. E esta realidade nós temos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Regimentalmente, só tem direito a intervir agora se o senhor Presidente da Câmara o ofendeu na honra. E aí tem que dizer fui ofendido, porque ele disse isto ou disse aquilo. Não é agora vir outra vez fazer considerações globais ou genéricas sobre não sei o quê, que também é empresário...” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Peço desculpa, senhor Presidente, eu não estou a fazer considerações...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Aí, senhor Deputado, ou diz onde é que o senhor Presidente da Câmara o ofendeu ou eu retiro-lhe a palavra.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu já expliquei em que é que me ofendeu. Eu não me considero menos guardense do que o senhor Presidente, nem nenhum dos presentes. Ele ao dizer-me isto, está-me a ofender na minha honra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhores Deputados, peço-vos encarecidamente, estamos quase no fim, não se ausentem da sala.” -----

Ponto 2.9 - Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Temos agora quatro pontos que eu penso que o ano passado pusemos simultaneamente todos à discussão, embora depois com votações, obviamente, separadas e que é a taxa de IMI, a taxa de Derrama para o ano de 2023, a participação variável no IRS e a proposta de taxa municipal de direitos de passagem para 2024. O ano passado colocámos tudo à discussão, estão todos

interligados uns com os outros. E eu pergunto se algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada deseja intervir neste tema. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que o cumprimente e que, na sua pessoa, cumprimente as senhoras e os senhores Deputados, o senhor Presidente da Câmara e as senhoras e os senhores Vereadores, bem como todas as pessoas que nos estão a seguir. Antes da intervenção política propriamente dita, em meu nome e em nome do nosso movimento Pela Guarda, dirijo-me à nossa estimada ex-Vereadora Diana Monteiro, para publicamente lhe agradecer todo o seu trabalho e dedicação à Guarda nestes dois anos de Vereação. Muito obrigado, cara Diana. De igual forma, agradecemos ao nosso ex-Deputado Municipal, senhor José Gonçalves, a suas ideias, dedicação e lealdade ao movimento Pela Guarda e à Guarda, desejamos-lhe sorte e saúde. Por outro lado, damos as boas-vindas ao Excelentíssimo senhor Vereador Rui Melo, desejando-lhe os maiores sucessos. Os seus sucessos serão, obviamente, os da Guarda. E contamos e acolhemos, com satisfação, com o contributo da nossa nova companheira de bancada, senhora Deputada Municipal Lídia Aleixo. Indo agora aos concretos pontos, 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12 da ordem de trabalhos desta Assembleia, que em seguida serão votados e aprovados, os mesmos constituem, na sua essência, uma boa variável de afirmação política, tendo em conta as boas decisões deste Executivo quanto à manutenção e melhoria da política fiscal municipal para as pessoas. Pois, de facto, num contexto de incerteza da economia mundial com dois violentos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, eu peço imensa desculpa, mas vão ter que estar calados.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Obrigado. Pois, de facto, num contexto de incerteza da economia mundial, com dois violentos conflitos bélicos ativos, com o fraco e ligeiro crescimento da nossa economia, elevado nível de inflação e ainda num contexto de crise política, tudo isto com muito impacto na vida das pessoas, com perda de rendimento e acréscimo de custos e encargos para os empresários e empresas, relevamos a boa decisão do Executivo para a melhoria da política fiscal do Município, que é dirigida às pessoas, ainda que o próprio Município continue confrontado com permanentes acréscimos de custos, como exemplo, os da alimentação, energia e combustíveis. Estes

últimos com agravamento em um milhão de euros. Senhor Presidente, vemos com agrado que a ambição do seu Executivo Municipal, em matéria de política fiscal, é e continua a ser para levar a sério. Muitos parabéns. De facto, é determinante para a vida das pessoas, famílias, empresas e PME, é determinante para a decisão de fixação de pessoas e empresas no interior do país e é determinante na captação de investimento, povoamento do território. Digo mais, é desejável que a questão relativa à possibilidade do interior do país beneficiar de discriminação fiscal positiva para famílias e empresas que cá estão e que queiram cá fixar-se, se mantenha no topo das agendas dos partidos que concorrem às próximas eleições legislativas. Objetivamente, são boas notícias em matéria fiscal para nós e para os nossos concidadãos. O município irá reduzir para quatro por cento, eram quatro e meio por cento e o máximo é de cinco, o seu direito na participação na taxa variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no nosso concelho. No nosso concelho, a taxa de IMI sobre prédios urbanos destinados a habitação própria permanente, manter-se-á em 0,375%, trezentos e setenta e cinco pontos base. Mas atendendo aos agregados familiares, as minerações serão substancialmente melhoradas, ou seja, será atribuído um desconto de trinta euros e não vinte euros para famílias com um dependente. Será atribuído um desconto de setenta euros e não quarenta, para famílias com dois dependentes e será atribuído um desconto de cento e quarenta euros e não setenta, para famílias com mais de três dependentes. A taxa municipal de direitos de passagem para o exercício de 2023 manter-se-á em 0,25%. E ainda que o nosso Município possa deliberar uma derrama até 1,5% sobre o lucro tributável, a mesma manter-se-á e 1%. Para sujeitos passivos com um volume de negócios, em 2022, inferior a cento e cinquenta mil euros, o Município deliberou, para 2023, uma taxa perfeitamente residual de 0,01% de derrama, ou seja, é muito evidente a preocupação do nosso Executivo com os desempenhos dos pequenos negócios e microempresas e rendimentos das suas famílias. Como reiteradamente vem sendo afirmado pelo senhor Presidente da Câmara, o crescimento económico e a coesão social e a nossa competitividade territorial são o principal foco da sua estratégia política e do seu Executivo. Senhor Presidente, o nosso movimento Pela Guarda e os nossos municípios acreditam e confiam no seu trabalho, na sua gestão e sabem que o senhor Presidente está preparado para contornar adversidades e solucionar dificuldades. Para isso foi eleito. As palavras chave são resiliência, transparência e credibilidade. E porque

estamos mesmo, mesmo, próximos do Natal e de todo o seu espírito de fraternidade, solidariedade e lealdade, gostaria de lhes lembrar o nosso comum pensamento que nos trouxe a todos até aqui a esta Assembleia. Todos nós aqui presentes, gostamos da Guarda, queremos o bem da Guarda e cada um, à sua maneira, luta pela Guarda. Todos somos seus embaixadores. Há Membros desta Assembleia e Vereadores eleitos deste Município muito competentes e com diferentes ideias políticas. Não julguemos, portanto, que as ideias da minha bancada ou da bancada A ou da bancada B são as boas e as outras não prestam e vice-versa. Pois, se assim for, cada um de nós não está a colocar em primeiro lugar os interesses da Guarda. Ou seja, não estamos a ser totalmente leais. Isto não invalida as legítimas ambições políticas e profissionais de cada um, mas não se esqueçam, e é a minha opinião e de muitas pessoas, os nossos munícipes vão oportunamente validar ou repudiar o nosso comportamento. Pensem nisto. Pela Guarda, Festas felizes para todos e muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, na sua pessoa, renovo os meus cumprimentos a todos os presentes. Relativamente a este conjunto de quatro pontos sobre matéria fiscal, e concretamente relativamente ao primeiro e ao segundo, sendo eles o IMI e a taxa de Derrama, a bancada do Partido Socialista vai abster-se. Relativamente ao IMI, ponderámos ainda eventualmente apoiar, fazendo coincidir, reconhecendo o esforço que é feito na minoração, digamos assim, da tributação de casais com pendentes a cargo, mas entendemos que estas opções também deixam de fora uma outra fatia importante, no nosso concelho, de população, que são os casais já sem filhos, numa fase mais avançada das suas vidas, que são penalizados com esta taxa. E, portanto, claramente, em matéria de IMI e de derrama, as nossas opções seriam outras. Relativamente à participação variável no IRS e na taxa municipal de direitos de passagem, apoiaremos a proposta que nos trouxe o Executivo. E sendo a minha última intervenção, não quero deixar passar sem desejar a todos umas Festas felizes. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a senhor Deputada Bárbara Xavier.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, boa tarde, outra vez. Vou dividir os pontos. Em termos da fixação da taxa de imposto municipal, nós consideramos que, na mesma, exatamente como o ano passado, não pode estar só previsto o número de dependentes, mas sim também uma isenção de acordo com o rendimento. Consideramos que deveriam estar incluídos os prédios devolutos, como forma a fazer face a oposição à especulação e não estão. Deveríamos ser mais exigentes na eficiência energética, era necessário contemplar uma redução na taxa dos prédios urbanos com eficiência energética, principalmente quando estamos numa cidade com as temperaturas que todos nós conhecemos. É possível, está previsto, só foi escolhido não ser feito. Tendo em conta que o município deve ter responsabilidade de promover a redução à especulação em relação à habitação, também consideramos que seria importante criar uma parte para minorar a taxa a imóveis afetos à habitação e devidamente registadas em caderneta predial, com um contrato de arrendamento que se destina unicamente a fins habitacionais e como renda mensal delimitada pelos valores de renda máxima admitida. À exceção deste último ponto, há municípios exemplos destas situações, como por exemplo, Lisboa. Portanto, não é de todo impossível. Tudo isto está previsto em Lei, pode ser contemplado. Em relação à taxa de derrama, eu acho sempre um bocadinho irónico que aprovemos a taxa de derrama, mas depois, na fixação de participação variável do IRS, não descemos ao máximo para os cidadãos. Portanto, passando aqui ao IRS, voltamos a dar exemplos, tal como demos nas propostas de orçamento e voltamos a batalhar nisto. São mesmo muitas as razões que nos poderiam levar a reduzir a taxa de IRS e acho que todos nós as conhecemos aqui. Obviamente, aumenta o rendimento familiar. Deixo exemplos de Municípios, como estava a dizer, Aguiar da Beira, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas e Sabugal. Não é de todo impossível ter a taxa a zero e há um aumento bastante significativo nos rendimentos familiares. E fico por aqui.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que não haverá mais nenhuma senhora Deputada ou senhor Deputado inscrito para falar. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se entender usar da mesma.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos. Deputado António Oliveira, muito obrigado pelas palavras. E, se bem

escrevi: resiliência, transparência e credibilidade. Muito bem. Assim seja. São esses os nossos princípios. Não só, mas também. Muito obrigado pelas palavras que aqui referenciou. Senhora Deputada Bárbara Xavier, nós instituímos o IMI familiar e, portanto, naquilo que está ao nosso alcance na Lei. Toda e qualquer alteração em relação à lei, tem que ser vertida num regulamento próprio e por isso é que nós estamos a desenhar o programa de atração de pessoas e empresas, tal como essa grande necessidade que o senhor Deputado António Oliveira também referenciou, só aí é que podemos ir mais além. Não estou com isto a dizer que nós devemos ir por aí ou deixar de ir. Mas só aí nesse regulamento é que nós poderemos ir mais além. No que diz respeito à eficiência energética. Olhe, há muitos anos que é reivindicado que as tarifas de energia nesta zona, nesta região, tenham uma bonificação. Não têm. Não é desde agora. É desde há vinte anos, desde a fusão do Grupo EDP. Vinte, trinta anos que o grupo EDP se fundiu. E por isso é uma reivindicação. Agora, não podem estar as Autarquias sempre a fazer mais do mesmo. Isto tem que estar muito junto da entidade reguladora, junto do Estado central para que isso possa vir a acontecer um dia. Estou a falar eu, desculpe. Se não se importa, agora falo eu e, portanto, depois, se houver alguma dúvida, depois poderá referenciar. E, portanto, ... pronto, é até à meia-noite hoje. É até à meia-noite. Ó senhor Presidente, é até à meia-noite? Pronto, seja até à meia-noite (...) Bom, sobre aquilo que nós propomos à aprovação e falando sucintamente nos quatro pontos. Na taxa do IMI, propomos a manutenção da taxa do IMI em 0,375. Aliás, ponto este que foi aprovado, por unanimidade, na reunião de Câmara, se não me falha a memória, e, naturalmente, nós aumentamos a redução do IMI familiar. Ora, no primeiro escalão, de vinte passa para trinta euros; no segundo escalão, de quarenta para setenta e, no terceiro escalão, passa de setenta para cento e quarenta. São estas as reduções que nós assumimos no IMI familiar. Mas da mesma forma, fazemos também uma majoração de 30% para prédios degradados. Está lá, senhora Deputada. É a majoração máxima que a Lei nos permite, porque, senão, iria para três ou quatro vezes mais. 30% é a majoração dos prédios degradados. Tal como a majoração em três vezes a taxa para prédios rústicos abandonados. É isso que a Lei prevê e nós vamos até ao máximo daquilo que a Lei prevê. E nós mantemos esta taxa global do IMI, porque há, efetivamente, a necessidade da manutenção do financiamento para os investimentos que todos pretendemos executar. E por isso nós apresentamos estas taxas no caso concreto do IMI

e a sua redução. No que diz respeito à taxa da Derrama, que foi também aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, nós mantemos a taxa da Derrama reduzida em 0,01%, tal como fazemos desde há dois anos a esta parte. Fizemos para 2022, fizemos para 2023, vamos continuar a fazê-lo para 2024 para empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, dando assim, uma vez mais, o sinal para as empresas com sede fiscal no nosso município. Sobre a participação da variável fixa do IRS, nós fazemos uma redução em 0,5%. Ou seja, fixa-se agora a taxa com esta redução em 4%. Em termos absolutos, estamos a falar de uma redução de 11% nesta participação variável do IRS, para assim darmos o nosso contributo face às dificuldades financeiras dos orçamentos familiares, toda essa emergência social, financeira e económica em que vivemos na nossa sociedade de hoje e face, também, à subida do preço dos bens alimentares, dos juros da habitação, entre outros. Assim, nós conseguimos um impacto direto na diminuição da carga fiscal para os contribuintes residentes no nosso concelho. É assim um pouco daquilo que nós fazemos, do que está ao nosso alcance, para promover mais o alívio fiscal das famílias. E no que diz respeito à taxa municipal dos direitos de passagem, mantemos a mesma taxa que já se vem aprovando há vários anos, de 0,25%. E pedimos a aprovação da Assembleia para estes quatro pontos. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o Ponto 29, fixação da taxa de IMI, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e dois votos a favor e nove abstenções. -----

Ponto 2.10 - Proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2023 - discussão e votação.

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2023 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e um votos a favor e dez abstenções. -----

Ponto 2.11 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - discussão e votação.

- Resultado da votação do Ponto 2.11 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e um voto contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quer fazer uma declaração de voto? Peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Voto favoravelmente a questão do IRS, pedindo ao senhor Presidente da Câmara para que, este ano, não se esqueça de avisar o serviço de Finanças. -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “É só para dar um esclarecimento, senhor Presidente. Essa matéria, foi na Assembleia Municipal de setembro que eu dei aqui a notícia em direto, acho eu, relativamente ao IMI familiar. Ó senhor Deputado, foi um erro, um lapso técnico, não confunda a parte técnica com a política, que foi resolvido em devido tempo. Não se aproveite de tudo porque não lhe fica bem. Não ponha em causa os serviços técnicos quando não o deve. Não lhe fica bem. O processo foi assumido, foi corrigido, vira-se a página. Assim é que o senhor devia ter feito. Já agora, senhor Presidente, porque, entretanto, agradeço a quem me deu a informação, os PDM’s, no país, acabaram de ter uma prorrogação, para estarem aprovados, por mais um ano. Portanto, agradeço a quem me deu a informação fresquinha. Mais uma notícia em direto, mas para que a Assembleia saiba.” -----

Ponto 2.12 - Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2024 - discussão e votação. -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.12 - Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2024 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.14 - Proposta de Concessão do Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação de Mini Outdoors e sua Exploração Publicitária - Concurso

Público - Autorização da Abertura do Procedimento - Aprovação das Peças do Procedimento - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja falar? Não há ninguém inscrito. Senhor Presidente da Câmara, deseja dar alguma explicação?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Só muito rapidamente. É um concurso que já foi feito no passado nesta casa e voltamos a repetir para, naturalmente, podermos ter mais alguma receita no Município e algum ordenamento também na nossa cidade. Apenas isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.14 - Proposta de Concessão do Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação de Mini Outdoors e sua Exploração Publicitária - Concurso Público - Autorização da Abertura do Procedimento**

- **Aprovação das Peças do Procedimento - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste momento, permito-me colocar à consideração da Assembleia a aprovação, em minuta, de todas estas liberações hoje tomadas. Quem vota contra a aprovação em minuta? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos.” -----

Ponto 2.15. Conhecimento da Cessão da Posição Contratual para o Município da Guarda do “Contrato de Aquisição de Bens e Fornecimento dos Serviços Conexos de Conceção, Restauro, Desenvolvimento e Reinstalação do Órgão da Sé da Cidade da Guarda”. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se alguma senhora Deputada deseja pronunciar-se? Senhora Deputada, faz favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Prometo ser breve porque está toda a gente prontinha para se ir embora. Então, eu queria apenas dizer que já existiu um Órgão na Sé há muitos anos. Órgão esse que, entre invasões francesas e os restauros nos inícios do século XX, desapareceu. Já vem de longe o depauperamento do

património da Guarda, como podem constatar. E, portanto, restam apenas algumas peças do mesmo. Em 3 de junho de 2020, realizou-se uma assinatura de contrato de adjudicação para recuperação do Órgão de Tubos da Sé, entre a Direção Regional de Cultura do Centro, a Câmara e a Diocese da Guarda. Esta creio que é uma aspiração longínqua da população da Guarda e refira-se que a Sé da Guarda é a única no país que não possui Órgão. Com a extinção da DRCC e a passagem de competências para a CCDR a 31 de dezembro, extinguiu-se a possibilidade de esta continuar a fazer os pagamentos a deste Órgão. Serão necessários cerca de quatrocentos mil euros, para a finalização do mesmo, montagem e finalização. Daí a necessidade da aprovação deste ato administrativo para a Câmara, da passagem, para assegurar a continuidade do processo. Não posso, contudo, deixar uma dúvida que é assim. Com o chumbo do orçamento, o que é que vai acontecer? E também não posso deixar de salientar a incoerência que existe entre o facto de as medidas em sessão de Câmara terem sido aprovadas e, em geral, por unanimidade, e depois reprovarem um orçamento onde estão plasmadas para a sua concretização. Não creio que isto seja defender a Guarda e isto não é gostar da Guarda. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhora Deputada. Não sei se o senhor Presidente da Câmara, deseja... faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, apenas referenciar, bem-haja pelas palavras, Deputada Isabel Gonçalves. Essa é a verdade, de facto. Todos nós ou muitos de nós já calcorreámos, nós e os nossos antepassados, este grande objetivo, este grande desiderato. É a única Sé Catedral do país que não tem um Órgão de Tubos. É a única. E tanto caminho já se fez até aqui. Tanto caminho já se fez aqui, desde 2014, concretamente, neste quadro comunitário de apoio e outros caminhos foram feitos no passado. E temos aqui a grande oportunidade de podermos ter, finalmente, este ano, o Órgão de Tubos da Sé Catedral da Guarda. Nós assumimos a posição contratual da Direção Regional de Cultura do Centro, conforme já referenciei, aqui, da parte da manhã, mas agora vamos ter que estamos perante um problema. Já temos a cessão da posição contratual, mas não temos rubrica orçamental para executar o contrato. E por isso, senhoras e senhores Deputados, este é o estado da arte, este é o estado da demagogia. Que se vota o orçamento ou que se vota contra o orçamento por causa de

uma coisa, por causa da outra. Aquilo que nós fomos ouvindo aqui durante o dia de Hoje. Matéria palpável é esta, nomeadamente. Porque se vota o orçamento, função dos calculismos políticos e dos taticismos políticos de cada um dos representantes dos partidos na reunião de Câmara e chegamos aqui a pontos como este, e a outros, como já falamos no dia de hoje, e estamos à beira de não o poder executar. Mas podem mandar à reunião de Câmara que nós aprovamos. Bem, houve alguém que disse: façam-se Assembleias Municipais todos os meses. Só custa sete mil e quinhentos euros cada uma, para além do tempo. Para além do tempo. Bom, mas este é o estado da arte. Veremos como ficará a governação no ano de 2024. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

Ponto 2.16 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A senhora Deputada já me tinha pedido a palavra. Faça favor. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Cumprimento todos e prometo ser breve. Trago algumas perguntas sobre o funcionamento do CRO, Centro de Recolha Oficial Canil e Gatil do Município da Guarda. Há cerca de um ano, um ex-tratador do Centro de Recolha Oficial Canil/Gatil do Município da Guarda, fez uma denúncia relativa às más práticas levadas a cabo e aos maus-tratos infligidos a cães e gatos naquele local e, em 7 de junho do corrente ano, foi entregue na Câmara Municipal, com entrada oficial, uma denúncia sobre o mesmo assunto...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço-vos um bocadinho de silêncio. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Foi dito pelo senhor Presidente, Sérgio Costa, que a Câmara tinha aberto um inquérito. Pedia, então, ao senhor Presidente, que informasse esta Assembleia: primeiro, sobre os resultados do inquérito em causa; segundo, sobre o que foi feito para sanar os problemas encontrados; terceiro, sobre o que tenciona fazer relativamente ao alojamento dos gatos residentes a longo prazo, uma vez que, por um lado, o exíguo espaço das celas que existem, mesmo se se juntarem duas em uma,

continua apenas a poder abrigar temporariamente gatos doentes, e que, por outro lado, o único outro espaço existente, usado para gatos saudáveis, é um pequeno quarto desolado, com condições precárias e desadequadas. Sei que houve ultimamente um projeto um pouco mais ambicioso, embora não ideal, que dava aos gatos essencialmente espaço em altura, ao qual foi atribuído um custo muito para além do previsto no orçamento camarário do ano passado e mesmo no orçamento que foi previsto para este ano. Sei também que os terrenos em redor do corpo central do CRO, são terrenos alagadiços pertencentes à REN onde, por consequência, não se pode construir. Senhor Presidente, trago-lhe uma proposta de solução se a quiser aproveitar. Dados os constrangimentos verificados, será que o senhor Presidente poderá considerar para novo gatil, instalar um pavilhão pré-fabricado, adaptado a este fim, com dimensões suficientes para que haja bem-estar a longo prazo para estes animais felinos? Em quarto lugar, pedia que nos informasse se o senhor ex-Chefe de Divisão do Ambiente, atualmente no cargo de Vereador, ou quem o esteja a substituir, já teve o cuidado de se informar junto à nova veterinária sobre o que ela considera necessário ao funcionamento adequado deste Centro de Recolha Oficial, mas em falta, como sendo, entre outros, e além do enfermeiro veterinário previsto, a urgente contratação de pelo menos quatro tratadores. Em quinto lugar, e dada a falta de controlo das ninhadas de gatos que aparecem envenenados pela cidade, pergunto se tem planeado, e para quando, campanhas de sensibilização para a esterilização dos animais de companhia e silvestres do nosso concelho. Finalmente, pergunto se o senhor Presidente se tem informado sobre a celeridade com que as autorizações para esterilização têm sido passadas pelo Veterinário Municipal, de modo a dar seguimento eficaz ao programa oficial CED. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Luciano Calheiros, faz favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “É muito rápido, porque já vejo muita gente a desfalecer e, portanto, temos que ir embora. É só para dizer o seguinte. As informações detalhadas da Divisão de Economia e Turismo dão para concluir, relativamente aos Passadiços do Mondego, que, de facto, têm tido uma adesão muito grande e isso vem também refletido nalgumas publicações, na Forbes Portugal, por

exemplo. Também numa outra publicação que nos dão os Passadiços também muito bem cotados num ranking, porque agora também se fazem rankings de passadiços. Não sei se também fazem de baloiços, mas de passadiços já temo. E, portanto, devemos estar todos satisfeitos com o resultado. A minha questão, para o senhor Presidente da Câmara, era só se é possível ou se já temos dados relativos a uma eventual repercussão dessas visitas, digamos assim, naquilo que é a restauração e a hotelaria da Guarda. Não sei se é possível fazer essa avaliação ou se já temos dados para isso. Isso é uma questão. Depois, senhor Presidente, também dizer-lhe que também comungo da sua preocupação, relativamente àquele desafio que fez ao Governo que está a finalizar o seu mandato, relativamente a alguns dos projetos importantes para a Guarda, a saber, à cabeça, o Hotel Turismo. O Hotel Turismo é importantíssimo, todos estamos de acordo. Eu tenho algum otimismo porque trata-se do Grupo Pestana, que é maioritário, creio, nas Pousadas de Portugal e, portanto, acho que por aí também assegura, digamos assim, é um Grupo fiável, que se vai concretizar a obra. O senhor Presidente, na altura, em 20 de janeiro, salvo erro, aquando da assinatura do Protocolo, o senhor Presidente da Câmara e o senhor Ministro da Economia, disseram ambos que iam acompanhar o desenvolvimento do projeto e junto da entidade. Não sei se isso foi feito ou não. Não sei se o senhor Presidente é capaz de nos dizer qual é o ponto de situação, porque estamos a falar também de uma importante infraestrutura para a Guarda, que é estruturante e que tem um passado, tem uma história, como é evidente, e que todos gostaríamos de ver requalificada. Depois, por último, uma informação que não vem ali, mas eu meto aqui a talho de foice, que é a questão do Porto Seco. Eu já falei aqui, não foram trezentas e quarenta e nove vezes, mas quase, na questão do Porto Seco. É uma coisa muito séria. Naturalmente que eu fico satisfeito com a publicação, com o concurso. Não é pelo facto da putativa candidata do PS à Câmara da Guarda ter anunciado aqui há uns tempos atrás, estou a falar da Ministra do Trabalho. Não é por isso, mas concretizou-se um mês depois. E, portanto, fico satisfeito e acho que todos devemos estar. Só há aqui uma coisa que me preocupa, senhor Presidente. A título informativo, em 2018, o Porto Seco de Valongo tinha uma área aproximadamente de cento e oitenta mil metros quadrados. O nosso Porto Seco vai com trinta mil metros quadrados. Agora, o Porto Seco Valongo, só por uma Empresa, a Panattoni, foi necessário aumentar quase para o dobro, está em duzentos muitos mil metros quadrados. Portanto, nós vamos para trinta mil

metros quadrados, não sei, temo que seja muito pouco. Naturalmente que o senhor Presidente da Câmara deve estar atento a essa matéria. Para terminar, eu não queria ser fastidioso, mas não deixaria, também, costuma dizer-se que o Natal é quando um homem quiser, mesmo no dia 25 de dezembro, não é? E também no dia 25 de dezembro. E, portanto, Boas Festas para todos, para o público, também, é resistente, temos ali um elemento, e para todos os que nos estão a ouvir através de outros canais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu inicialmente ia falar do documento, mas por economia de tempo falarei de uma informação e, por analogia, uma informação que nos foi aqui dada. Eu lamento profundamente que exista essa dívida da Freguesia de Aldeia Viçosa. É um assunto delicado. O senhor, eu não quero mentir, o senhor disse que a dívida se reporta a 2006. É um assunto de 2006. Portanto, o senhor não é tido nem achado e o seu antecessor também não. A dívida é de 2006. O Município foi interpelado por um agente de execução. Mas a minha questão que eu lhe faço é a seguinte, o Município deduziu ou não deduziu oposição à execução em 2021? E ganhou em primeira instância. Se perdeu em segunda instância, já no seu mandato, isso é irrelevante. Quer dizer, o senhor está aqui num passa culpas que não faz qualquer tipo de sentido. De quem é que é a culpa da dívida? A nós entristece-nos a dívida. Entristece-o a si, a mim e a toda a gente que aqui está. Agora, o senhor vir aqui com esse discurso de, então, em 2006 gera-se uma dívida, em 2021 vem o agente de execução pedir contas à Câmara da Guarda, a Câmara da Guarda responde em Tribunal e ganha. E agora vem o recurso, perde...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não é isso. Não é nada disso.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “É isto que estamos a falar. Não respondeu? Deduziu oposição à execução. Ó senhor Presidente, deduziu oposição à execução. Portanto, e se isso, de facto, é verdade, nem a culpa é sua, nem é do seu antecessor. Portanto, o senhor escusa de vir para aqui vitimizar-se.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, a Mesa e os senhores Deputados têm que ter, realmente, muita paciência. Porque eu gostava que me explicasse onde é que este ponto está neste ponto último daqui. Era para falar... agora não lhe dou mais a palavra. Era só sobre este ponto. Senhor Deputado, faz favor. Daqui a pouco começamos no ponto 2.1. Acho que é melhor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Bem, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço um pouco de silêncio.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Eu vou ser muito breve. Eu queria apenas agradecer ao Executivo o amável presente com que hoje nos brindou e desejar a todos um Santo Natal e umas Boas Festas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu também para desejar a todos um Feliz Natal, um ótimo Ano-Novo e pedir ao senhor Presidente da Câmara que reflita. Que reflita no seu papel enquanto governo minoritário, que reflita no papel da oposição, para que possamos, o mais rapidamente possível, ter um orçamento para 2024 aprovado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Pronto, ninguém quer ficar fora do retrato. É só desejar também Boas Festas e seguir aqui o conselho do Deputado Miguel Borges. Que estes dias, mais calmos, sirvam para refletirmos todos um bocadinho do nosso comportamento aqui e também de como é que representamos a Guarda e que a próxima seja melhor. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, deseja falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Prometo ser breve. É que resistência e resiliência não nos falta. Não é verdade, Deputado António Oliveira? Bom, sobre aquela tentativa de branqueamento que aqui, há pouco,... este ensaio, não sei se é o ensaio da cegueira... é assim uma coisa, não sei se é por aí ou não.

Eu vou repetir. 15/06/2021 - Câmara da Guarda é notificada para pagar. Não responde no prazo. Dentro dos dez dias do prazo, a Câmara da Guarda não respondeu. E sabem o que é que isso originou? Uma ação executiva por não cumprir dentro do prazo. E a Câmara aí perdeu, senhor Deputado, toda e qualquer razão, porque não respondeu dentro do prazo. Sabe o que é prazo? Não respondeu dentro do prazo. E, depois, quando nós chegamos à governação e recebemos no dia 4 de novembro, já estava aqui: não tendo Vossa Excelência contestado a existência do crédito. Nós lá tentámos correr atrás do prejuízo, bem o fizemos com os nossos consultores jurídicos, com os nossos técnicos. Mas já não conseguimos, porque a asneira já estava feita. Disse. É assim que se costuma dizer, não é? Que algumas pessoas dizem. Para que conste, a tentativa de branqueamento de uma irresponsabilidade que foi cometida à época. No que diz respeito às questões que aqui foram faladas, mas não sem antes dizer que eu de manhã não tive tempo, já que este ponto serve para tudo, então, aqui vai disto. Moção sobre a Saúde, Deputado José Rodrigues. Eu tenho um lamento. Um lamento grande, que hoje, apenas o movimento Pela Guarda e o Bloco de Esquerda, tenham feito... e o CSD, sim, obrigado, tenham feito moções claras e inequívocas pela defesa do estado da saúde no nosso concelho. Lamento mesmo. Porque lá fora andam todos a papaguear e tentando dizer, nesse ensaio sobre a cegueira, que a culpa dos problemas do hospital é do Presidente da Câmara. Eu não sabia que tinha tanto poder. Façam o favor de não me interromper. Que a culpa, houve aí uns ensaios sobre a cegueira, sobre isso, que a culpa era do Presidente da Câmara. E eu agradeço muito aos meus colegas Presidentes de Câmara da região, aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aos Deputados da Nação, aos senhores Vereadores que compareceram. Porque eu fiz o convite, enquanto Presidente da Câmara, mas convidei, vamo-nos todos juntar àquela manifestação, àquele cordão humano. Mas é um lamento mesmo, porque lá fora diz-se uma coisa, mas aqui faz-se outra. Da manhã diz-se uma coisa e, à tarde, decide-se outra. O estado da saúde na Guarda tende para o estado da calamidade. A partir do mês de janeiro, se Deus quiser, o problema das horas extras estará resolvido, com o acordo que o Governo fez com o SIN, a FNAM não o validou. Veremos. Mas as horas extras vão a zero e esperamos que sejam resolvidas no início do mês de janeiro. Mas os polos de saúde vão continuar fechados, vão continuar as vagas por preencher e por isso nós devemos ter muita cautela sobre aquilo que vai acontecer no dia 1 de janeiro, porque, até agora, aquilo que

tem acontecido é que os verdadeiros problemas do Hospital da Guarda têm sido branqueados por força das circunstâncias nacionais. Esperemos que, com o levantar desta pressão das horas extraordinárias, não caiam os problemas em cima de todos nós e venham ressurgir os verdadeiros problemas que sabemos todos que existem, mas que ninguém tem a coragem de dizer publicamente que existem dentro do nosso Hospital e que, aí, só depende da Administração do Hospital e da Administração do SNS. Sabemos bem que a Administração do Hospital está em gestão. Aliás, a CIM, já há três meses que designou o seu novo representante no Conselho de Administração. Esperemos que esse problema seja resolvido rapidamente, para que nós possamos ter mais e melhor saúde na Guarda por todos nós, pelos nossos filhos, pelos nossos pais e avós, pelos nossos netos e pelas próximas gerações. Sobre aquilo que há pouco foi referido, senhora Deputada Luísa Campos, houve uma proposta do inquiridor, proposta de arquivo do inquérito. E o inquérito foi arquivado, porque não havia razão nenhuma naquilo que foi plasmado. Foi isso que ditou o inquérito do inquiridor. Sobre o reforço de recursos humanos, ainda bem que a senhora Deputada falou na veterinária. Sabe há quanto tempo lá está? Há escassos meses. Foi um grande reforço, não é verdade, senhor Vereador Rui Melo? Um grande reforço de recursos humanos e outros pode haver. Mas, olhe, os senhores chumbaram a rubrica orçamental onde estavam lá as verbas plasmadas do CRO. De manhã, faço uma coisa. À tarde, faço outra. Temos que ser consequentes e temos que ser coerentes com as nossas decisões. Mas nós lá tentaremos fazer o caminho. Sobre a distribuição dos gatos, vai ter que haver obras no Canil, no espaço já existente, que está a ser programado. Não é com cento e sessenta mil euros, não. Vai ser com vinte ou trinta, no máximo, ou menos ainda, para dar mais condições aos gatos, porque os cães já as têm. E devo dizer também que eles estão a ser distribuídos na Quinta da Maunça onde temos condições para isso, também para os gatos ditos mais selvagens e pelas colónias. Verdade, senhor Vereador? É assim que se faz o trabalho, que não é visível, mas já que é trazido para aqui para Assembleia, nós temos que responder perante o trabalho que vai sendo feito, seja ao nível político, seja ao nível técnico. As conversas com a senhora Veterinária... o senhor Vereador, antes Chefe de Divisão e agora Vereador, se não é diariamente, é dia sim, dia não. Portanto, ele sabe bem aquilo que está a tratar, sabe bem aquilo que está a fazer. Tal como a questão da esterilização, a ocorrência está a ser bem tratada. Está mesmo a ser bem

tratada. Porque nós estamos preocupados, naturalmente, temos que ter essa preocupação com os gatos, com os cães e com as pessoas que vivem ao abandono na nossa sociedade. E esse, senhora Deputada, será sempre o nosso primeiro grande objetivo. As pessoas que vivem abandonadas na nossa sociedade, pelas mais diversas razões. E que nesta época do Natal, todos nós também devemos meter a mão na consciência, eu faço isso, e o que é que nós podemos fazer melhor para que essas pessoas tenham um Natal melhor e uma vida melhor. É nisso que nós nos devemos concentrar também. Senhor Deputado Luciano Calheiros, a repercussão na hotelaria e na restauração. Não temos nenhum estudo. Não temos. Tínhamos que contratar mais um estudo. Não temos. Aquilo que nós ouvimos é dos hotéis e da restauração, não só na Guarda, mas em toda a região, que estão permanentemente cheios. Ora, isso é um bom sinal. Agora, quanto é que se traduz na economia, serão, certamente, ao final de um ano, alguns milhões, que ultrapassam, no médio prazo, vão ultrapassar claramente o investimento que foi feito. E aquele desafio que nós lançamos é que possam existir mais unidades hoteleiras na nossa cidade, nomeadamente o Hotel Turismo. Pois é, senhor Deputado, a sua preocupação é também a minha e a de todos nós. É que já passou um ano. E as coisas... ainda não há projeto. Veremos o que é que dita agora os próximos tempos. Vem para aí uma campanha eleitoral, vamos ver o que é que se diz sobre essa matéria. Eu já falei aqui, hoje de manhã, precisamente, sobre isso. Sobre o caderno de encargos para as eleições legislativas, que convido todos os representantes dos partidos, carreguem esse caderno de encargos de oito pontos. Carreguem para os vossos partidos, para os vossos candidatos a Deputados pelo círculo da Guarda e também pelos candidatos a Primeiro-Ministro, sejam eles quais forem. Convido-vos. Desafio-os a fazer isso. Peguem nesse caderno de encargos pela Guarda. Pela Guarda, façam isso. Sobre o Porto Seco, senhor Deputado, quando nós chegámos, naquele tempo, outubro de 2021... e falando também, olhe, no início do dia, o cidadão Albino Bárbara também falou sobre isso, o que estava previsto era que o Porto Seco se instalasse naqueles três hectares, trinta mil metros quadrados, e mais uma área de sensivelmente mais vinte mil metros quadrados ao lado, para cima das casas do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Isso era o que estava em cima da mesa. Comunicações entre a APDL e a Câmara da Guarda antes de nós chegarmos. E nós opusemo-nos terminantemente a isso. O Porto Seco para cima das casas, não. Porto Seco, sim, no local

certo. Era assim que estava nos cartazes, não era? Nos outdoors. Era mais ou menos isto. E por isso fizemos o caminho e desafiámos a ADL e o Governo, aliás, até houve membros do Governo que me acompanharam nessas visitas e membros da APDL, a Administração da APDL, a Administração da Infraestruturas de Portugal por causa das variantes. O Porto Seco tinha que começar rapidamente a funcionar para não perdermos o comboio, o comboio dos Portos Secos da Península Ibérica. Porque é importante o Porto Seco de Salamanca, é importante o Porto Seco de Medina del Campo, a caminho de Valladolid, entre outros. Mas nós não podemos perder o comboio. Porque para fazer, veja só, a ampliação para cima das casas tinha dois problemas. O primeiro era que qualquer estudo de impacto ambiental o ia chumbar. Porquê? Porque a população iria contra aquilo e nós não podíamos ir contra o muro. E depois não ia resolver o problema do futuro do Porto Seco, ia ficar um Porto sequinho. E, mesmo nesse processo, imaginando que até o impacto ambiental fosse aprovado, nunca menos de seis a sete anos para fazer aquela obra ali, com todos esses prazos. Então, aquilo que nós propusemos e foi aceite pela APDL, pela Tutela Governamental, olhe, pelo Ministro Galamba, quando esteve aqui comigo no gabinete numa conversa no recato, e a decisão que foi tomada foi começar ali a operação, no imediato, nestes três hectares, para começar a operação rapidamente. Infelizmente, claro, a operação agora está atrasada. Obras da linha da Beira Alta atrasadas, as variantes atrasadas há cinco anos e meio e tudo isto atrasa. E aquilo que nós, tal como eu disse hoje de manhã, que já desafiámos, faça-se rapidamente o projeto e o planeamento para a futura localização do grande Porto Seco da Guarda, fora do centro urbano, naturalmente, para permitir as tais ampliações ao longo do tempo. E isso já vai ficar vertido no PDM. Essas manchas vão ficar vertidas no PDM. Mas é a salvaguarda, apenas e tão-só, para prever que, no futuro, possa existir essa grande deslocalização. Estamos na segunda fase do Porto Seco com toda a dimensão que a Guarda merece e que nós ambicionamos que possa vir a ter nos próximos anos. Era isto que eu tinha para dizer, não sem antes dizer, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a terminar o dia, agradecer, ou melhor, perdão, dar um voto de absoluta confiança ao senhor Vereador Rui Melo e votos de bom trabalho que assumiu estas funções. Um grande agradecimento à senhora Vereadora Diana Monteiro, que muito fez, de muitas coisas que nós hoje aqui decidimos e outras que viremos a decidir no